



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90031/2025

CONTRATANTE (153052 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)
DIRETORIA DE COMPRAS - DCOM/UFG

OBJETO

Registro de preços para aquisição de equipamentos de CFTV

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.137.802,48 (um milhão, cento e trinta e sete mil, oitocentos e dois reais e quarenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 31/03/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Com itens exclusivos para ME/EPP

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO

Até às 17:00h do dia 26/03/2026 para o e-mail: pregao.dcom@ufg.br

INFORMAÇÕES GERAIS DO CERTAME

Quantidade de itens do certame: 48

Pregoeiro Oficial: Claudio Fernando

Contato: (62) 99266-8040

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DO TERMO DE CONTRATO
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
13. DOS RECURSOS
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE COMPRAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2025

Processo Administrativo nº 23070.006138/2025-51

Torna-se público que a Universidade Federal de Goiás, por meio de sua Equipe de Pregoeiros e Apoio, sediada na Diretoria de Compras - DCOM/UFG - Campus II Samambaia, Goiânia - Go, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de preços para aquisição de equipamentos de CFTV conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em 48 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Com exceção dos itens 7, 18, 42, 46, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. **sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;**

3.9.3. **empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;**

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou **que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;**

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12. pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da [Lei nº 4.973, de 2024](#), aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 5.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. *valor unitário e total do item;*
- 6.1.2. *Marca;*
- 6.1.3. *Fabricante;*
- 6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no TR.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto lícitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).
- 7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023 e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.22.2. empresas brasileiras;
- 7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.24.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.24.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
 - 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
 - 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);
 - 8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1. contiver vícios insanáveis;
 - 8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
 - 8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.10. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de QUATRO HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1. poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 4 horas, para:
- 9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.
- 9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

- 10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*
- 10.4.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 10.4.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*
- 10.4.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*
- 10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.
- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.ufg.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: pregao.dcom@ufg.br.
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.dcom.ufg.br.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - ANEXO I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
- 16.11.1.2. Apêndice do Anexo I - ANEXO II – Termo de Ciência e concordância;
- 16.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.11.3. ANEXO III – Modelo de proposta de preços (uso obrigatório);

Goiânia, na data da assinatura digital.

Jaqueline Sousa
Assistente em Administração
Coordenação de Licitações/DCOM/UFG



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Aparecida De Sousa, Assistente em Administração**, em 17/03/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6051761** e o código CRC **3398C542**.

Referência: Processo nº 23070.006138/2025-51

SEI nº 6051761

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Termo de Referência 133/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG133/2025

Editado por153052-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO

Atualizado em12/03/2026 10:39 (v 1.8)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

Número da Contratação

Processo Administrativo

II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

23070.006138/2025-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de CFTV, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	UNIDADE DE FORNEC.	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	30	UNIDADE	BANDEJA, FIXA 1U DE 800MM, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS NÃO COMPATÍVEIS EM RACKS, FIXAÇÃO FRONTAL E TRASEIRA, COMPATÍVEL COM AS NORMAS IEC 60297-3-100 E IEC 60297-3-105, PADRÃO 19", DIMENSÕES DE FIXAÇÃO CONFORME NORMAS IEC 60297, MATERIAL AÇO SAE 1008, ESPESSURA 1,2MM, CARGA MÁXIMA DE 100KG, PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI PÓ MICRO TEXTURIZADO, COR PRETA	383256	R\$ 170,00	R\$ 5.100,00
2	160	UNIDADE	BUCHA PARAFUSO, MATERIAL NYLON, PARA TIJOLO FURADO, COM ANEL, TAMANHO S-6, COMPRIMENTO DA BUCHA 35MM, APRESENTA ALETAS E BRAÇOS QUE FAZEM A BUCHA NÃO GIRAR DENTRO DO FURO, PRODUZIDO COM POLIAMIDA DE ALTA QUALIDADE QUE PERMITE RESISTÊNCIA CONTRA O ENVELHECIMENTO, OXIDAÇÃO E INFLUÊNCIAS CLIMÁTICAS	249217	R\$ 0,14	R\$ 22,40
3	15	UNIDADE	CABO CONVERSO PS2/USB: FORMATO EM Y; COMPATÍVEL COM WINDOWS 98/XP/VISTA/7/8/10	270104	R\$ 48,26	R\$ 723,90
4	28	UNIDADE	CAIXA, PASSAGEM, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCA, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO CFTV, ANTI-UV, RESISTENTE A RAIOS SOLARES, GRAU PROTEÇÃO IP66, DIMENSÕES 125X123X60MM, REFERÊNCIA FABRICANTE VBOX 1100 E	607912	R\$ 15,42	R\$ 431,76
5	70	UNIDADE	CÂMERA BULLET FULL COLOR 2 MEGAPIXEL: DEVE UTILIZAR UM SENSOR CMOS PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS, COM TAMANHO DE 1/2,	465997		

			8" E PELO MENOS 2 MILHÕES DE PIXELS EFETIVOS (2,0 MEGAPIXELS); DEVE POSSUIR UM ILUMINADOR INFRAVERMELHO DO TIPO LED DE NO MÍNIMO 20 METROS DE DISTÂNCIA; DEVERÁ POSSUIR IR ADAPTATIVO ONDE IRÁ LIGAR AUTOMATICAMENTE QUANDO A LUMINOSIDADE DIMINUIR; DEVERÁ POSSUIR DISTÂNCIA FOCAL DE 3,6 MM; DEVERÁ POSSUIR AO MENOS OS ÂNGULOS DE VISÃO DE H:90° / V:48°, COM VARIAÇÕES SUPERIORES E INFERIORES DE ATÉ 10%; DEVE SER CAPAZ DE CAPTAR IMAGENS EM SITUAÇÕES DE BAIXA LUMINOSIDADE, NAS SEGUINTE CONDIÇÕES DE ILUMINAÇÃO INCIDENTE: EM MODO COLORIDO DEVERÁ SUPORTAR NO MÍNIMO 0.001 LUX; E A 0 LUX PARA QUE POSSA REALIZAR O MONITORAMENTO COM O LED LIGADO; POSSUIR VELOCIDADE DE OBTURADOR DE 1/30 A 1/100000S; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA COMPENSAR AS DIFERENÇAS DE ILUMINAÇÃO NA CENA, POR MEIO DE CAPTURAS DE MAIOR E DE MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO, COMBINANDO-AS EM UMA ÚNICA IMAGEM; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE, PELO MENOS, 4 ZONAS DE MASCARAMENTO DE PRIVACIDADE; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE, PELO MENOS, 4 ZONAS DE INTERESSES INDEPENDENTES; DEVE POSSUIR SAÍDA DE VÍDEO ATRAVÉS DE CONEXÃO BNC FÊMEA DE PELO MENOS 75 OHMS; DEVE SER COMPATÍVEL COM OS PROTOCOLOS DE VÍDEO HDCVI, AHD-M, HDTVI EM VERSÃO 2.0 E CVBS; DEVE POSSUIR OPÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO 12V DC, SENDO QUE O CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA NÃO DEVE SER SUPERIOR A 2,9 W; DEVE POSSUIR INVOLUCRO QUE FORNEÇA PROTEÇÃO DO EQUIPAMENTO COM GRAU DE PROTEÇÃO IP67; DEVE SUPORTAR FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -40°C A 60°C;		R\$ 184,50	R\$ 12.915,00
6	150	UNIDADE	CÂMERA DOME FULL COLOR 2 MEGAPIXEL:DEVE UTILIZAR UM SENSOR CMOS PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS, COM TAMANHO DE 1/2,8" E PELO MENOS 2 MILHÕES DE PIXELS EFETIVOS (2,0 MEGAPIXELS); DEVE POSSUIR UM ILUMINADOR DO TIPO LED DE NO MÍNIMO 20 METROS DE DISTÂNCIA; DEVERÁ POSSUIR DISTÂNCIA FOCAL DE 2,8 MM; DEVERÁ POSSUIR AO MENOS OS ÂNGULOS DE VISÃO DE H:112° / V:60°, COM VARIAÇÕES SUPERIORES E INFERIORES DE ATÉ 10%; DEVE SER CAPAZ DE CAPTAR IMAGENS EM SITUAÇÕES DE BAIXA LUMINOSIDADE, NAS SEGUINTE CONDIÇÕES DE ILUMINAÇÃO INCIDENTE: EM MODO COLORIDO DEVERÁ SUPORTAR NO MÍNIMO 0.005 LUX; E A 0 LUX PARA QUE POSSA REALIZAR O MONITORAMENTO COM O LED LIGADO; POSSUIR VELOCIDADE DE OBTURADOR DE 1/30 A 1/100000S; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA COMPENSAR AS DIFERENÇAS DE ILUMINAÇÃO NA CENA, POR MEIO DE CAPTURAS DE MAIOR E DE MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO, COMBINANDO-AS EM UMA ÚNICA IMAGEM; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE, PELO MENOS, 8 ZONAS DE MASCARAMENTO DE PRIVACIDADE; DEVE POSSUIR SAÍDA DE VÍDEO ATRAVÉS DE CONEXÃO BNC FÊMEA DE PELO MENOS 75 OHMS;	465997	R\$ 184,50	R\$ 27.675,00

			DEVE SER COMPATÍVEL COM OS PROTOCOLOS DE VÍDEO HDCVI, AHD-M, HDTVI EM VERSÃO 2.0 E CVBS; DEVE POSSUIR OPÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO 12V DC, SENDO QUE O CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA NÃO DEVE SER SUPERIOR A 3 W; DEVE POSSUIR INVÓLUCRO QUE FORNEÇA PROTEÇÃO DO EQUIPAMENTO COM GRAU DE PROTEÇÃO IP67; DEVE SUPORTAR FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -30°C A 60°C;			
7	150	UNIDADE	<p>CÂMERA IP DE 4 MP - PROTEÇÃO IP67 - 30 METROS DE IR - POE - BULLET</p> <p>SENSOR DE IMAGEM EM ESTADO SÓLIDO DO TIPO CMOS (COMPLEMENTARY METAL-OXIDE SEMICONDUCTOR) DE 1/3" COM VARREDURA PROGRESSIVA; DEVE POSSUIR ILUMINAÇÃO INFRAVERMELHO (IR) DE 30M; DEVERÁ POSSUIR FUNÇÃO DE IR INTELIGENTE, COM POSSIBILIDADE DE DESABILITAR, AUTOMÁTICO OU DEFINIR O VALOR DO GANHO NOS NÍVEIS ENTRE 1 A 100. DEVE POSSUIR LENTE FIXA COM 3.6 MM; DEVERÁ POSSUIR ÂNGULO DE VISÃO DE H: 81° / V:44°, COM ABERTURA MÁXIMA F2.0; DEVERÁ POSSUIR ILUMINAÇÃO MÍNIMA DE 0.08 LUX EM MODO COLORIDO; DEVERÁ POSSUIR ILUMINAÇÃO MÍNIMA DE 0LUX EM MODO PRETO E BRANCO; DEVE POSSUIR RESOLUÇÕES 4 M (2560 × 1440)/16:9; 3 M (2304 × 1296)/16:9; 1080P (1920 × 1080)/16:9; 1.3 M (1280 × 960)/4:3; 1 M (1280 × 720)/16:9; D1 (704 × 480)/22:15; VGA (640 × 480)/4:3; CIF (352 × 240)/22:15; DEVE POSSUIR RESOLUÇÃO DE 3MP (2304 × 1296) COM 30FPS; DEVE POSSUIR RESOLUÇÃO DE 4MP (2560 × 1440) COM 20FPS; POSSUIR VELOCIDADE DE OBTURADOR DE 1/3 A 1/100.000S DE FORMA MANUAL OU AUTOMÁTICA. DEVERÁ POSSUIR COMPREENSÃO DE VÍDEO H.264/H.264B/H.265/H.265+/MJPEG; DEVE TRANSMITIR PELO MENOS 2 STREAMINGS DE VÍDEO, TODOS COM POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO PARA COMPRESSÃO H.265; SUPORTAR COMPENSAÇÃO DE LUZ BLC, HLC E DWDR; SUPORTAR COMPENSAÇÃO BLC SOBRE A ÁREA TOTAL DA IMAGEM OU ESCOLHA DA REGIÃO QUE DEVE SER PRIORIZADO O BLC; SUPORTAR TAXA DE BIT VARIÁVEL DE 40KBPS A 6144KBPS PARA MJPEG; SUPORTAR TAXA DE BIT VARIÁVEL DE 8KBPS A 6144KBPS PARA H.264; SUPORTAR TAXA DE BIT VARIÁVEL DE 3KBPS A 6144KBPS PARA H.265; SUPORTAR TAXA DE BIT VARIÁVEL DE 73KBPS A 6144KBPS PARA H.265+; POSSUIR INTERFACE WEB EM PORTUGUÊS, ESPANHOL E INGLÊS; POSSUIR FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO COM ATÉ 4 REGIÕES, POSSUINDO PARA CADA UMA DELAS SENSIBILIDADE E LIMiar INDEPENDENTES; POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO DAS IMAGENS E CONFIGURAÇÃO VIA WEB BROWSER; POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO DE SENHA VIA WEB BROWSER; POSSUIR FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO COM POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO; POSSUIR FUNÇÃO DE GRAVAÇÃO DE VÍDEO E FOTOS EM SERVIDOR FTP COM POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO; DEVERÁ POSSUIR ZONAS DE MASCARAMENTO DE IMAGEM PROGRAMÁVEIS (NO MÍNIMO 4 ZONAS INDEPENDENTES); DEVERÁ SUPORTAR SOBREPOSIÇÃO DE DATA, HORA, TEXTO NO VÍDEO. DEVERÁ SUPORTAR NO TEXTO DA</p>	485593		

SOBREPOSIÇÃO 31 CARACTERES. DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO MAIS 5 CAMPOS DESTINADOS A TEXTO, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 22 CARACTERES CADA UM. DEVERÁ POSSUIR ZONAS DE ÁREA DE INTERESSE DE IMAGEM PROGRAMÁVEIS (NO MÍNIMO 4 ZONAS INDEPENDENTES); SUPORTAR TROCA AGENDADA DE CONFIGURAÇÕES COMO BRILHO, CONTRASTE, SATURAÇÃO, NITIDEZ, GAMA, BLC, HLC, DWDR, AJUSTES DO OBTURADOR, AJUSTES DE GANHO, BALANÇO DE BRANCO, MODO COLORIDO, AUTOMÁTICO OU PRETO E BRANCO, POSSIBILITANDO APLICAR UM CONJUNTO DE CONFIGURAÇÕES ESPECÍFICAS DURANTE UM PERÍODO E UM CONJUNTO DE CONFIGURAÇÕES ESPECÍFICAS DURANTE OUTRO PERÍODO; POSSUIR SAÍDA ETHERNET PARA CONEXÃO EM REDE TCP/IP RJ-45 10/100BASE-T; DEVERÁ PERMITIR ATIVAÇÃO DE LOG NA OCORRÊNCIA DE FALHA DA REDE ETHERNET E/OU CONFLITO IP NESTA MESMA REDE; POSSUIR ARQUITETURA (API) ABERTA PARA INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS; POSSUIR PROTOCOLOS INTERNET: HTTP, HTTPS, TCP, ARP, RTSP, RTP, RTCP, UDP, SMTP, FTP, DHCP, DNS, DDNS, PPPOE, IPV4/V6, NTP, MULTICAST, ICMP, IGMP, TLS, SSL, SSH, DEVERÁ POSSUIR CONTROLE DE ACESSO ILEGAL, COM QUANTIDADE DE ERROS DE LOGIN CONFIGURÁVEL COM NO MÍNIMO ATÉ 3 A 10 REPETIÇÕES. DEVE PERMITIR PROTEÇÃO ATRAVÉS DE FILTRAGEM IP; DEVE POSSUIR ACESSIBILIDADE COM USO DO NAVEGADOR INTERNET EXPLORER; DEVE POSSUIR FIRMWARE ATUALIZÁVEL VIA INTERFACE WEB E SOFTWARE DO PRÓPRIO FABRICANTE. AS VERSÕES DO FIRMWARE DEVERÃO SER DISPONIBILIZADAS GRATUITAMENTE NO WEB SITE DO FABRICANTE; DEVE POSSUIR DE FORMA INTEGRADA A COMPATIBILIDADE COM SOFTWARE DE VISUALIZAÇÃO EM APLICATIVOS MÓVEIS IOS E ANDROID FORNECIDOS PELO FABRICANTE DA MESMA; POSSUIR SUPORTE AS SEGUINTE ENTRADAS DE ALIMENTAÇÃO: 12V DC E POWER OVER ETHERNET (POE) DEFINIDO PELO PADRÃO IEEE 802.3AF; DEVERÁ POSSUIR HARDWARE DE POE INTERNO AO CASE DA CÂMERA. DEVERÁ POSSUIR GRAU DE PROTEÇÃO PARA INVÓLUCROS IP67; DEVE POSSUIR UM CONSUMO IGUAL OU INFERIOR A 4,2W; SUPORTAR FAIXA DE TEMPERATURA E UMIDADE DE OPERAÇÃO: -30°C~+60°C, <95%; PERMITIR CONFIGURAÇÃO DE ENTRADA E SAÍDA DE HORÁRIO DE VERÃO PROGRAMADA; PERMITIR ENVIO DE E-MAIL PARA NO MÍNIMO 3 DESTINOS; DEVE POSSIBILITAR O BACKUP DOS ARQUIVOS DE CONFIGURAÇÃO; DEVE PERMITIR O ENVIO DE VÍDEOS E FOTOS PARA O SERVIDOR FTP NA OCORRÊNCIA DE EVENTO (DETECÇÃO DE MOVIMENTO); DEVE POSSUIR CARACTERES PARA VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DO VÍDEO (MARCA D'ÁGUA) E FERRAMENTA DO FABRICANTE PARA A VERIFICAÇÃO DA MESMA. DEVE POSSUIR VISUALIZAÇÃO DE LOG DE ALARME ON-LINE COM AS OPÇÕES PARA DETECÇÃO DE MOVIMENTO. DEVERÁ POSSUIR A FUNÇÃO DE REGIÃO DE INTERESSE; POSSUIR SERVIÇO DE

R\$ 747,59

R\$
112.138,50

			CLOUD;			
8	100	UNIDADE	<p>CÂMERA IP DE 4 MP - PROTEÇÃO IP67 - 30 METROS DE IR - POE - DOME:SENSOR DE IMAGEM EM ESTADO SÓLIDO DO TIPO CMOS (COMPLEMENTARY METAL-OXIDE SEMICONDUCTOR) DE 1/3" COM VARREDURA PROGRESSIVA; DEVE POSSUIR ILUMINAÇÃO INFRAVERMELHO (IR) DE 30M; DEVERÁ POSSUIR FUNÇÃO DE IR INTELIGENTE, COM POSSIBILIDADE DE DESABILITAR, AUTOMÁTICO OU DEFINIR O VALOR DO GANHO NOS NÍVEIS ENTRE 1 A 100. DEVE POSSUIR LENTE FIXA COM 3.6 MM; DEVERÁ POSSUIR ÂNGULO DE VISÃO DE H: 81° / V:44°, COM ABERTURA MÁXIMA F2.0; DEVERÁ POSSUIR ILUMINAÇÃO MÍNIMA DE 0.08 LUX EM MODO COLORIDO; DEVERÁ POSSUIR ILUMINAÇÃO MÍNIMA DE 0LUX EM MODO PRETO E BRANCO; DEVE POSSUIR RESOLUÇÕES 4 M (2560 × 1440)/16:9; 3 M (2304 × 1296)/16:9;1080P (1920× 1080) /16:9; 1.3 M (1280 × 960)/4:3; 1 M (1280 × 720)/16:9; D1 (704 × 480)/22:15; VGA (640× 480)/4:3; CIF (352 × 240) /22:15; DEVE POSSUIR RESOLUÇÃO DE 3MP (2304 × 1296) COM 30FPS; DEVE POSSUIR RESOLUÇÃO DE 4MP (2560 × 1440) COM 20FPS; POSSUIR VELOCIDADE DE OBTURADOR DE 1/3 A 1/100.000S DE FORMA MANUAL OU AUTOMÁTICA. DEVERÁ POSSUIR COMPREENSÃO DE VÍDEO H.264/H.264B/H.265/H.265+/MJPEG; DEVE TRANSMITIR PELO MENOS 2 STREAMINGS DE VÍDEO, TODOS COM POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO PARA COMPRESSÃO H.265; SUPORTAR COMPENSAÇÃO DE LUZ BLC, HLC E DWDR; SUPORTAR COMPENSAÇÃO BLC SOBRE A ÁREA TOTAL DA IMAGEM OU ESCOLHA DA REGIÃO QUE DEVE SER PRIORIZADO O BLC; SUPORTAR TAXA DE BIT VARIÁVEL DE 40KBPS A 6144KBPS PARA MJPEG; SUPORTAR TAXA DE BIT VARIÁVEL DE 8KBPS A 6144KBPS PARA H.264; SUPORTAR TAXA DE BIT VARIÁVEL DE 3KBPS A 6144KBPS PARA H.265; SUPORTAR TAXA DE BIT VARIÁVEL DE 73KBPS A 6144KBPS PARA H.265+; POSSUIR INTERFACE WEB EM PORTUGUÊS, ESPANHOL E INGLÊS; POSSUIR FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO COM ATÉ 4 REGIÕES, POSSUINDO PARA CADA UMA DELAS SENSIBILIDADE E LIMIAR INDEPENDENTES; POSSIBILIDADE DE VISUALIZAÇÃO DAS IMAGENS E CONFIGURAÇÃO VIA WEB BROWSER; POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO DE SENHA VIA WEB BROWSER; POSSUIR FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO COM POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO; POSSUIR FUNÇÃO DE GRAVAÇÃO DE VÍDEO E FOTOS EM SERVIDOR FTP COM POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO; DEVERÁ POSSUIR ZONAS DE MASCARAMENTO DE IMAGEM PROGRAMÁVEIS (NO MÍNIMO 4 ZONAS INDEPENDENTES); DEVERÁ SUPORTAR SOBREPOSIÇÃO DE DATA, HORA, TEXTO NO VÍDEO. DEVERÁ SUPORTAR NO TEXTO DA SOBREPOSIÇÃO 31 CARACTERES. DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO MAIS 5 CAMPOS DESTINADOS TEXTO, COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 22 CARACTERES CADA UM. DEVERÁ POSSUIR ZONAS DE ÁREA DE INTERESSE DE IMAGEM PROGRAMÁVEIS (NO MÍNIMO 4 ZONAS INDEPENDENTES);</p>	485593		
					R\$ 741,79	R\$ 74.179,00

9	100	UNIDADE	<p>CÂMERA IP FULL COLLOR DE 2 MP - PROTEÇÃO IP67 - 20 METROS DE IR - POE - DOME DEVE UTILIZAR UM SENSOR CMOS PARA CAPTAÇÃO DE IMAGENS, COM TAMANHO DE 1/2, 8" E PELO MENOS 2 MILHÕES DE PIXELS EFETIVOS (2,0 MEGAPIXELS); DEVE POSSUIR UM ILUMINADOR DO TIPO LED DE NO MÍNIMO 20 METROS DE DISTÂNCIA; O ILUMINADOR LED DEVE EMITIR LUZ DENTRO DO "ESPECTRO DE LUZ VISÍVEL". DEVERÁ POSSUIR DISTÂNCIA FOCAL DE 3,6 MM; DEVERÁ POSSUIR AO MENOS OS ÂNGULOS DE VISÃO DE H:88° / V:46°, COM VARIAÇÕES SUPERIORES E INFERIORES DE ATÉ 10%; DEVE SER CAPAZ DE CAPTAR IMAGENS EM SITUAÇÕES DE BAIXA LUMINOSIDADE, NAS SEGUINTESS CONDIÇÕES DE ILUMINAÇÃO INCIDENTE: EM MODO COLORIDO DEVERÁ SUPORTAR NO MÍNIMO 0.005 LUX; DEVE POSSUIR RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1080P (1920×1080) E A 30 FPS; POSSUIR VELOCIDADE DE OBTURADOR DE 1 /3 A 1/100.000S DE FORMA MANUAL OU AUTOMÁTICA; DEVE SUPORTAR COMPRESSÃO DE VÍDEO H.264, H.264B, H.264H, H.265, MJPEG; DEVE PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE, PELO MENOS, 2 (DOIS) PERFIS DE VÍDEO (STREAMING) COM POSSIBILIDADE DE AJUSTE: DA RESOLUÇÃO DA IMAGEM; DA TAXA DE QUADROS POR SEGUNDO; E DO MODO DE TRANSFERÊNCIA DE BITS (BIT RATE), TANTO EM MODO VARIÁVEL (VBR) QUANTO EM MODO CONSTANTE (CBR) – NESTE ÚLTIMO DEVE SER POSSÍVEL AJUSTAR O VALOR DA TAXA DE TRANSFERÊNCIA; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA COMPENSAR AS DIFERENÇAS DE ILUMINAÇÃO NA CENA, CAPAZ DE EQUALIZAR UMA FAIXA DE CONTRASTE NA IMAGEM DE 60 DB OU SUPERIOR, POR MEIO DE CAPTURAS DE MAIOR E DE MENOR TEMPO DE EXPOSIÇÃO, COMBINANDO-AS EM UMA ÚNICA IMAGEM; POSSUIR INTERFACE WEB EM PORTUGUÊS; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE, PELO MENOS, 4 REGIÕES DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE, PELO MENOS, 4 ZONAS DE MASCARAMENTO DE PRIVACIDADE; DEVE POSSUIR RECURSO QUE PERMITA A CRIAÇÃO DE, PELO MENOS, 4 ZONAS DE INTERESSES INDEPENDENTES; DEVE POSSUIR INTERFACE DE REDE ETHERNET COM VELOCIDADES DE 10 MBPS (10BASE-T) E 100 MBPS (100BASE-TX); DEVE SER COMPATÍVEL COM OS PROTOCOLOS TCP/IP, UDP, IPV4, IPV6, DHCP, ARP, ICMP, DNS, DDNS, RTSP, RTCP, HTTPS, HTTP, FILTRO IP, SMTP, SSL, TLS, IGMP, MULTICAST, FTP, NTP, RTP, ONVIF, INTELBRAS CLOUD, RTMP E INTELBRAS -1; DEVE POSSUIR OPÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO 12V DC E POE (ALIMENTAÇÃO SOBRE ETHERNET – IEEE 802.3AF), SENDO QUE O CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA NÃO DEVE SER SUPERIOR A 5 W; DEVE POSSUIR INVOLUCRO QUE FORNEÇA PROTEÇÃO DO EQUIPAMENTO COM GRAU DE PROTEÇÃO IP67. DEVE SUPORTAR FAIXA DE TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -30°C A 60°C; DEVE POSSUIR A FUNÇÃO QUE PERMITA O ENVIO DE IMAGENS E FOTOS VIA FTP; DEVE SUPORTAR NO MÍNIMO 15 CONEXÕES SIMULTÂNEAS. O GABINETE DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO IP67</p>	465997		
					R\$ 428,99	R\$ 42.899,00

10	5	UNIDADE	<p>CÂMERA IP SPEED DOME COM INFRAVERMELHO - PROTEÇÃO IP66 - RESOLUÇÃO DE 2MP - IR DE 150M - ZOOM DE 15X</p> <p>DEVERÁ POSSUIR INTERFACE DE REDE 10 /100BASE-TX COM RJ45; DEVERÁ POSSUIR SENSOR CMOS DE 1/2.8" CMOS COM PROGRESSIVE SCAN; DEVERÁ POSSUIR AS RESOLUÇÕES DE 1080P (1920×1080), 1.3M(1280×960), 720P(1280× 720), D1 (704×480), CIF(352×240); DEVERÁ SUPORTAR 30 FPS NA RESOLUÇÃO 1080P (1920×1080) USANDO H.264 E H.265; DEVERÁ POSSUIR COMPREENSÃO DE VÍDEO H.264/H.265/MJPEG; DEVERÁ TRANSMITIR PELO MENOS 3 STREAMINGS DE VÍDEO, SENDO COMPRESSÃO H.265; DEVERÁ POSSUIR ZOOM ÓPTICO DE 15X; DEVERÁ POSSUIR ZOOM DIGITAL DE 4X; DEVERÁ POSSUIR INFRA VERMELHO DE ALCANCE DE 150 METROS; DEVERÁ POSSUIR RECURSOS DE TILT DE -15 A 90° COM AUTO-FLIP; DEVERÁ PERMITIR MOVIMENTO HORIZONTAL COM GIRO CONTÍNUO DE 360° COM VELOCIDADE VARIÁVEL DE 0,1 A 280°/S; DEVERÁ PERMITIR MOVIMENTO VERTICAL COM VELOCIDADE VARIÁVEL DE 0,1 A 120°/S; DEVERÁ POSSUIR OBTURADOR DE 1/1 A 30.000S; DEVERÁ SUPORTAR FILTRO DE INFRAVERMELHO (ICR); DEVERÁ POSSUIR FOCO AUTOMÁTICO OU MANUAL; DEVERÁ SUPORTAR COMPENSAÇÃO DE LUZ BLC, HLC E WDR(120DB); DEVERÁ SUPORTAR COMPENSAÇÃO WDR REAL COM CONTROLE DE NÍVEIS DE 1 A 100; DEVERÁ SUPORTAR COMPENSAÇÃO BLC SOBRE A ÁREA TOTAL DA IMAGEM OU ESCOLHA DA REGIÃO QUE DEVE SER PRIORIZADO O BLC; DEVERÁ SUPORTAR BALANÇO DE BRANCO PARA AMBIENTE INTERNO, EXTERNO, AUTOMÁTICO E ATW; DEVERÁ SUPORTAR ANTI-FLICKER; DEVERÁ SUPORTAR REDUÇÃO DE RUÍDO 3D; DEVERÁ SUPORTAR ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM; DEVERÁ SUPORTAR DEFOG; DEVERÁ SUPORTAR TROCA AGENDADA DE CONFIGURAÇÕES COMO BRILHO, CONTRASTE, SATURAÇÃO, NITIDEZ, BLC, WDR, AJUSTE DO OBTURADOR, BALANÇO DE BRANCO, MODO COLORIDO, AUTOMÁTICO OU PRETO E BRANCO, POSSIBILITANDO APLICAR UM CONJUNTO DE CONFIGURAÇÕES ESPECÍFICAS EM UM PERÍODO E UM CONJUNTO DE CONFIGURAÇÕES ESPECÍFICAS DURANTE OUTRO PERÍODO; DEVERÁ SUPORTAR MARCA D'AGUA NAS GRAVAÇÕES; DEVERÁ SUPORTAR 5 CAMPOS DE TEXTO COM ATÉ 10 CARACTERES CADA SOBREPOSTO A IMAGEM; DEVERÁ POSSUIR SUPORTE AOS PROTOCOLOS IPV4/ IPV6, HTTP, HTTPS, SSL, TCP/IP, UDP, UPNP, ICMP, IGMP, SNMP, RTSP, RTP, SMTP, NTP, DHCP, DNS, PPPOE, DDNS, FTP, FILTRO DE IP, QOS, BONJOUR E SIP; DEVERÁ POSSUIR QUALIDADE DE SERVIÇO(QOS) DIFERENTES PARA STREAM DE VÍDEO VIA WEB E COMANDOS INTERNOS VIA WEB; DEVERÁ PERMITIR HABILITAR /DESABILITAR AUTENTICAÇÃO DE USUÁRIO VIA ONVIF; DEVERÁ PERMITIR CONFIGURAÇÃO DE ENTRADA E SAÍDA DE HORÁRIO DE VERÃO PROGRAMADA; DEVERÁ PERMITIR ENVIO DE E-MAIL PARA NO MÍNIMO 3 DESTINOS; DEVERÁ POSSIBILITAR O BACKUP DOS ARQUIVOS DE CONFIGURAÇÃO; DEVERÁ PERMITIR O ENVIO DE VÍDEOS E FOTOS PARA O SERVIDOR FTP NA</p>	604559	
				R\$ 7.245,55	R\$ 36.227,75

			<p>OCORRÊNCIA DE EVENTO (DETECÇÃO DE MOVIMENTO); DEVERÁ POSSUIR CARACTERES PARA VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DO VÍDEO (MARCA D'ÁGUA) E FERRAMENTA DO FABRICANTE PARA A VERIFICAÇÃO DA MESMA. DEVERÁ POSSUIR VISUALIZAÇÃO DE LOG DE ALARME ON-LINE COM AS OPÇÕES PARA DETECÇÃO DE MOVIMENTO, MÁSCARA DE VÍDEO E REPRODUÇÃO DE SOM. DEVERÁ POSSUIR A FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE MUDANÇA DE CENA. DEVERÁ POSSUIR FUNÇÕES DE VÍDEO ANALÍTICO COM A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE AGENDAMENTO E AJUSTE DE REGIÃO MÍNIMA E MÁXIMA DE ANÁLISE PARA AS SEGUINTE FUNÇÕES: DETECÇÃO DE DIREÇÃO – COM A POSSIBILIDADE DE INSERIR 4 LINHAS COM ESCOLHA DA DIREÇÃO DE DETECÇÃO; DETECÇÃO DE INTRUSÃO – COM A POSSIBILIDADE DE INSERIR 4 REGIÕES COM ESCOLHA DA DIREÇÃO DE DETECÇÃO; DETECÇÃO DE ABANDONO /RETIRADA DE OBJETO – COM A POSSIBILIDADE DE CONFIGURAR TEMPO DE DURAÇÃO PARA DETECÇÃO E O TIPO DE REGRA (ABANDONO OU RETIRADA). DETECÇÃO DE FACE – COM A POSSIBILIDADE DE HABILITAR O REALCE DE FACE QUANDO ELA FOR DETECTADA; DEVERÁ POSSUIR A FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE ÁUDIO, COM AGENDAMENTO, COM A POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE SENSIBILIDADE, LIMITE E TEMPO DE ESTABILIZAÇÃO. DEVERÁ POSSUIR A FUNÇÃO DE FILTRO DE RUÍDO, COM POSSIBILIDADE DE ATIVAR OU DESATIVAR. DEVERÁ PERMITIR ESTABELECECHAMADAS VIA SIP COM SUPORTE A VÍDEO POR DETECÇÃO DE MOVIMENTO OU ENTRADA DE ALARME PARA RAMAL PRÉ-CONFIGURADO NA CÂMERA; DEVERÁ POSSUIR DETECÇÃO DE MOVIMENTO POR AGENDAMENTO; DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO 24 MÁSCARAS DE PRIVACIDADE; DEVERÁ POSSUIR FIRMWARE ATUALIZÁVEL ATRAVÉS DA INTERFACE WEB, AS VERSÕES DO FIRMWARE ESTARÃO DISPONIBILIZADAS GRATUITAMENTE NA WEB; DEVERÁ POSSUIR ARQUITETURA (API) ABERTA PARA INTEGRAÇÃO COM OUTROS SISTEMAS; DEVERÁ POSSUIR A POSSIBILIDADE DE CONFIGURAR NO MÍNIMO 80 POSIÇÕES PRÉ-CONFIGURADAS DE POSICIONAMENTO(PRESETS) POSSUIR NO MÍNIMO 8 TOURS; POSSUIR NO MÍNIMO 5 PATRULHAS; POSSUIR 2 ENTRADAS E 1 SAÍDA DE ALARME; POSSUIR 1 ENTRADA E 1 SAÍDA DE ÁUDIO; POSSUIR GRAU DE PROTEÇÃO IP66; DEVERÁ SUPORTAR ALIMENTAÇÃO POR FONTE DE 24 VOLTS ALTERNADO; DEVERÁ SUPORTAR ALIMENTAÇÃO PADRÃO POE+ (IEEE802.AT); DEVERÁ SUPORTAR TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE -10° A 60°.</p>			
11	20	UNIDADE	<p>CÂMERA VARIFOCAL INFRATERMELHO MULTI HD 2 MEGAPIXEL - LENTE 2,7MM A 12MM; CÂMERA MULTI HD FULL COLOR IDEAL PARA PROJETOS COM MONITORAMENTO NOTURNO, GARANTIR IMAGENS COLORIDAS DE ALTA QUALIDADE EM FULL HD NO ESCURO TOTAL; POSSUIR ALTA PERFORMANCE NOTURNA; POSSUIR SENSOR DE IMAGEM POSSUI ALTA SENSIBILIDADE NOTURNA E LUZ VISÍVEL,</p>	465997		

			GARANTINDO IMAGENS COLORIDAS EM AMBIENTES SEM NENHUMA CLARIDADE; PERMITIR REALIZAR CONFIGURAÇÕES E AJUSTES FINOS NAS IMAGENS EM QUALQUER CENÁRIO DE INSTALAÇÃO; CONFIGURAÇÃO ATRAVÉS DO PRÓPRIO DVR VIA CABO COAXIAL; POSSUI RESOLUÇÃO FULL HD 1080P, QUE PROPORCIONA IMAGENS MAIS NÍTIDAS E RICAS EM DETALHES; POSSUI LED LUMINOSO COM ALCANCE DE ATÉ 40 METROS; GARANTIR VISUALIZAÇÃO DE IMAGEM NOTURNA A GRANDES DISTÂNCIAS; POSSUIR PROTEÇÃO EXTRA E VIDA ÚTIL PROLONGADA; POSSUI UM CIRCUITO ADICIONAL DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO, ALÉM DE PROTEÇÃO IP66, PARA INSTALAÇÃO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS; LENTE VARIFOCAL DE 2,5 A 12 MM; POSSUI SENSOR 1/2.8" CMOS SONY STARVIS, PIXELS EFETIVOS: 1920 (H) X 1080 (V) LINHAS HORIZONTAIS: 1920 (H) RESOLUÇÃO REAL FULL HD (1080P), LENTE DE 3.6 MM, ÂNGULO DE VISÃO HORIZONTAL DE 90°, ÂNGULO DE VISÃO VERTICAL DE 48°, ALCANCE NOTURNO 40M, LED INTELIGENTE, QUANTIDADE DE LED 2, FORMATO DE VÍDEO: NTSC/PAL, PROTOCOLOS DE VIDEO HDCVI / AHD-M / HDTV (V 2.0) ANALÓGICO (CVBS)		R\$ 497,43	R\$ 9.948,60
12	116	UNIDADE	CONECTOR CONEX 1000 BNC BORNE DEVE SER PRÓPRIO PARA INSTALAÇÃO EM CENÁRIOS DE CFTV; DEVE TER COMPATIBILIDADE COM AS MEDIDAS DE CABOS DE AO MENOS 26 AWG – 16 AWG; DEVE POSSUIR IMPEDÂNCIA DE AO MENOS 75 OHMS;; DEVE POSSUIR TENSÃO DE NO MÍNIMO 300 VDC E CORRENTE MÁXIMA DE AO MENOS 2A; POSSUIR FIXAÇÃO DO CABO DO TIPO PARAFUSO BORNE; DEVE SER FORNECIDO COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO PELO FABRICANTE E SUPORTE TÉCNICO EM TODO O BRASIL;	394095	R\$ 4,00	R\$ 464,00
13	100	UNIDADE	CONECTOR P4 FÊMEA COM BORNE DEVERÁ SUPORTAR INSTALAÇÃO EM ÁREAS INTERNAS; DEVERÁ POSSUIR CORRENTE MÁXIMA DE 2A; DEVERÁ SUPORTAR FIXAÇÃO DO CABO POR BORNE; CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 DE CICLOS DE INSERÇÃO; DEVERÁ SUPORTAR TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE NO MÍNIMO ENTRE -10°C ~ + 70°C;	428038	R\$ 2,04	R\$ 204,00
14	726	UNIDADE	CONECTOR, P4, MACHO, COM BORNE, QUE SUPORTE INSTALAÇÃO EM ÁREAS INTERNAS, COM CORRENTE MÁXIMA DE 2A, QUE SUPORTE FIXAÇÃO DO CABO POR BORNE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 DE CICLOS DE INSERÇÃO, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE NO MÍNIMO ENTRE -10°C ~ + 70°C	399894	R\$ 1,78	R\$ 1.292,28
15	720	UNIDADE	CONVERSOR, IMPEDÂNCIA (PAR), BALUN PASSIVO PARA SISTEMA DE CFTV ANALÓGICO, QUE DEVE PERMITIR A CONVERSÃO DO SINAL DE CABO COAXIAL PARA UTP DE FORMA INDIVIDUAL, OU SEJA, UM POR CANAL; DEVE SER COMPATÍVEL COM PELO MENOS AS SEGUINTE TECNOLOGIAS: ANALÓGICA, HDCVI, HDTV E AHD; DEVE POSSIBILITAR A CONDUÇÃO DO SINAL DE VÍDEO COLORIDO, ATRAVÉS DE CABO UTP CAT5E OU CAT6, PARA CÂMERAS DISTANTES A NO MÍNIMO 400 METROS NA TECNOLOGIA ANALÓGICA, 200 METROS NA TECNOLOGIA HDCVI A 1080P, 150 METROS NAS TECNOLOGIAS HDTV E AHD A	394507		R\$

			1080P; DEVE POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO, BEM COMO DEVE POSSUIR FILTRO CONTRA RUÍDOS E INTERFERÊNCIA; DEVE POSSIBILITAR A CONEXÃO DE ENTRADA DE SINAL DE VÍDEO COM CONECTOR DE ENGATE RÁPIDO E A SAÍDA DE VÍDEO ATRAVÉS DE UM CONECTOR BNC FÊMEA; SUPORTAR CONEXÃO COM CABO UTP CAT5 OU SUPERIOR; DEVE SUPORTAR O FORMATO DE VÍDEO NTSC; SEU CONVERSOR DEVE TRANSFORMAR DE 75 OHMS PARA 100 OHMS DE IMPEDÂNCIA DE FORMA INTEGRADA; DEVE SUPORTAR TEMPERATURAS DE OPERAÇÃO DE NO MÍNIMO 10 °C A 50 °C.		R\$ 15,72	11.318,40
16	30	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA CFTV 2TB DISCO RÍGIDO SATA 3,5'' DESENVOLVIDOS ESPECIALMENTE PARA USO EM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE OPERAÇÃO DE 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA; DEVE POSSUIR CARACTERÍSTICAS COMO ESTABILIDADE NA GRAVAÇÃO DE DADOS, VELOCIDADE DE DISCO CONTROLADA, DISSIPACÃO DE CALOR OTIMIZADA, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E NÍVEL DE RUÍDO; DEVE POSSUIR UM BUFFER DE HOSPEDAGEM DE NO MÍNIMO 6 GB/S E DRIVE DE HOSPEDAGEM DE NO MÍNIMO 150 MB/S; SUA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DEVE SER DE NO MÁXIMO 2 TB; DEVE POSSUIR UM CACHE DE NO MÍNIMO 64 MB E VELOCIDADE DE ROTAÇÃO (RPM) DE 5.400; SUA CAPACIDADE DE ERROS DE LEITURA NÃO RECUPERÁVEIS POR BITS LIDOS DEVE SER MENOR QUE 1 EM 1014; NÃO DEVE TER UM CONSUMO ELÉTRICO MAIOR QUE 5,1 W NOS MODOS DE LEITURA E/OU ESCRITA.	479105	R\$ 489,00	R\$ 14.670,00
17	43	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA CFTV 4TB DISCO RÍGIDO SATA 3,5'' DESENVOLVIDOS ESPECIALMENTE PARA USO EM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE OPERAÇÃO DE 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA; DEVE POSSUIR CARACTERÍSTICAS COMO ESTABILIDADE NA GRAVAÇÃO DE DADOS, VELOCIDADE DE DISCO CONTROLADA, DISSIPACÃO DE CALOR OTIMIZADA, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E NÍVEL DE RUÍDO; DEVE POSSUIR UM BUFFER DE HOSPEDAGEM DE NO MÍNIMO 6 GB/S E DRIVE DE HOSPEDAGEM DE NO MÍNIMO 150 MB/S; SUA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DEVE SER DE NO MÁXIMO 4 TB; DEVE POSSUIR UM CACHE DE NO MÍNIMO 64 MB E VELOCIDADE DE ROTAÇÃO (RPM) DE 5.400; SUA CAPACIDADE DE ERROS DE LEITURA NÃO RECUPERÁVEIS POR BITS LIDOS DEVE SER MENOR QUE 1 EM 1014; NÃO DEVE TER UM CONSUMO ELÉTRICO MAIOR QUE 5,1 W NOS MODOS DE LEITURA E/OU ESCRITA.	392823	R\$ 857,50	R\$ 36.872,50
18	50	UNIDADE	DISCO RÍGIDO PARA CFTV 8TB DISCO RÍGIDO SATA 3,5'' DESENVOLVIDOS ESPECIALMENTE PARA USO EM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, COM CAPACIDADE DE OPERAÇÃO DE 24 HORAS POR DIA, 7 DIAS POR SEMANA; DEVE POSSUIR CARACTERÍSTICAS COMO ESTABILIDADE NA GRAVAÇÃO DE DADOS, VELOCIDADE DE DISCO CONTROLADA, DISSIPACÃO DE CALOR OTIMIZADA, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E NÍVEL DE RUÍDO; DEVE	477105		

			POSSUIR UM BUFFER DE HOSPEDAGEM DE NO MÍNIMO 6 GB/S E DRIVE DE HOSPEDAGEM DE NO MÍNIMO 150 MB/S; SUA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DEVE SER DE NO MÁXIMO 8 TB; DEVE POSSUIR UM CACHE DE NO MÍNIMO 64 MB E VELOCIDADE DE ROTAÇÃO (RPM) DE 5.400; SUA CAPACIDADE DE ERROS DE LEITURA NÃO RECUPERÁVEIS POR BITS LIDOS DEVE SER MENOR QUE 1 EM 1014; NÃO DEVE TER UM CONSUMO ELÉTRICO MAIOR QUE 5,1 W NOS MODOS DE LEITURA E/OU ESCRITA.		R\$ 1.768,59	R\$ 88.429,50
19	7	UNIDADE	FITA, ISOLANTE, ELÉTRICA, 19MMX20M, 19MM DE ESPESSURA, COR PRETA FITA, ISOLANTE, CONSTITUÍDA POR UM DORSO DE PVC RECOBERTO COM UMA CAMADA DE ADESIVO À BASE DE BORRACHA SENSÍVEL A PRESSÃO, ABNT NBR NM 60454-3, TIPO 5, CLASSE A / IEC 60454-3 / NBR 5410 / NBR 14039, 19MMX20M E ESPESSURA 0,19 MM, RESISTÊNCIA À PROPAGAÇÃO DE CHAMA AUTO EXTINGUÍVEL, ISOLAMENTO ELÉTRICO EM GERAL PARA EMENDAS DE FIOS DE ATÉ 750V, CLASSE DE TEMPERATURA 90°C, COM SELO DE QUALIDADE UV, COR PRETA	226937	R\$ 5,13	R\$ 35,91
20	62	UNIDADE	FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 2 A POSSUIR FILTRO ANTIRRUÍDO; SAÍDA COM 12,8 VDC PARA COMPENSAR PERDA DE TENSÃO DO CABEAMENTO E DISTÂNCIA DE INSTALAÇÃO; NA ENTRADA POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 100 A 240 VAC, VARIAÇÃO MÁXIMA DE TENSÃO DE 90 A 264 VAC, CORRENTE MÁXIMA 0,6 A COM CARGAS NOMINAIS E TENSÃO; FREQUÊNCIA ELÉTRICA 50 HZ OU 60 HZ; NA SAÍDA: TER TENSÃO NOMINAL DE 12,8 VDC (+/- 5%); CORRENTE MÍNIMA 0 A; CORRENTE MÁXIMA 2 A; POTÊNCIA SEM CARGA DE 0,1 W MÁXIMO E POTÊNCIA DE CARGA NOMINAL DE 24 W; EFICIÊNCIA MAIOR QUE 80 % DA CARGA NOMINAL; RIPPLE E RUÍDO EM 120 MV DE PICO A PICO; PROTEÇÃO NA ENTRADA CONTRA SOBRECORRENTE; PROTEÇÃO NA SAÍDA CONTRA CURTO-CIRCUITO E SOBRECARGA; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0 A 45°C.	342814	R\$ 17,00	R\$ 1.054,00
21	36	UNIDADE	FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 20 A FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM SISTEMAS DE CFTV COM CARCAÇA METÁLICA REFORÇADA E PREPARADA PARA DISSIPACÃO DE CALOR; DEVERÁ POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO E SOBRECARGA, QUE POSSIBILITE A PREVENÇÃO CONTRA OS DANOS DECORRENTES DE AVARIAS ELÉTRICAS E CONTRA SOBRETENSÃO, PARA EVITAR OU MINIMIZAR PROBLEMAS CAUSADOS POR DESCARGAS ATMOSFÉRICAS OU MANOBRAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA; DEVERÁ POSSUIR ENTRADA COM TENSÃO NOMINAL DE 100 A 240 VAC AUTOMÁTICO – 50/60 HZ, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DA TENSÃO DE ENTRADA DE NO MÍNIMO DE 90 A 264 VAC; POSSUIR TENSÃO ESTABILIZADA E FILTRO CONTRA RUÍDOS E INTERFERÊNCIAS NA IMAGEM; DEVE POSSUIR A SAÍDA COM BORNES PARA POSSIBILITAR A CONEXÃO DE MAIS DE UMA CÂMERA DIRETAMENTE À FONTE; SUA CORRENTE DE ENTRADA, COM TENSÃO E CARGA NOMINAIS, DEVERÁ SER DE NO MÁXIMO 3 A;	430680		

			DEVERÁ SUPORTAR FREQUÊNCIA DA REDE ELÉTRICA 50 HZ; DEVE POSSUIR UMA TENSÃO NOMINAL DE SAÍDA DE 12,8 VDC (±5%) COM VARIAÇÃO EM CARGA NOMINAL SUPORTADA ENTRE 11,8 VDC A 13,8 VDC E UMA CORRENTE MÁXIMA DE 20 A; DEVERÁ AINDA POSSUIR TRIMPOT PARA AJUSTE DA TENSÃO EM CASOS EM QUE A DISTÂNCIA DA INSTALAÇÃO ENTRE O PRODUTO E OS APARELHOS POR ELE ALIMENTADOS SEJA GRANDE, COMPENSANDO POSSÍVEIS PERDAS DE TENSÃO NA FIAÇÃO; DEVERÁ POSSUIR UMA POTÊNCIA MÁXIMA SEM CARGA DE 1,2 W E NOMINAL DE NO MÁXIMO 250W; SUA EFICIÊNCIA DEVERÁ SER MAIOR QUE 80% COM CARGA NOMINAL; SUPORTAR RIPPLE E RUÍDO DE 150 MV DE PICO A PICO; DEVE POSSUIR LED'S PARA SINALIZAÇÃO DE STATUS DA FONTE, COMO STATUS DA ALIMENTAÇÃO E INDICAÇÃO DE CURTO-CIRCUITO NA SAÍDA; DEVE SUPORTAR TEMPERATURAS DE OPERAÇÃO DE NO MÍNIMO DE 0° C A 35° C; DEVE POSSUIR ISOLAMENTO DIELÉTRICO ENTRE PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO DE 3.000 VAC/5 MA/5 S, BEM COMO RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO DE NO MÍNIMO 10 MEGA OHMS; (500 VDC); DEVE POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA SURTO NA ENTRADA ATRAVÉS DE VARISTORES E PROTEÇÃO DE SOBRE CORRENTE ATRAVÉS DE FUSÍVEL, BEM COMO FILTRO CONTRA RUÍDOS NA IMAGEM; DEVERÁ PERMITIR FIXAÇÃO EM PAREDE OU TRILHO DIN (RACKS); A FONTE DEVERÁ SER FORNECIDA COM NO MÍNIMO 1 ANO DE GARANTIA PELO FABRICANTE E COM O MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS.		R\$ 47,44	R\$ 1.707,84
22	200	UNIDADE	FONTE, ALIMENTAÇÃO AC/DC, APLICAÇÃO CÂMERA, CORRENTE ALTERNADA 5V, CORRENTE CONTÍNUA 2A	612787	R\$ 43,92	R\$ 8.784,00
23	42	UNIDADE	FONTE, ALIMENTAÇÃO, AC/DC 12V, CORRENTE 10A, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO DE CÂMERAS EM SISTEMAS DE CFTV COM CARCAÇA METÁLICA REFORÇADA E PREPARADA PARA DISSIPACÃO DE CALOR; DEVE POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA CURTO-CIRCUITO E SOBRECARGA, QUE POSSIBILITE A PREVENÇÃO CONTRA OS DANOS DECORRENTES DE AVARIAS ELÉTRICAS E CONTRA SOBRETENSÃO, PARA EVITAR OU MINIMIZAR PROBLEMAS CAUSADOS POR DESCARGAS ATMOSFÉRICAS OU MANOBRAS DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA; DEVE POSSUIR ENTRADA COM TENSÃO NOMINAL DE 100 A 240 VAC AUTOMÁTICO – 50/60 HZ, PERMITINDO UMA VARIAÇÃO DA TENSÃO DE ENTRADA DE NO MÍNIMO DE 90 A 264 VAC; POSSUIR TENSÃO ESTABILIZADA E FILTRO CONTRA RUÍDOS E INTERFERÊNCIAS NA IMAGEM; DEVE POSSUIR A SAÍDA COM BORNES PARA POSSIBILITAR A CONEXÃO DE MAIS DE UMA CÂMERA DIRETAMENTE À FONTE; SUA CORRENTE DE ENTRADA, COM TENSÃO E CARGA NOMINAIS, DEVE SER DE NO MÁXIMO 1,5 A; DEVE SUPORTAR FREQUÊNCIA DA REDE ELÉTRICA 50 HZ; DEVE POSSUIR UMA TENSÃO NOMINAL DE SAÍDA DE 12,8 VDC (±5%) COM VARIAÇÃO EM CARGA NOMINAL SUPORTADA ENTRE 11,8 VDC A 13,8 VDC E UMA CORRENTE MÁXIMA DE 10 A; DEVE AINDA POSSUIR TRIMPOT PARA AJUSTE DA	603990	R\$ 50,00	R\$ 2.100,00

			TENSÃO EM CASOS EM QUE A DISTÂNCIA DA INSTALAÇÃO ENTRE O PRODUTO E OS APARELHOS POR ELE ALIMENTADOS SEJA GRANDE, COMPENSANDO POSSÍVEIS PERDAS DE TENSÃO NA FIAÇÃO; DEVE POSSUIR UMA POTÊNCIA MÁXIMA SEM CARGA DE 1 W E NOMINAL DE NO MÁXIMO 65 W; SUA EFICIÊNCIA DEVE SER MAIOR QUE 80% COM CARGA NOMINAL; SUPORTAR RIPPLE E RUÍDO DE 120 MV DE PICO A PICO; DEVE POSSUIR LED'S PARA SINALIZAÇÃO DE STATUS DA FONTE, COMO STATUS DA ALIMENTAÇÃO E INDICAÇÃO DE CURTO-CIRCUITO NA SAÍDA; DEVE SUPORTAR TEMPERATURAS DE OPERAÇÃO DE NO MÍNIMO DE 0° C A 40° C; DEVE POSSUIR ISOLAMENTO DIELÉTRICO ENTRE PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO DE 3.000 VAC/5 MA/5 S, BEM COMO RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO DE NO MÍNIMO 10 MEGA OHMS; (500 VDC); DEVE POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA SURTO NA ENTRADA ATRAVÉS DE VARISTORES E PROTEÇÃO DE SOBRE CORRENTE ATRAVÉS DE FUSÍVEL, BEM COMO FILTRO CONTRA RUÍDOS NA IMAGEM; DEVE PERMITIR FIXAÇÃO EM PAREDE OU TRILHO DIN (RACKS); A FONTE DEVE SER FORNECIDA COM NO MÍNIMO 1 ANO DE GARANTIA PELO FABRICANTE E COM O MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS.			
24	30	UNIDADE	FUSÍVEL, VIDRO, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, COMPRIMENTO NOMINAL 20MM, CORRENTE NOMINAL 6A, DIÂMETRO NOMINAL 5MM, TENSÃO NOMINAL 250V	356729	R\$ 0,35	R\$ 10,50
25	30	UNIDADE	FUSÍVEL, VIDRO, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CORRENTE NOMINAL 0,315A, DIÂMETRO 5MM, COMPRIMENTO NOMINAL 20MM, TENSÃO NOMINAL 250V	617404	R\$ 1,18	R\$ 35,40
26	30	UNIDADE	FUSÍVEL, VIDRO, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CORRENTE NOMINAL 5A, DIÂMETRO 5MM, COMPRIMENTO NOMINAL 20MM, TENSÃO NOMINAL 250V	268758	R\$ 0,83	R\$ 24,90
27	20	UNIDADE	FUSÍVEL, VIDRO, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CORRENTE NOMINAL 9A, DIÂMETRO 5MM, COMPRIMENTO NOMINAL 20MM, TENSÃO NOMINAL 250V	327441	R\$ 0,29	R\$ 5,80
28	15	UNIDADE	GRAVADOR DIGITAL DE IMAGEM EM REDE DE 16 CANAIS POE SISTEMA DE GERENCIAMENTO E GRAVAÇÃO DE 16 CÂMERAS IP RESOLUÇÃO 1080P 30 FPS POR CANAL; POSSUIR RESOLUÇÃO DE SAÍDAS DE VÍDEO DE 1920 X 1080 COM SISTEMA LINUX EMBARCADO; MICROPROCESSADOR EMBUTIDO DE ALTO DESEMPENHO; FUNÇÃO PENTAPLEX; POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA 100 - 240 VAC, 50/60 HZ AUTOMÁTICO, 12 VDC, 4 A, COM CONSUMO MÁXIMO DE 20 W (SEM DISCO RÍGIDO); POSSUIR AS SAÍDAS DE VÍDEO: 1 DE HDMI E 1 VGA; POSSUIR COMPATIBILIDADE COM PROTOCOLO ONVIF PERFIL S; SUPORTAR COMPRESSÃO DE VÍDEO H.264 E MJPEG; SUPORTAR DIVISÃO DE TELA DE 1/4/8/9/16; POSSUIR 6 NÍVEIS CONFIGURÁVEIS NA QUALIDADE DE IMAGEM POR CANAL, VISANDO OTIMIZAR O TAMANHO DO ARQUIVO; POSSUIR PELO MENOS 4 ZONAS DE MÁSCARA DE PRIVACIDADE CONFIGURÁVEL POR CANAL;	461472		

POSSIBILIDADE DE OCULTAR CÂMERA PARA DETERMINADOS USURÁRIOS; SUPORTAR CONFIGURAÇÃO DE BITRATE (KBPS) INDIVIDUAL POR CANAL; POSSUIR PELO MENOS 16 ENTRADAS DE ÁUDIO IP, 1 CANAL BNC MICROFONE E 1 SAÍDA DE ÁUDIO BNC; POSSUIR PELO MENOS 4 ENTRADAS DE ALARME E 2 SAÍDAS DE ALARME; POSSIBILITAR SAÍDA DE ÁUDIO EM HDMI; SUPORTAR DETECÇÃO DE MOVIMENTO, PERDA DE VÍDEO E MASCARAMENTO DE CÂMERA; SUPORTAR MÍNIMO DE 2 HD SATA DE 6 TB CADA; POSSUIR TECNOLOGIA DE HIBERNAÇÃO DO HD E ALARME DE FALHA E ESPAÇO INSUFICIENTE; BUSCAR GRAVAÇÃO POR DATA/HORA COM PRECISÃO POR SEGUNDOS, POR TIPO DE EVENTO, REGULAR E OU DETECÇÃO DE MOVIMENTO; POSSIBILITAR REPRODUÇÃO RÁPIDA, PAUSA, PARAR, RETROCESSO, REPRODUÇÃO LENTA, TELA CHEIA, E SELEÇÃO DO ARQUIVO PARA BACKUP; POSSIBILITAR BACK UP POR PEN DRIVE (FORMATAÇÃO FAT32), DISCO RÍGIDO USB, DOWNLOAD POR REDE E FTP; SUPORTA BACKUP DOS ARQUIVOS EM FORMATO .AVI E FORMATO PROPRIETÁRIO; PERMITIR BACKUP EM TEMPO REAL EM UM CANAL EM DISPOSITIVO USB SEM PERDA DA GRAVAÇÃO EM DISCO RÍGIDO; POSSUIR PROGRAMAÇÃO PARA CAPTURA E ENVIO DE ALERTAS E FOTOS POR E-MAIL; POSSUIR NO MÍNIMO UMA INTERFACE DE REDE RJ45 (10/100/1000 MBPS) EM ACORDO COM O PADRÃO IEEE 802.3Z; POSSUIR PELO MENOS 4 ENTRADAS DE PORTAS POE EM ACORDO COM O PADRÃO IEEE 802.3AT; SUPORTAR SERVIÇO DDNS PRÓPRIO; SUPORTAR TRANSMISSÃO TCP/IP, DDNS, PPPOE, FTP, NTP E FILTRO IP, UPNP; POSSUIR FUNÇÕES AUXILIARES COMO E-MAIL, DHCP, NO-IP, DYNDNS; DEVE POSSUIR INTERFACE LOCAL E WEB EM PORTUGUÊS; A OPERAÇÃO REMOTA DEVE POSSIBILITAR MONITORAMENTO, CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA, REPRODUÇÃO, DOWNLOAD DE ARQUIVOS GRAVADOS E INFORMAÇÕES SOBRE REGISTROS; DEVE POSSUIR ACESSIBILIDADE VIA WEB BROWSER COM O USO DE NO MÍNIMO 3 DIFERENTES NAVEGADORES; POSSUIR INTERFACE LOCAL PARA VERIFICAR STATUS DO HD, ESTATÍSTICA DE TRANSMISSÃO DE DADOS, GRAVAÇÃO DE REGISTROS, VERSÃO DE BIOS, USUÁRIOS ONLINE E REDE AUSENTE; PERMITIR A CAPTURA DE PACOTES VIA INTERFACE LOCAL E ARMAZENAMENTO EM DISPOSITIVO USB; PERMITIR REALIZAR TESTE DE CONECTIVIDADE (PING) ATRAVÉS DE INTERFACE LOCAL; POSSUIR SERVIÇO DE P2P, FACILITANDO A COMUNICAÇÃO ENTRE OS DISPOSITIVOS INTERLIGADOS NA REDE; POSSUIR CONTROLE DE BANDA INDIVIDUAL POR CANAL; POSSUIR DUAL BITSTREAM; SUPORTAR CONEXÃO COM MOUSE USB; POSSUIR MÍNIMO DE 1 INTERFACE USB 2.0 E 1 USB 3.0; POSSIBILITAR MONTAGEM EM MESA OU BANDEJA DE RACK; TER CERTIFICAÇÕES, FCC, CE E INMETRO - NBR 14136; DEVE POSSUIR FABRICANTE QUE FAÇA PARTE DO FÓRUM DE PADRONIZAÇÃO ONVIF (OPEN NETWORK VIDEO INTERFACE FORUM); PERMITIR CONFIGURAÇÃO DE ENTRADA E SAÍDA DE HORÁRIO DE VERÃO PROGRAMADA; PERMITIR O ENVIO DE E-MAIL

R\$ 3.372,48

R\$
50.587,20

			PARA NO MÍNIMO 3 DESTINOS; DEVE POSSIBILITAR O BACKUP DE ARQUIVOS DE CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA; DEVE POSSUIR PROTEÇÃO ATRAVÉS DE FILTRAGEM DE IP; DEVE POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO ATMOSFÉRICA DE ATÉ 8 KV;			
29	6	UNIDADE	<p>GRAVADOR DIGITAL DE IMAGEM EM REDE DE 32 CANAIS IP</p> <p>POSSUI SISTEMA LINUX EMBARCADO; MICROPROCESSADOR EMBUTIDO DE ALTO DESEMPENHO; POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA 100 - 240 VAC, 50/60 HZ AUTOMÁTICO COM CONSUMO MÁXIMO DE 8W (SEM DISCO RÍGIDO); POSSUIR NO MÍNIMO DUAS SAÍDAS DE VÍDEO: 1 DE HDMI E 1 VGA, SUPORTANDO AO MENOS A RESOLUÇÃO 3840X2160 NA SAÍDA HDMI E A RESOLUÇÃO 1920X1080 NA SAÍDA VGA; POSSUIR COMPATIBILIDADE COM PROTOCOLO ONVIF PERFIL S; SUPORTAR NO MÍNIMO AS COMPRESSÕES DE VÍDEO H.265, H.264 E MJPEG; SUPORTAR DIVISÃO DE TELA DE 1/4/8/9/16/25/32; POSSUIR PELO MENOS 4 ZONAS DE MÁSCARA DE PRIVACIDADE CONFIGURÁVEL POR CANAL; POSSIBILIDADE DE OCULTAR CÂMERA PARA DETERMINADOS USUÁRIOS; DEVE POSSUIR SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EMBARCADA, SENDO AO MÍNIMO SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA PERIMETRAL EM PELO MENOS 2 CANAIS, RECONHECIMENTO E DETECÇÃO DE FACE EM PELO MENOS 1 CANAL E DETECÇÃO DE MOVIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE PESSOAS E VEÍCULOS EM PELO MENOS 4 CANAIS, INDEPENDENTE SE A CÂMERA POSSUI A TECNOLOGIA EMBARCADA OU NÃO; CASO A CÂMERA POSSUA OS RECURSOS MENCIONADOS NO ITEM ANTERIOR, O GRAVADOR DEVE TER SUPORTE PARA O RECEBIMENTO DOS EVENTOS, POSSIBILITANDO O USO EM MAIS CANAIS DE FORMA SIMULTÂNEA; PARA O SISTEMA DE RECONHECIMENTO FACIAL, O SISTEMA DEVE POSSUIR AO MENOS 8 BANCOS DE FACES COM CAPACIDADE DE PELO MENOS 20.000 FACES EM TODOS OS BANCOS, PARA O CADASTRO DE FACES RECONHECIDAS; DEVE SUPORTAR O RECEBIMENTO DE EVENTOS DE CÂMERAS COM LEITURAS DE PLACAS VEICULARES (LPR) EM AO MENOS 3 CANAIS; SUPORTAR MÍNIMO DE 4 HD SATA DE PELO MENOS 18 TB CADA; POSSUIR TECNOLOGIA DE HIBERNAÇÃO DO HD E ALARME DE FALHA E ESPAÇO INSUFICIENTE; BUSCAR GRAVAÇÃO POR DATA/HORA COM PRECISÃO POR SEGUNDOS, POR TIPO DE EVENTO, REGULAR E OU DETECÇÃO DE MOVIMENTO; POSSIBILITAR REPRODUÇÃO RÁPIDA, PAUSA, PARAR, RETROCESSO, REPRODUÇÃO LENTA, TELA CHEIA, E SELEÇÃO DO ARQUIVO PARA BACKUP; DEVE POSSIBILITAR A REPRODUÇÃO SIMULTÂNEA DE GRAVAÇÕES DE PELO MENOS 16 CANAIS; DEVE SUPORTAR GRAVAÇÕES DE CÂMERAS DESDE A RESOLUÇÃO EM D1 ATÉ CÂMERAS COM 16 MP, SENDO QUE AS CÂMERAS COM RESOLUÇÃO DE 4K ABAIXO DEVEM GRAVAR COM PELO MENOS 30 FPS; DEVERÁ SUPORTAR GRAVAÇÃO DE CÂMERAS COM ÁUDIO, ONDE CASO A CÂMERA POSSUA O RECURSO, DEVE SER POSSÍVEL GRAVAR ATÉ 32 CANAIS DE FORMA SIMULTÂNEA</p>	461472		
					R\$ 2.936,24	R\$ 17.617,44

			<p>E SINCRONIZADA; PARA O ÁUDIO, O SISTEMA DEVERÁ SUPORTAR AO MENOS OS CODECS G.711A /U, G.726 E AAC; POSSIBILITAR BACKUP POR PEN DRIVE (FORMATÇÃO FAT32), DISCO RÍGIDO USB, DOWNLOAD POR REDE E FTP; SUPORTA BACKUP DOS ARQUIVOS EM NO MÍNIMO DOIS FORMATOS, SENDO .AVI E FORMATO PROPRIETÁRIO; PERMITIR BACKUP EM TEMPO REAL EM UM CANAL EM DISPOSITIVO USB SEM PERDA DA GRAVAÇÃO EM DISCO RÍGIDO; POSSUIR PROGRAMAÇÃO PARA CAPTURA E ENVIO DE ALERTAS E FOTOS POR E-MAIL; POSSUIR NO MÍNIMO DUAS INTERFACES DE REDE RJ45 (10/100 /1000 MBPS); SUPORTAR SERVIÇO DDNS PRÓPRIO; SUPORTAR TRANSMISSÃO TCP/IP, DDNS, FTP, NTP E FILTRO IP; POSSUIR FUNÇÕES AUXILIARES COMO E-MAIL, DHCP, NO-IP, DYNDNS, E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SOFTWARE; DEVE POSSUIR INTERFACE LOCAL E WEB EM PORTUGUÊS; A OPERAÇÃO REMOTA DEVE POSSIBILITAR MONITORAMENTO, CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA, REPRODUÇÃO, DOWNLOAD DE ARQUIVOS GRAVADOS E INFORMAÇÕES SOBRE REGISTROS; DEVE POSSUIR ACESSIBILIDADE VIA WEB BROWSER COM O USO DE NO MÍNIMO 1 NAVEGADOR; POSSUIR INTERFACE LOCAL PARA VERIFICAR STATUS DO HD, ESTATÍSTICA DE TRANSMISSÃO DE DADOS, GRAVAÇÃO DE REGISTROS, USUÁRIOS ONLINE E REDE AUSENTE; PERMITIR A CAPTURA DE PACOTES VIA INTERFACE LOCAL E ARMAZENAMENTO EM DISPOSITIVO USB; PERMITIR REALIZAR TESTE DE CONECTIVIDADE (PING) ATRAVÉS DE INTERFACE LOCAL; POSSUIR CONTROLE DE BANDA INDIVIDUAL POR CANAL; POSSUIR NO MÍNIMO 16 ENTRADAS DE ALARME, SUPORTAR CONEXÃO COM MOUSE USB; POSSUIR MÍNIMO DE 3 INTERFACES USB, SENDO PELO MENOS 1 INTERFACE USB 3.0; POSSIBILITAR MONTAGEM EM MESA OU BANDEJA DE RACK; TER CERTIFICAÇÕES, FCC, CE; DEVE POSSIBILITAR O BACKUP DE ARQUIVOS DE CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA;</p>			
30	10	UNIDADE	<p>GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO (PROTOCOLOS HDCVI, AHD, HDTV, IP E ANALÓGICO) 08 CANAIS</p> <p>GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO COM CAPACIDADE DE GERENCIAR E GRAVAR IMAGENS DE NO MÍNIMO 8 CÂMERAS COM COMPATIBILIDADE DE AO MENOS COM TECNOLOGIA ANALÓGICA E ANALÓGICA DE ALTA RESOLUÇÃO; DEVERÁ POSSUIR RECURSOS NO SISTEMA BÁSICOS, COMO REPRODUÇÃO DE IMAGENS AO VIVO E GRAVADAS, GRAVAÇÃO, BACKUP E ACESSO REMOTO, JUNTAMENTE COM UMA INTERFACE PARA O USUÁRIO AMIGÁVEL E COM DICAS DE MENUS NA TELA; DEVE AINDA SUPORTAR RESOLUÇÕES E TECNOLOGIAS DE VÍDEO DE FORMA INDEPENDENTE PARA CADA CANAL, BEM COMO PERMITIR A ALTERAÇÃO DA ORDEM DOS CANAIS NO PLANO DE VISUALIZAÇÃO AO VIVO; DEVERÁ AINDA POSSIBILITAR A FUNÇÃO DE VISUALIZAÇÃO EM TEMPO REAL, PERMITINDO SELECIONAR A VISUALIZAÇÃO DE PELO MENOS 1200 SEGUNDOS ANTES DO ACIONAMENTO DA FUNÇÃO; DEVERÁ</p>	461529		

POSSUIR AO MENOS 08 ENTRADAS DE VÍDEO (BNC) E CONEXÃO COM AO MENOS MAIS 4 CÂMERAS IP, AINDA DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM AO MENOS AS COMPRESSÕES DE VÍDEO H. 264, H.265, H.264+, G.711; DEVE POSSUIR UM MODO DE OPERAÇÃO QUE PERMITA DESATIVAR OS CANAIS ANALÓGICOS E OPERAR COM NO MÍNIMO 12 CÂMERAS IP COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1080P A 15FPS OU 5 MEGAPIXELS A 7 FPS SIMULTANEAMENTE; DEVE ACEITAR DIVISÃO DA TELA NOS MODOS CHEIA E MULTIPLEXADA (1/4/8 /9/16/25); DEVERÁ ACEITAR NO MÍNIMO 120 USUÁRIOS CONECTADOS SIMULTANEAMENTE E AINDA POSSUIR A FUNCIONALIDADE DE CÂMERA OCULTA PARA DETERMINADOS USUÁRIOS; PARA CONSEGUIR UM MENOR TAMANHO DO ARQUIVO DE VÍDEO E ASSIM GERAR MENOR TRÁFEGO NA REDE, O GRAVADOR DEVERÁ DISPOR DE AO MENOS 2 NÍVEIS DE QUALIDADE DE VÍDEO, CONFIGURÁVEIS INDIVIDUALMENTE; DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM A FUNÇÃO DE MÁSCARA DE PRIVACIDADE COM A POSSIBILIDADE DE NO MÍNIMO 2 ZONAS CONFIGURÁVEIS POR CANAL; DEVE POSSIBILITAR A VISUALIZAÇÃO EM TELA DE INFORMAÇÕES COMO O TÍTULO DA CÂMERA, HORÁRIO, PERDA DE VÍDEO, BLOQUEIO DA CÂMERA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, INTELIGÊNCIA DE VÍDEO, GRAVAÇÃO E ALARME; DEVERÁ PERMITIR AJUSTE DA SAÍDA NAS CORES EM PELO MENOS DOIS PERÍODOS DIFERENTES E AINDA PERMITIR AJUSTAR A ÁREA DE EXIBIÇÃO, BEM COMO DEVERÁ PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE BITRATES DE FORMA INDIVIDUAL POR CANAL; DEVE POSSUIR AO MENOS 1 CANAL DE ENTRADA DE ÁUDIO RCA, ASSIM COMO DEVE POSSUIR AO MENOS UM CANAL DE SAÍDA DE ÁUDIO RCA OU ATRAVÉS DA SAÍDA HDMI; PERMITIR A UTILIZAÇÃO DE UM OU MAIS ARQUIVOS DE ÁUDIO NO FORMATO .MP3 PARA VOCALIZAÇÃO DE EVENTOS DETECTADOS PELO EQUIPAMENTO; DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM AO MENOS AS COMPRESSÕES DE ÁUDIO G.711A, G. 711U E PCM; O GRAVADOR DEVERÁ POSSUIR A CAPACIDADE DE EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO; AINDA DEVERÁ PERMITIR A FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO COM NO MÍNIMO 2 REGIÕES COM PELO MENOS 300 ZONAS DE DETECÇÃO PARA CADA UMA, SENDO POSSÍVEL AO MENOS 60 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE E LIMIAR CONFIGURÁVEIS POR REGIÃO E CANAL; DEVE AINDA POSSUIR FUNÇÕES COMO DETECÇÃO DE PERDA DE VÍDEO E DETECÇÃO DE MASCARAMENTO DE CÂMERA COM AO MENOS 4 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE CONFIGURÁVEL POR CANAL; O GRAVADOR DEVERÁ POSSUIR A CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE AO MENOS 1 DISCO RÍGIDO (HD SATA) DE NO MÍNIMO 1TB E FUNÇÕES COMO HIBERNAÇÃO DO HD, ALARME DE FALHA E ESPAÇO INSUFICIENTE; DEVE SER COMPATÍVEL AO MENOS COM OS MODOS DE GRAVAÇÃO MANUAL, CONTÍNUA, CONTÍNUA COM CONDIÇÃO DE SOBRESCREVER, AGENDADA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, MASCARAMENTO DE CÂMERA, PERDA DE VÍDEO, INTELIGÊNCIA DE VÍDEO E ALARME, PODENDO AINDA DEFINIR O TIPO DE STREAM, A

R\$ 674,00

R\$ 6.740,00

PRIORIDADE DE FUNÇÕES E INTERVALOS CONFIGURÁVEIS (PELO MENOS 1 A 60 MINUTOS); DEVERÁ PERMITIR A REPRODUÇÃO SIMULTÂNEA DE NO MÍNIMO 4 CANAIS E AINDA SER COMPATÍVEL AO MENOS COM OS MODELOS DE REPRODUÇÃO POR BUSCAR HORA/DATA COM PRECISÃO DE SEGUNDOS, POR TIPO DE EVENTO, REGULAR E/OU DETECÇÃO DE MOVIMENTO E/OU ALARME, BEM COMO PERMITIR FUNÇÕES COMO PAUSAR, PARAR, RETROCEDER, REPRODUÇÃO RÁPIDA, REPRODUÇÃO LENTA, EM TELA CHEIA E SELEÇÃO DO ARQUIVO PARA BACKUP; DEVE POSSUIR A FUNÇÃO DE ZOOM DIGITAL, PERMITINDO SELECIONAR UMA ZONA PARA APLICAÇÃO DO ZOOM, PODENDO SER EM TELA CHEIA E DURANTE A REPRODUÇÃO; O GRAVADOR DEVERÁ POSSUIR MODOS DE BACKUP ATRAVÉS DE PENDRIVE, DISCO FLASH, DISCO RÍGIDO USB, CD-RW USB, DVD RW USB E AINDA PERMITIR DOWNLOAD POR REDE, PODENDO SER EM FORMATOS DE ARQUIVOS COMO AVI E UM FORMATO PROPRIETÁRIO, BEM COMO DEVERÁ PERMITIR QUE O BACKUP SEJA REALIZADO EM TEMPO REAL EM DISPOSITIVO USB SEM INTERROMPER A GRAVAÇÃO EM DISCO RÍGIDO; DEVE SER COMPATÍVEL AO MENOS COM OS NAVEGADORES INTERNET EXPLORER® E MOZILLA FIREFOX ®; DEVERÁ POSSUIR AO MENOS UMA INTERFACE RJ45 (10/100/1000MBPS) EM ACORDO COM O PADRÃO IEEE 802.3Z E PERMITIR FUNÇÕES COMO TRANSMISSÃO TCP/IP, DDNS, FTP, NTP, UPNP, SNMP (V1, V2 E V3), FILTRO IP, E-MAIL, DHCP, CLIENTE EMBARCADO PARA SERVIÇO DE DDNS, NO-IP® E DYNDNS®; DEVERÁ PERMITIR UMA PROGRAMAÇÃO PARA CAPTURA E ENVIO DE ALERTAS E FOTOS POR E-MAIL; PERMITIRÁ REALIZAR TESTE DE CONECTIVIDADE (PING) ATRAVÉS DE INTERFACE LOCAL E CAPTURAR OS PACOTES VIA INTERFACE LOCAL E ARMAZENAR EM DISPOSITIVO USB; DEVERÁ AINDA PERMITIR ATRAVÉS DA REDE OPERAÇÕES REMOTAS COMO MONITORAMENTO, CONFIGURAÇÃO TOTAL DO SISTEMA, CONTROLE PTZ, REPRODUÇÃO, DOWNLOAD DE ARQUIVOS GRAVADOS E INFORMAÇÕES SOBRE REGISTROS, BEM COMO SUPTAR OS PROTOCOLOS IPV4 E IPV6; DEVE POSSUIR AO MENOS DOIS STREAM DE VÍDEO, POSSIBILITANDO GRAVAR IMAGENS EM QUALIDADES DIFERENTES PARA TRANSMISSÃO PELA REDE, PODENDO SER CONFIGURADO INDEPENDENTEMENTE POR CANAL; PARA CONSEGUIR UM MENOR TAMANHO DO ARQUIVO DE VÍDEO E ASSIM GERAR MENOR TRÁFEGO NA REDE, O GRAVADOR DEVERÁ DISPOR DE AO MENOS 2 NÍVEIS DE QUALIDADE DE VÍDEO, CONFIGURÁVEIS INDIVIDUALMENTE; DEVERÁ AINDA POSSUIR AO MENOS DUAS INTERFACES AUXILIARES USB E UMA RS485 PARA CONTROLE PTZ (± 12 V); SUA ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER ATRAVÉS DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (100 A 240 VAC, 50/60 HZ) AUTOMÁTICA E PODERÁ SER EXTERNA, COM SAÍDA DE 12V E CORRENTE DE NO MÁXIMO 2 A, ASSIM SEU CONSUMO (SEM HD) NÃO DEVERÁ SER MAIOR QUE 10 W; DEVE SER COMPATÍVEL COM SOFTWARE PARA ACESSO ÀS IMAGENS VIA CELULAR, FORNECIDO

			GRATUITAMENTE PELO FABRICANTE; O FABRICANTE DEVERÁ FORNECER SERVIÇO DE CLOUD, CONECTIVIDADE DE SERVIÇO P2P GRATUITO, SEM NECESSIDADE DE REDIRECIONAMENTO DE PORTAS; DEVE AINDA SER COMPATÍVEL AO MENOS COM AS CERTIFICAÇÕES FCC, CE E INMETRO (NBR 14136).			
31	16	UNIDADE	<p>GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO (PROTOCOLOS HDCVI, AHD, HDTV, IP E ANALÓGICO) 16 CANAIS</p> <p>GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO COM CAPACIDADE DE GERENCIAR E GRAVAR IMAGENS DE NO MÍNIMO 16 CÂMERAS COM COMPATIBILIDADE DE AO MENOS COM TECNOLOGIA ANALÓGICA E ANALÓGICA DE ALTA RESOLUÇÃO; DEVERÁ POSSUIR RECURSOS NO SISTEMA BÁSICOS, COMO REPRODUÇÃO DE IMAGENS AO VIVO E GRAVADAS, GRAVAÇÃO, BACKUP E ACESSO REMOTO, JUNTAMENTE COM UMA INTERFACE PARA O USUÁRIO AMIGÁVEL E COM DICAS DE MENUS NA TELA; DEVE AINDA SUPORTAR RESOLUÇÕES E TECNOLOGIAS DE VÍDEO DE FORMA INDEPENDENTE PARA CADA CANAL, BEM COMO PERMITIR A ALTERAÇÃO DA ORDEM DOS CANAIS NO PLANO DE VISUALIZAÇÃO AO VIVO; DEVERÁ AINDA POSSIBILITAR A FUNÇÃO DE VISUALIZAÇÃO EM TEMPO REAL, PERMITINDO SELECIONAR A VISUALIZAÇÃO DE PELO MENOS 1200 SEGUNDOS ANTES DO ACIONAMENTO DA FUNÇÃO; DEVERÁ POSSUIR AO MENOS 16 ENTRADAS DE VÍDEO (BNC) E CONEXÃO COM AO MENOS MAIS 4 CÂMERAS IP, AINDA DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM AO MENOS AS COMPRESSÕES DE VÍDEO H. 264, H.265, H.264+, G.711; DEVE POSSUIR UM MODO DE OPERAÇÃO QUE PERMITA DESATIVAR OS CANAIS ANALÓGICOS E OPERAR COM NO MÍNIMO 20 CÂMERAS IP COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1080P A 15FPS OU 5 MEGAPIXELS A 7 FPS SIMULTANEAMENTE; DEVE ACEITAR DIVISÃO DA TELA NOS MODOS CHEIA E MULTIPLEXADA (1/4/8 /9/16/25); DEVERÁ ACEITAR NO MÍNIMO 120 USUÁRIOS CONECTADOS SIMULTANEAMENTE E AINDA POSSUIR A FUNCIONALIDADE DE CÂMERA OCULTA PARA DETERMINADOS USUÁRIOS; PARA CONSEGUIR UM MENOR TAMANHO DO ARQUIVO DE VÍDEO E ASSIM GERAR MENOR TRÁFEGO NA REDE, O GRAVADOR DEVERÁ DISPOR DE AO MENOS 2 NÍVEIS DE QUALIDADE DE VÍDEO, CONFIGURÁVEIS INDIVIDUALMENTE; DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM A FUNÇÃO DE MÁSCARA DE PRIVACIDADE COM A POSSIBILIDADE DE NO MÍNIMO 2 ZONAS CONFIGURÁVEIS POR CANAL; DEVE POSSIBILITAR A VISUALIZAÇÃO EM TELA DE INFORMAÇÕES COMO O TÍTULO DA CÂMERA, HORÁRIO, PERDA DE VÍDEO, BLOQUEIO DA CÂMERA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, INTELIGÊNCIA DE VÍDEO, GRAVAÇÃO E ALARME; DEVERÁ PERMITIR AJUSTE DA SAÍDA NAS CORES EM PELO MENOS DOIS PERÍODOS DIFERENTES E AINDA PERMITIR AJUSTAR A ÁREA DE EXIBIÇÃO, BEM COMO DEVERÁ PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE BIT RATES DE FORMA INDIVIDUAL POR CANAL; DEVE POSSUIR AO MENOS 1 CANAL DE ENTRADA DE ÁUDIO RCA, ASSIM COMO DEVE POSSUIR AO MENOS UM CANAL DE SAÍDA DE</p>	461530		

ÁUDIO RCA OU ATRAVÉS DA SAÍDA HDMI; PERMITIR A UTILIZAÇÃO DE UM OU MAIS ARQUIVOS DE ÁUDIO NO FORMATO .MP3 PARA VOCALIZAÇÃO DE EVENTOS DETECTADOS PELO EQUIPAMENTO; DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM AO MENOS AS COMPRESSÕES DE ÁUDIO G.711A, G.711U E PCM; O GRAVADOR DEVERÁ POSSUIR A CAPACIDADE DE EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO; AINDA DEVERÁ PERMITIR A FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO COM NO MÍNIMO 2 REGIÕES COM PELO MENOS 300 ZONAS DE DETECÇÃO PARA CADA UMA, SENDO POSSÍVEL AO MENOS 60 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE E LIMAR CONFIGURÁVEIS POR REGIÃO E CANAL; DEVE AINDA POSSUIR FUNÇÕES COMO DETECÇÃO DE PERDA DE VÍDEO E DETECÇÃO DE MASCARAMENTO DE CÂMERA COM AO MENOS 4 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE CONFIGURÁVEL POR CANAL; O GRAVADOR DEVERÁ POSSUIR A CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE AO MENOS 1 DISCO RÍGIDO (HD SATA) DE NO MÍNIMO 1 TB E FUNÇÕES COMO HIBERNAÇÃO DO HD, ALARME DE FALHA E ESPAÇO INSUFICIENTE; DEVE SER COMPATÍVEL AO MENOS COM OS MODOS DE GRAVAÇÃO MANUAL, CONTÍNUA, CONTÍNUA COM CONDIÇÃO DE SOBRESCREVER, AGENDADA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, MASCARAMENTO DE CÂMERA, PERDA DE VÍDEO, INTELIGÊNCIA DE VÍDEO E ALARME, PODENDO AINDA DEFINIR O TIPO DE STREAM, A PRIORIDADE DE FUNÇÕES E INTERVALOS CONFIGURÁVEIS (PELO MENOS 1 A 60 MINUTOS); DEVERÁ PERMITIR A REPRODUÇÃO SIMULTÂNEA DE NO MÍNIMO 8 CANAIS E AINDA SER COMPATÍVEL AO MENOS COM OS MODELOS DE REPRODUÇÃO POR BUSCAR HORA/DATA COM PRECISÃO DE SEGUNDOS, POR TIPO DE EVENTO, REGULAR E/OU DETECÇÃO DE MOVIMENTO E/OU ALARME, BEM COMO PERMITIR FUNÇÕES COMO PAUSAR, PARAR, RETROCEDER, REPRODUÇÃO RÁPIDA, REPRODUÇÃO LENTA, EM TELA CHEIA E SELEÇÃO DO ARQUIVO PARA BACKUP; DEVE POSSUIR A FUNÇÃO DE ZOOM DIGITAL, PERMITINDO SELECIONAR UMA ZONA PARA APLICAÇÃO DO ZOOM, PODENDO SER EM TELA CHEIA E DURANTE A REPRODUÇÃO; O GRAVADOR DEVERÁ POSSUIR MODOS DE BACKUP ATRAVÉS DE PENDRIVE, DISCO FLASH, DISCO RÍGIDO USB, CD-RW USB, DVD RW USB E AINDA PERMITIR DOWNLOAD POR REDE, PODENDO SER EM FORMATOS DE ARQUIVOS COMO AVI E UM FORMATO PROPRIETÁRIO, BEM COMO DEVERÁ PERMITIR QUE O BACKUP SEJA REALIZADO EM TEMPO REAL EM DISPOSITIVO USB SEM INTERROMPER A GRAVAÇÃO EM DISCO RÍGIDO; DEVE SER COMPATÍVEL AO MENOS COM OS NAVEGADORES INTERNET EXPLORER® E MOZILLA FIREFOX ®; DEVERÁ POSSUIR AO MENOS UMA INTERFACE RJ45 (10/100/1000MBPS) EM ACORDO COM O PADRÃO IEEE 802.3Z E PERMITIR FUNÇÕES COMO TRANSMISSÃO TCP/IP, DDNS, FTP, NTP, UPNP, SNMP (V1, V2 E V3), FILTRO IP, E-MAIL, DHCP, CLIENTE EMBARCADO PARA SERVIÇO DE DDNS, NO-IP® E DYNDNS®; DEVERÁ PERMITIR UMA PROGRAMAÇÃO PARA CAPTURA E ENVIO DE ALERTAS E FOTOS POR E-MAIL;

R\$ 1.091,20

R\$
17.459,20

			<p>PERMITIRÁ REALIZAR TESTE DE CONECTIVIDADE (PING) ATRAVÉS DE INTERFACE LOCAL E CAPTURAR OS PACOTES VIA INTERFACE LOCAL E ARMAZENAR EM DISPOSITIVO USB; DEVERÁ AINDA PERMITIR ATRAVÉS DA REDE OPERAÇÕES REMOTAS COMO MONITORAMENTO, CONFIGURAÇÃO TOTAL DO SISTEMA, CONTROLE PTZ, REPRODUÇÃO, DOWNLOAD DE ARQUIVOS GRAVADOS E INFORMAÇÕES SOBRE REGISTROS, BEM COMO SUPORTAR OS PROTOCOLOS IPV4 E IPV6; DEVE POSSUIR AO MENOS DOIS STREAM DE VÍDEO, POSSIBILITANDO GRAVAR IMAGENS EM QUALIDADES DIFERENTES PARA TRANSMISSÃO PELA REDE, PODENDO SER CONFIGURADO INDEPENDENTEMENTE POR CANAL; PARA CONSEGUIR UM MENOR TAMANHO DO ARQUIVO DE VÍDEO E ASSIM GERAR MENOR TRÁFEGO NA REDE, O GRAVADOR DEVERÁ DISPOR DE AO MENOS 2 NÍVEIS DE QUALIDADE DE VÍDEO, CONFIGURÁVEIS INDIVIDUALMENTE; DEVERÁ AINDA POSSUIR AO MENOS DUAS INTERFACES AUXILIARES USB E UMA RS485 PARA CONTROLE PTZ (± 12 V); SUA ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER ATRAVÉS DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (100 A 240 VAC, 50/60 HZ) AUTOMÁTICA E PODERÁ SER EXTERNA, COM SAÍDA DE 12 V E CORRENTE DE NO MÁXIMO 2 A, ASSIM SEU CONSUMO (SEM HD) NÃO DEVERÁ SER MAIOR QUE 10 W; DEVE SER COMPATÍVEL COM SOFTWARE PARA ACESSO ÀS IMAGENS VIA CELULAR, FORNECIDO GRATUITAMENTE PELO FABRICANTE; O FABRICANTE DEVERÁ FORNECER SERVIÇO DE CLOUD, CONECTIVIDADE DE SERVIÇO P2P GRATUITO, SEM NECESSIDADE DE REDIRECIONAMENTO DE PORTAS; DEVE AINDA SER COMPATÍVEL AO MENOS COM AS CERTIFICAÇÕES FCC, CE E INMETRO (NBR 14136).</p>			
32	7	UNIDADE	<p>GRAVADOR, DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO, (PROTOCOLOS HDCVI, AHD, HDTV, IP E ANALÓGICO), 32 CANAIS</p> <p>GRAVADOR, DIGITAL DE VÍDEO, CAPACIDADE DE GERENCIAR E GRAVAR IMAGENS DE NO MÍNIMO 32 CÂMERAS COM COMPATIBILIDADE DE AO MENOS COM TECNOLOGIA ANALÓGICA, ANALÓGICA DE ALTA RESOLUÇÃO E IP; POSSUI RECURSOS NO SISTEMA BÁSICOS, COMO REPRODUÇÃO DE IMAGENS AO VIVO E GRAVADAS, GRAVAÇÃO, BACKUP E ACESSO REMOTO, JUNTAMENTE COM UMA INTERFACE PARA O USUÁRIO AMIGÁVEL E COM DICAS DE MENUS NA TELA; SUPORTA RESOLUÇÕES E TECNOLOGIAS DE VÍDEO DE FORMA INDEPENDENTE PARA CADA CANAL, BEM COMO PERMITE A ALTERAÇÃO DA ORDEM DOS CANAIS NO PLANO DE VISUALIZAÇÃO AO VIVO; PERMITE AJUSTE DA SAÍDA NAS CORES EM PELO MENOS DOIS PERÍODOS DIFERENTES E AINDA PERMITIR AJUSTAR A ÁREA DE EXIBIÇÃO, BEM COMO DEVERÁ PERMITE A CONFIGURAÇÃO DE BIT RATES DE FORMA INDIVIDUAL POR CANAL; POSSIBILITA A FUNÇÃO DE VISUALIZAÇÃO EM TEMPO REAL, PERMITINDO SELECIONAR A VISUALIZAÇÃO DE PELO MENOS 1200 SEGUNDOS ANTES DO ACIONAMENTO DA FUNÇÃO; POSSUI AO MENOS 32 ENTRADAS DE VÍDEO (BNC) BEM COMO SER COMPATÍVEL COM AO MENOS AS</p>	480124		

COMPRESSÕES DE VÍDEO H.264, H.265, H.264+, G. 711; POSSUI UM MODO DE OPERAÇÃO QUE PERMITA DESATIVAR OS CANAIS ANALÓGICOS E OPERAR COM NO MÍNIMO 30 CÂMERAS IP COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1080P; ACEITA DIVISÃO DA TELA NOS MODOS CHEIA E MULTIPLEXADA (1 /4/8/9/16/25/36); ACEITA NO MÍNIMO 120 USUÁRIOS CONECTADOS SIMULTANEAMENTE E AINDA POSSUIR A FUNCIONALIDADE DE CÂMERA OCULTA PARA DETERMINADOS USUÁRIOS; PARA CONSEGUIR UM MENOR TAMANHO DO ARQUIVO DE VÍDEO E ASSIM GERAR MENOR TRÁFEGO NA REDE, O GRAVADOR DISPÕE DE AO MENOS 2 NÍVEIS DE QUALIDADE DE VÍDEO, CONFIGURÁVEIS INDIVIDUALMENTE; COMPATÍVEL COM A FUNÇÃO DE MÁSCARA DE PRIVACIDADE COM A POSSIBILIDADE DE NO MÍNIMO 2 ZONAS CONFIGURÁVEIS POR CANAL; POSSIBILITA A VISUALIZAÇÃO EM TELA DE INFORMAÇÕES COMO O TÍTULO DA CÂMERA, HORÁRIO, PERDA DE VÍDEO, BLOQUEIO DA CÂMERA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, INTELIGÊNCIA DE VÍDEO, GRAVAÇÃO E ALARME; POSSUI AO MENOS 1 CANAL DE ENTRADA DE ÁUDIO RCA, ASSIM COMO POSSUI AO MENOS UM CANAL DE SAÍDA DE ÁUDIO RCA OU ATRAVÉS DA SAÍDA HDMI; PERMITE A UTILIZAÇÃO DE UM OU MAIS ARQUIVOS DE ÁUDIO NO FORMATO MP3 PARA VOCALIZAÇÃO DE EVENTOS DETECTADOS PELO EQUIPAMENTO; COMPATÍVEL COM AO MENOS AS COMPRESSÕES DE ÁUDIO G.711A, G. 711U E PCM; O GRAVADOR POSSUI A CAPACIDADE DE EDIÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO; PERMITE A FUNÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO COM NO MÍNIMO 2 REGIÕES COM PELO MENOS 300 ZONAS DE DETECÇÃO PARA CADA UMA, SENDO POSSÍVEL AO MENOS 60 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE E LIMAR CONFIGURÁVEIS POR REGIÃO E CANAL; POSSUI FUNÇÕES COMO DETECÇÃO DE PERDA DE VÍDEO E DETECÇÃO DE MASCARAMENTO DE CÂMERA COM AO MENOS 4 NÍVEIS DE SENSIBILIDADE CONFIGURÁVEIS POR CANAL; CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE AO MENOS 1 DISCO RÍGIDO (HD SATA) DE NO MÍNIMO 1 TB E FUNÇÕES COMO HIBERNAÇÃO DO HD, ALARME DE FALHA E ESPAÇO INSUFICIENTE; COMPATÍVEL AO MENOS COM OS MODOS DE GRAVAÇÃO MANUAL, CONTÍNUA, CONTÍNUA COM CONDIÇÃO DE SOBRESCREVER, AGENDADA, DETECÇÃO DE MOVIMENTO, MASCARAMENTO DE CÂMERA, PERDA DE VÍDEO, INTELIGÊNCIA DE VÍDEO E ALARME, PODENDO AINDA DEFINIR O TIPO DE STREAM, A PRIORIDADE DE FUNÇÕES E INTERVALOS CONFIGURÁVEIS (PELO MENOS 1 A 60 MINUTOS); PERMITE A REPRODUÇÃO SIMULTÂNEA DE NO MÍNIMO 16 CANAIS E É COMPATÍVEL AO MENOS COM OS MODELOS DE REPRODUÇÃO POR BUSCAR HORA/DATA COM PRECISÃO DE SEGUNDOS, POR TIPO DE EVENTO, REGULAR E/OU DETECÇÃO DE MOVIMENTO E/OU ALARME, BEM COMO PERMITIR FUNÇÕES COMO PAUSAR, PARAR, RETROCEDER, REPRODUÇÃO RÁPIDA, REPRODUÇÃO LENTA, EM TELA CHEIA E SELEÇÃO DO ARQUIVO PARA BACKUP; POSSUI A FUNÇÃO DE ZOOM DIGITAL, PERMITINDO SELECIONAR UMA ZONA PARA APLICAÇÃO DO

R\$ 2.713,00

R\$
18.991,00

			<p>ZOOM, PODENDO SER EM TELA CHEIA E DURANTE A REPRODUÇÃO; POSSUI AO MENOS OS SEGUINTE MODOS DE BACKUP DISPOSITIVO USB E/OU DOWNLOAD POR REDE; COMPATÍVEL AO MENOS COM OS NAVEGADORES INTERNET EXPLORER E MOZILLA FIREFOX; POSSUI AO MENOS UMA INTERFACE RJ45 (10/100/1000MBPS) EM ACORDO COM O PADRÃO IEEE 802.3Z E PERMITIR FUNÇÕES COMO TRANSMISSÃO TCP/IP, DDNS, FTP, NTP, UPNP, SNMP (V1, V2 E V3), FILTRO IP, E-MAIL, DHCP, CLIENTE EMBARCADO PARA SERVIÇO DE DDNS, NO-IP E DYNDNS; PERMITE UMA PROGRAMAÇÃO PARA CAPTURA E ENVIO DE ALERTAS E FOTOS POR E-MAIL; PERMITIRÁ REALIZAR TESTE DE CONECTIVIDADE (PING) ATRAVÉS DE INTERFACE LOCAL E CAPTURAR OS PACOTES VIA INTERFACE LOCAL E ARMAZENAR EM DISPOSITIVO USB; PERMITE ATRAVÉS DA REDE OPERAÇÕES REMOTAS COMO MONITORAMENTO, CONFIGURAÇÃO TOTAL DO SISTEMA, CONTROLE PTZ, REPRODUÇÃO, DOWNLOAD DE ARQUIVOS GRAVADOS E INFORMAÇÕES SOBRE REGISTROS, BEM COMO SUPORTA OS PROTOCOLOS IPV4 E IPV6; POSSUI AO MENOS DOIS STREAM DE VÍDEO, POSSIBILITANDO GRAVAR IMAGENS EM QUALIDADES DIFERENTES PARA TRANSMISSÃO PELA REDE, PODENDO SER CONFIGURADO INDEPENDENTEMENTE POR CANAL; POSSUI AO MENOS DUAS INTERFACES AUXILIARES USB E UMA RS485 PARA CONTROLE PTZ (±12 V); ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (100 A 240 VAC, 50/60 HZ) AUTOMÁTICA E PODERÁ SER EXTERNA, COM SAÍDA DE 12 V E CORRENTE DE NO MÁXIMO 4 A, ASSIM SEU CONSUMO (SEM HD) NÃO DEVERÁ SER MAIOR QUE 25 W; COMPATÍVEL COM SOFTWARE PARA ACESSO ÀS IMAGENS VIA CELULAR, FORNECIDO GRATUITAMENTE PELO FABRICANTE; O FABRICANTE DEVERÁ FORNECER SERVIÇO DE CLOUD, CONECTIVIDADE DE SERVIÇO P2P GRATUITO, SEM NECESSIDADE DE REDIRECIONAMENTO DE PORTAS; COMPATÍVEL AO MENOS COM AS CERTIFICAÇÕES FCC, CE E INMETRO (NBR 14136)</p>			
33	1	UNIDADE	<p>HD SAS 3000GB CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO: 3000 GB, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA DE NO MÍNIMO: 600 MBPS, INTERFACE: SAS, VELOCIDADE MÍNIMA: 10.000 RPM OU SUPERIOR</p>	441667	R\$ 1.690,00	R\$ 1.690,00
34	50	UNIDADE	<p>INJETOR POE+ 802.3 AF/AT INJETOR POE DEVE PERMITIR QUE A ENERGIA E OS DADOS TRAFEGUEM PELO MESMO CABO; DEVE SER COMPATÍVEL COM OS PADRÕES IEEE802.3AF E IEEE802.3AT, EXCLUINDO A NECESSIDADE DE FONTES DE ALIMENTAÇÃO; DEVERÁ PERMITIR UM ALCANCE MÍNIMO DE 100 METROS ATRAVÉS DO CABO DE REDE DE CATEGORIA 5 OU SUPERIOR; DEVE POSSUIR AO MENOS UMA PORTA RJ45 PARA LAN GIGABIT ETHERNET (10/100/1000 MBPS) PARA ENTRADA DE DADOS E UMA PORTA RJ45 PARA POE GIGABIT ETHERNET (10/100/1000 MBPS) PARA SAÍDA DE DADOS E ALIMENTAÇÃO. AMBAS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM AUTO NEGOCIAÇÃO; DEVE</p>	605537		

			POSSIBILITAR QUE A INSTALAÇÃO SEJA PLUG & PLAY, NÃO NECESSITANDO CONFIGURAÇÕES A PARTE NA INSTALAÇÃO; DEVE SUPORTAR AUTO NEGOCIAÇÃO DE VELOCIDADE, MODO DUPLEX E AUTO MDI/MDIX; DEVE SER COMPATÍVEL COM OS PADRÕES DE REDE IEEE 802.3 10BASE-T, IEEE 802.3 U 100BASE-TX, IEEE 802.3AB 1000BASE-T, IEEE 802.3 AF POWER OVER ETHERNET E IEEE 802.3AT POE+; DEVE POSSUIR LED'S QUE INDIQUEM AO MENOS O ESTADO DE UTILIZAÇÃO DO POE E ALIMENTAÇÃO DO DISPOSITIVO; A POTÊNCIA MÁXIMA FORNECIDA PELA PORTA POE DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 15,4 W, CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AF E DE 30 W PARA O PADRÃO IEEE802.3AT; SUA ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER ATRAVÉS DE UMA TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT (AC 100-240 V 50/60 HZ) COM CORRENTE MÁXIMA DE 800 MA E SUA TENSÃO DE SAÍDA DEVE SER DE 50 VDC COM CORRENTE MÁXIMA DE 600 MA, COM SEU CONSUMO MENOR OU IGUAL A 1 W SEM CARGA; DEVERÁ POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO, CORRENTE E CARGA; DEVE SUPORTAR OPERAÇÃO EM TEMPERATURAS DE NO MÍNIMO ENTRE 0° C A 40° C E UMIDADE DE NO MÁXIMO 90% SEM CONDENSAÇÃO; DEVE POSSUIR AO MENOS AS CERTIFICAÇÕES FCC, CE, ROHS E ANATEL; DEVERÁ SER FORNECIDO COM GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO PELO FABRICANTE, JUNTAMENTE COM O CABO DE ALIMENTAÇÃO E GUIA DE USUÁRIO EM PORTUGUÊS.		R\$ 569,00	R\$ 28.450,00
35	40	UNIDADE	LICENÇA, PERMANENTE DE SOFTWARE, PACK CÂMERA. LICENÇA DE SOFTWARE PARA GERÊNCIA DE IMAGENS - LICENÇA POR CÂMERA. LICENÇA ADICIONAL PARA CADA CÂMERA ADICIONADA AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE IMAGENS; DEVERÁ SER DO MESMO FORNECEDOR DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE IMAGENS. CADA PACK DEVERÁ HABILITAR 1 CÂMERA. A LICENÇA OFERTADA DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM O SISTEMA INSTALADO NA UFG. O FORNECEDOR DEVERÁ INSTALAR O SISTEMA /EQUIPAMENTOS OFERTADOS.	27464	R\$ 1.513,70	R\$ 60.548,00
36	6	UNIDADE	MEMÓRIA RAM, 16GB, 3200MHZ (RDIMM, DUAL RANK, BCC)	450307	R\$ 1.717,70	R\$ 10.306,20
37	2	UNIDADE	MONITOR PROFISSIONAL DE 49"; PAINEL LCD DID DE NÍVEL INDUSTRIAL, ADEQUADO PARA TRABALHOS CONTÍNUOS (24/7); BORDA COM DESIGN ULTRAFINO DE 3,5 MM (2,3 MM NOS LADOS ESQUERDO E SUPERIOR E 1,2 MM NOS LADOS DIREITO E INFERIOR); PROCESSAMENTO DIGITAL DE ALTA FIDELIDADE, COM IMAGEM DE ALTO CONTRASTE E ALTO BRILHO; FILTRO COMB 3D INTEGRADO E REDUÇÃO DE RUÍDO 3D; DIAGONAL 49" (16:9); TECNOLOGIA LCD ADS (ADVANCED DIMENSION SWITCHING); RESOLUÇÃO 1920 X 1080 (FULL HD); LUZ DE FUNDO DIRECT LED; BRILHO 500 CD/㎡ (NITS); CONTRASTE 1200:1; DENSIDADE DE PIXEL 46 DPI; NGULO DE VISÃO 178° (HORIZONTAL) / 178° (VERTICAL); TEMPO DE RESPOSTA 8 MS; PROFUNDIDADE DE COR 8 BITS (16,7 MILHÕES); TEMPERATURA DE COR 10000 K; VIDA ÚTIL (MTBF) 50000 HORAS; ENTRADAS: 1X VGA (D-SUB),	604256	R\$ 8.662,65	R\$ 17.325,30

			1X CVBS (BNC - 720*576@60FPS), 1X DVI-D, 1X HDMI, 1X RS232 (RJ45), 2X USB, 1X ENTRADA ÁUDIO, 1X IR; SAÍDAS: 1X CVBS (720*576@60FPS), 1X RS232 (RJ45), 2X HDMI, 1X VGA, 1X SAÍDA DE ÁUDIO; SINAIS DE CONTROLE INFRAVERMELHO, RS232 MODO DUPLO, SUPORTA CONTROLE REMOTO VIA PC; FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC 90V~264V (+/-5%), 50/60 HZ; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0℃ A 50℃; UMIDADE RELATIVA DE OPERAÇÃO 10% A 80%; CERTIFICAÇÕES: FCC, CE; EQUIPAMENTOS QUE ACOMPANHAM PRODUTO: CONTROLE REMOTO, ACESSÓRIOS DE MONTAGEM DA EXTENSÃO DE PAREDE, CABO DE FORÇA, CABO HDMI 1.4 (2 METROS), 2 PILHAS AAA, MANUAL, FOLHETO DE PRECAUÇÃO.			
38	160	UNIDADE	PARAFUSO, AUTO-ATARRAXANTE, MATERIAL AÇO CARBONO, TRATAMENTO SUPERFICIAL ZINCADO, CABEÇA PANELA, FENDA PHILIPS, DIÂMETRO CORPO 4,20MM X COMPRIMENTO 32MM	364775	R\$ 0,20	R\$ 32,00
39	2	UNIDADE	PROCESSADOR, INTEL, VELOCIDADE PROCESSAMENTO 2.93 GHZ, MODELO XEON E5649, LGA 1366	608237	R\$ 1.525,00	R\$ 3.050,00
40	300	UNIDADE	PROTECTOR, CONTRA SURTOS DE TENSÃO (DPS), TENSÃO NOMINAL 127/220 VOLTS, CORRENTE MÁXIMA SURTO 10 AMPERES, 1 TOMADA, 2 PINOS, MATERIAL TRANSPARENTE, APLICAÇÃO PROTEGER AS FONTES DE ALIMENTAÇÃO DAS CÂMERAS CONTRA SURTOS ELÉTRICOS	620773	R\$ 50,57	R\$ 15.171,00
41	2	UNIDADE	RECEPTOR, APLICAÇÃO CÂMERA VIGILÂNCIA, PROTOCOLO X-10, FAIXA OPERAÇÃO 2,4GHZ, ALIMENTAÇÃO 9V, 16 CANAIS, SAÍDA COMPOSTO RCA, DI MENSÕES 15 X 10,5 X 5,5CM	256466	R\$ 715,00	R\$ 1.430,00
42	2	UNIDADE	SERVIDOR SISTEMA OPERACIONAL (GRAVAÇÃO) PROCESSADOR INTEL® XEON® 6741P DE 2,5 GHZ, 48 NÚCLEOS/96 SEGMENTOS, CACHE DE 288 MB, TURBO, HT (300 W); SLOT PARA ADIÇÃO DE 2° PROCESSADOR. 32 GB DE MEMÓRIA RAM; SISTEMA WINDOWS SERVER® 2025 STANDARD 64 BITS; RAID 0,1,5,10 CONTROLADOR INCORPORADO PARA SAS/SATA, CABLED CHASSIS; DEVE SER FORNECIDO COM 4 DISCOS DE 8 TB 7.2K RPM SATA 6GBPS 3.5IN CABLED HARD DRIVE, DEVE SER FORNECIDO COM 2 DISCOS 480GB SSD SATA READ INTENSIVE 6GBPS IN CABLED HARD DRIVE, DEVE SUPORTAR NO MÍNIMO 10 UNIDADES DE DISCO 3.5IN; PADRÃO RACK 19" COM NO MÁXIMO 2US DE ALTURA, O SERVIDOR OFERTADO DEVE OFERECER SUPORTE AOS RECURSOS DE ADVANCED ECC OU SIMILAR E ONLINE SPARE OU MEMORY MIRRORING (MESMO QUE ISSO REDUZA A CAPACIDADE MÁXIMA DE EXPANSÃO DE MEMÓRIA RAM À METADE); O BIOS DEVE SER DO TIPO FLASH MEMORY, UTILIZANDO MEMÓRIA NÃO VOLÁTIL E ELETRICAMENTE REPROGRAMÁVEL, DEVE MOSTRAR NO MONITOR DE VÍDEO O NOME DO FABRICANTE DO SERVIDOR SEMPRE QUE O SERVIDOR FOR INICIALIZADO, A INICIALIZAÇÃO DO SERVIDOR DEVE SER REALIZADA NA SEQUÊNCIA DEFINIDA PELO USUÁRIO; DEVE POSSUIR RECURSO DE CONTROLE DE PERMISSÃO ATRAVÉS DE SENHA PARA ACESSO E ALTERAÇÕES DAS CONFIGURAÇÕES DO	608692		

			<p>BIOS; O SERVIDOR OFERTADO DEVE POSSUIR PELO MENOS 02 (DOIS) SLOTS PCI-EXPRESS 3.0; CONTROLADORA DE VÍDEO COM 2 MEMÓRIA DE NO MÍNIMO 8MB, COM DOIS CONECTORES DE VÍDEO (FRONTAL E TRASEIRO); A CONTROLADORA OFERTADA DEVE SER PARTE NATIVA DO SERVIDOR. DESTA FORMA, NÃO É NECESSÁRIO QUE A MESMA OCUPE UM SLOT DO SERVIDOR; RESOLUÇÃO GRÁFICA MÍNIMA DE 1920X1200; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 01 (UMA) PORTA SERIAL; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 04 (QUATRO) PORTAS USB, PODENDO SER DIRETAMENTE NO CHASSI DO EQUIPAMENTO OU ACESSADA ATRAVÉS DE ADAPTADOR (NO CASO DA NECESSIDADE DE ADAPTADOR, DEVE SER FORNECIDO JUNTO COM O EQUIPAMENTO): 02 (DUAS) INTERFACES DE REDE GIGABIT ETHERNET 10/100/1000, CONECTOR RJ-45; AS PLACAS DE REDE OFERTADAS DEVEM SUPOSTAR O RECURSO DE TEAMING (NIC TEAMING); DEVE POSSUIR O RECURSO WAKE ON LAN, IPMI OU COMPATÍVEL: DEVE POSSUIR O RECURSO PXE; DEVE POSSUIR SUPORTE AO BOOT VIA ISCSI; DEVE VIR INSTALADO E LICENCIADO COM MICROSOFT WINDOWS SERVER 2025 STANDARD; NO MÍNIMO 01 (UMA) CONTROLADORA PARA CONTROLE DOS DISCOS RÍGIDOS; DEVE POSSUIR CANAIS SUFICIENTES PARA O CONTROLE DOS DISCOS RÍGIDOS PREVISTOS NO ITEM DISCOS RÍGIDOS: DEVE SUPOSTAR DISCOS SAS E SATA (OU NL-SAS); FONTE REDUNDANTE DO TIPO AC 100~240V 1 GARANTIA DE SUPORTE DO FABRICANTE DE NO MINIMO 1 ANO COM ATENDIMENTO NO LOCAL (GOIÂNIA-GO) COM RESOLUÇÃO DE PROBLEMA PRÓXIMO DIA ÚTIL. O SERVIDOR DEVE SUPOSTAR, POR PROCESSADOR, NO MINIMO 8 CAMERAS LPR EM FUNÇÃO "STOP AND GO". O FORNECEDOR DEVE INSTALAR O SISTEMA /EQUIPAMENTOS OFERTADOS.</p>		R\$ 107.887,50	R\$ 215.775,00
43	2	UNIDADE/ SERVIÇO	<p>SOFTWARE, MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO (SISTEMA DE GERENCIAMENTO), CIRCUITO FECHADO DE TV BASEADO EM REDES TCP/IP</p> <p>DESCRIÇÃO GERAL DO SOFTWARE DE MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO: SOFTWARE DE MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO PARA CIRCUITO FECHADO DE TV BASEADO EM REDES TCP/IP COM CAPACIDADE DE CONTROLAR E VISUALIZAR IMAGENS DE CÂMERAS IP OU ANALÓGICAS CONECTADAS POR SERVIDORES DE VÍDEO OU CODIFICADORES, BEM COMO GRAVAR AS IMAGENS PARA POSTERIOR PESQUISA E RECUPERAÇÃO SELETIVA. O SOFTWARE DEVE POSSUIR INTERFACE GRÁFICA AMIGÁVEL BASEADA EM WINDOWS E EXIBIÇÃO DE TELA, FUNÇÕES, CARDÁPIO, JANELAS DE AUXÍLIO, ESTAR TODO EM PORTUGUÊS BRASIL, ASSIM COMO TODOS OS SEUS MANUAIS. ARQUITETURA DO SOFTWARE: TRABALHAR COM CÂMERAS IP E CÂMERAS ANALÓGICAS SIMULTANEAMENTE DESDE QUE ESTEJAM CONECTADAS À REDE TCP /IP DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DE UM VÍDEO SERVER (SERVIDOR DE VÍDEO TCP/IP). O SISTEMA DEVE SER BASEADO NA ARQUITETURA CLIENTE /SERVIDOR QUE PERMITE QUE O SERVIDOR REALIZE AS GRAVAÇÕES E GERENCIAMENTO DAS CÂMERAS E OS CLIENTES (NÃO DEVE HAVER</p>	27464		

LIMITE DE CLIENTES) MONITORE AS CÂMERAS. AS FUNÇÕES DE GRAVAÇÃO E MONITORAMENTO PODERÃO EVENTUALMENTE ESTAR NO MESMO EQUIPAMENTO PC/SERVIDOR. PERMITIR OPERAÇÕES SIMULTÂNEAS COMO GRAVAÇÃO, REPRODUÇÃO DE VÍDEO, CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA, MONITORAMENTO AO VIVO, CONSULTA DE EVENTOS, PESQUISA DE IMAGENS, MONITORAMENTO DO SERVIDOR E DIVERSAS OUTRAS TAREFAS, SENDO QUE A EXECUÇÃO DE UMA TAREFA NÃO PODERÁ AFETAR NA EXECUÇÃO DA OUTRA. SUPORTAR GRAVAÇÃO E MONITORAMENTO DE IMAGENS EM MOTION-JPEG, MPEG-4, H.263 H.264 E H.265. POSSIBILITAR A DECODIFICAÇÃO DE VÍDEO (H.264 E H.265) VIA QUICKSYNC ATRAVÉS DA PLACA DE VÍDEO DE PROCESSADORES INTEL. POSSUIR SISTEMA DE MULTI-STREAMING, PERMITINDO QUE A GRAVAÇÃO SEJA REALIZADA EM UMA DETERMINADA CONFIGURAÇÃO DE VÍDEO E O MONITORAMENTO SEJA FEITO COM OUTRA CONFIGURAÇÃO, ATRAVÉS DE PERFIS DE VÍDEO. (EX: GRAVAÇÃO EM 4CIF COM 7FPS E MONITORAMENTO EM 1CIF COM 15FPS). ESTAR PREPARADO PARA TRABALHAR COM DOIS OU MAIS PROCESSADORES, DIVIDINDO AS TAREFAS DO SOFTWARE EM AMBOS PROCESSADORES A FIM DE AUMENTAR O DESEMPENHO DO SISTEMA. PERMITIR UTILIZAR QUALQUER RESOLUÇÃO DE IMAGEM (MESMO ACIMA DE 1280X1024). IMPORTANTE RESSALTAR QUE RESOLUÇÃO DE IMAGEM AQUI INFORMADA REFERE-SE À RESOLUÇÃO DA IMAGEM GERADA PELA CÂMERA E NÃO RESOLUÇÃO DE VÍDEO DO COMPUTADOR. POSSUIR TECLADO VIRTUAL NO CLIENTE DE MONITORAMENTO, FACILITANDO A OPERAÇÃO DO SISTEMA QUANDO UM TECLADO FÍSICO NÃO ESTIVER PRESENTE. POSSUIR RECURSO DE FILTRO DE IP, LIBERANDO ACESSO AO SERVIDOR APENAS AOS IPS AUTORIZADOS. POSSIBILITAR A AUTENTICAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA POR BIOMETRIA, EVITANDO-SE , DESTA MANEIRA, ACESSOS INTERNOS E EXTERNOS INDEVIDOS. POSSUIR COMPATIBILIDADE COM CARACTERES UNICODE. TRABALHAR COM SISTEMA DE LICENCIAMENTO POR CÂMERAS, PERMITINDO A EXPANSÃO DO SISTEMA COM LICENÇAS ADICIONAIS. PERMITIR QUE, NAS ATUALIZAÇÕES DE UPGRADES, OS CLIENTES DE MONITORAMENTO SEJAM ATUALIZADOS AUTOMATICAMENTE QUANDO O SERVIDOR FOR ATUALIZADO, SEM A NECESSIDADE DE REINSTALAÇÃO DOS CLIENTES, TORNANDO ESSES, TOTALMENTE COMPATÍVEIS COM O SERVIDOR. POSSUIR ARQUITETURA DE SERVIDORES MESTRE E ESCRAVO, PERMITINDO QUE O SISTEMA COMPARTILHE UMA MESMA BASE DE USUÁRIOS COM TODOS OS SERVIDORES, FACILITANDO A ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA, QUANDO O MESTRE CAIR OS ESCRAVOS ASSUMEM AS CONFIGURAÇÕES DO MESTRE. SUPORTAR NO MÍNIMO 10 FABRICANTES DE CÂMERAS IP INCLUINDO A OFERTADA PARA ESTE PROCESSO. SUPORTAR VÍDEOS E ÁUDIO DE CÂMERAS ONVIF. O SOFTWARE DEVE TER SUPORTE A PROTOCOLOS TCP-IP E UDP (UNICAST

E MULTICAST). O SOFTWARE DEVE PERMITIR A DISTRIBUIÇÃO DE VÍDEOS ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE MULTICAST POR DEMANDA. O SISTEMA DEVE PERMITIR QUE E-MAILS ENVIADOS POR SMTP POSSAM UTILIZAR-SE DE SERVIDORES COM AUTENTICAÇÃO SSL. POSSUIR UM GERENCIADOR DE SERVIÇOS AUTOMÁTICO ONDE SÃO APRESENTADOS OS STATUS DE CADA SERVIÇO DISPONÍVEL NO SISTEMA. SUPORTAR ÁUDIO BIDIRECIONAL E UNIDIRECIONAL SINCRONIZADO COM VÍDEO, AO VIVO, GRAVADO E SETORIZADO. O SISTEMA DEVE PERMITIR SUPORTE COMPLETO PARA DEWARPING DE LENTES PANOMÓRFICAS 360 GRAUS COM CONTROLES DE VISUALIZAÇÃO EM QUAD, ÁREAS VIRTUAIS E PTZ VIRTUAL, TANTO NAS IMAGENS AO VIVO COMO NAS IMAGENS GRAVADAS. POSSUIR UM SERVIDOR RTSP DE MÍDIA INTEGRADO QUE PODERÁ SER UTILIZADO PARA FORNECER MÍDIA PARA QUALQUER PLAYER QUE SUPORTE O PROTOCOLO RTSP, ALÉM DE PODER SER UTILIZADO TAMBÉM PARA ENVIAR MÍDIA PARA SERVIDORES DE BROADCAST COMO WOWZA. PERMITIR QUE O SERVIDOR RTSP DE MÍDIA POSSA SER INTEGRADO COM SISTEMAS DE TERCEIROS. O SERVIDOR RTSP DE MÍDIA DEVE SUPORTAR OS FORMATOS DE VÍDEO: H.264, H.265, MPEG4 E MOTION JPEG. O SERVIDOR RTSP DE MÍDIA DEVE SUPORTAR OS FORMATOS DE ÁUDIO: PCM, G.711, G.726 E AAC. O SERVIDOR RTSP DEVE SUPORTAR ENVIO DE MÍDIA EM TCP E POR UDP. POSSUIR MÓDULO DE GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS ONDE O ADMINISTRADOR PODERÁ EFETUAR UM BACKUP DO BANCO DE DADOS DO SISTEMA, RESTAURAR ESSE BANCO E REPARAR UM ARQUIVO CORROMPIDO. O SOFTWARE DEVE TER UM SISTEMA SEGURO DE ACESSO ATRAVÉS DE USUÁRIO E SENHA, ACESSO AO AD (ACTIVE DIRECTORY WINDOWS), RESTRINGINDO POR DATA E HORA E O COMPUTADOR QUE PODERÁ SER ACESSADO E CONFIRMAÇÃO POR BIOMETRIA. PERMITIR O BLOQUEIO E A EXPIRAÇÃO DE CONTAS DE USUÁRIOS IMPORTADOS DO ACTIVE DIRECTORY. ESTAR INTEGRADO NATIVAMENTE COM DVR'S DOS SEGUINTE FABRICANTES: INTELBRAS, SAMSUNG. LG, DAHUA, DYNACOLOR, HDL, HIKIVISION, PELCO, BOSCH, LUXVISION E VENETIAN. PERMITIR CAPTURAR CÂMERAS ANALÓGICAS DE DVR'S INTEGRADOS AO SISTEMA E VISUALIZÁ-LAS NOS MESMOS MOSAICOS UTILIZADOS PELAS CÂMERAS IP'S, EM CONJUNTO OU SEPARADAS. POSSUIR MATRIZ QUE PERMITE CRIAR E SALVAR DIFERENTES MOSAICOS PERSONALIZADOS PARA VISUALIZAÇÃO NO CLIENTE DE MONITORAMENTO. ESTES MOSAICOS SÃO DIFERENTES DOS PRÉ-DEFINIDOS QUE ACOMPANHAM OS SISTEMAS DE CFTV. POSSUIR A FACILIDADE DE BOOKMARK PARA MARCAÇÃO RÁPIDA DE EVENTOS. POSSIBILITAR, DENTRO DO BOOKMARK, A ESCOLHA DE TÍTULOS, CORES, DATA INICIAL, DATA FINAL E OBSERVAÇÕES DOS EVENTOS. PERMITIR A PESQUISA E REPRODUÇÃO DO VÍDEO, ATRAVÉS DO BOOKMARK, QUE SÃO APRESENTADOS NA LINHA DO TEMPO. PERMITIR

A CRIAÇÃO AUTOMÁTICA DE BOOKMARK QUANDO HOUVER UMA DETECÇÃO DE MOVIMENTO. PERMITIR A CRIAÇÃO AUTOMÁTICA DE UM BOOKMARK, SEMPRE QUE UM EVENTO OCORRER. POSSIBILITAR A GRAVAÇÃO DE BORDA (EDGE RECORDING). SER COMPATÍVEL COM PROTOCOLOS ONVIF V1.02 OU SUPERIOR E ONVIF PROFILE S E G. DEVE ESTAR INTEGRADO NATIVAMENTE COM OS SOFTWARES CMS DE FABRICANTES DE VÍDEO WALL, TAIS COMO BARCO E MAUELL. SENHAS DE ACESSO A DISPOSITIVOS DE ALARMES E DE COMPUTADORES CLIENTE DE MONITORAMENTO DEVEM SER ARMAZENADAS COM CRIPTOGRAFIA. SUPORTAR O PROTOCOLO SNMP PARA ENVIO DE TRAPS PARA NOTIFICAR A OCORRÊNCIA DE ALGUM EVENTO DO SISTEMA. SUPORTAR IPV4 E IPV6. PERMITIR CADASTRAR AUTOMATICAMENTE DISPOSITIVOS MULTICANAL COMO DVR'S, NVR'S E CÂMERAS COM MÚLTIPLAS LENTES. POSSIBILITAR, AO CADASTRAR UMA NOVA CÂMERA, ACIONAR, DENTRO DO PRÓPRIO CADASTRO, O PREVIEW IMEDIATO DAS IMAGENS PARA GARANTIA DO FUNCIONAMENTO DO DISPOSITIVO. OPERAR COM SERVIDORES E ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO EM 32BIT E 64BIT. PERMITIR O CADASTRAMENTO DE COMANDOS AUXILIARES DE CÂMERAS QUE POSSUAM ESSA FUNÇÃO, PARA FACILITAR O ACESSO A ALGUMAS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DESSAS CÂMERAS. PERMITIR A EXCLUSÃO SIMULTÂNEA DE MÚLTIPLOS OBJETOS SELECIONADOS EM UMA LISTA DE OBJETOS DO SISTEMA, COMO CÂMERAS, USUÁRIOS, DISPOSITIVOS DE I/O, MAPAS E OUTROS. NO CADASTRO DE EQUIPAMENTOS, PERMITIR O CADASTRAMENTO DO NOME DO FABRICANTE E MODELO DO DISPOSITIVO PARA FACILITAR A PESQUISA DOS MESMOS, TENDO A POSSIBILIDADE DE INFORMAR APENAS PARTE DO NOME. GRAVAÇÃO: SUPORTAR VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO E VISUALIZAÇÃO AO VIVO DE ATÉ 30 FPS POR CÂMERA. SUPORTAR GRAVAÇÃO DE N CÂMERAS POR SERVIDOR, SENDO QUE O LIMITE MÁXIMO DE CÂMERAS DEVE SER DE ACORDO COM A CAPACIDADE DE DISCO E DE PROCESSAMENTO DO SERVIDOR. O SOFTWARE NÃO DEVE TER LIMITE DE CÂMERAS POR SERVIDOR. SUPORTAR GRAVAÇÃO POR DETECÇÃO DE MOVIMENTO E EVENTOS (SENDO ESTES, EVENTOS MANUAIS OU ALARMES EXTERNOS). O SENSOR DE MOVIMENTO PARA GRAVAÇÃO DEVE PERMITIR QUE SEJAM SELECIONADAS ILIMITADAS ÁREAS SENSÍVEIS OU NÃO, AO MOVIMENTO. PERMITIR GRAVAÇÃO DE BANCO DE DADOS REDUNDANTE, PERMITINDO QUE O SEGUNDO SERVIDOR ASSUMA OS CONTROLES NO CASO DE QUEDA DO PRIMEIRO, SEM INTERVENÇÃO HUMANA. (FAILOVER). PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE FAILOVER 1 PARA 1, 1 PARA N E N PARA N. PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE FAILBACK, ONDE QUANDO O SERVIDOR PRINCIPAL RETORNAR SUAS OPERAÇÕES, AUTOMATICAMENTE AS OPERAÇÕES DO SISTEMA VOLTAM A SER PROCESSADAS PELO SERVIDOR PRINCIPAL SEM

INTERVENÇÃO HUMANA. SUPORTAR AGENDAMENTO DE GRAVAÇÃO POR HORA E DIA DA SEMANA, SENDO QUE O AGENDAMENTO DEVE PERMITIR A QUE O ADMINISTRADOR ESPECIFIQUE PARA CADA FAIXA DE HORA O MODO DE GRAVAÇÃO DAS IMAGENS (SEMPRE GRAVAR, POR MOVIMENTO, POR EVENTO, POR MOVIMENTO E EVENTO) DE CADA CÂMERA. POSSUIR RECURSO PARA AUMENTAR A TAXA DE QUADROS DA GRAVAÇÃO SE RECONHECER MOVIMENTO NAS IMAGENS. (EX: GRAVAÇÃO PADRÃO EM 4FPS, SE RECONHECER MOVIMENTO, GRAVAR EM 15FPS E QUANDO PARAR O MOVIMENTO, VOLTAR A GRAVAÇÃO PARA 4FPS). POSSUIR SISTEMA DE CERTIFICADO DIGITAL QUE CRIA UMA ASSINATURA DIGITAL PARA CADA FOTO GRAVADA, GARANTINDO A AUTENTICIDADE DA IMAGEM. POSSUIR SISTEMA DE GRAVAÇÃO QUE NÃO TENHA LIMITE DE GRAVAÇÃO DIÁRIO, OU SEJA, DEVE SUPORTAR MAIS DE 600.000 IMAGENS POR DIA, POR CÂMERA SEM A NECESSIDADE DE MOVER AS GRAVAÇÕES PARA OUTRO DISCO OU OUTRA PASTA DE GRAVAÇÃO. PERMITIR A VISUALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DAS GRAVAÇÕES DE MAIS DE UMA CÂMERA, ATRAVÉS DE MOSAICOS, PERMITINDO ASSIM A REPRODUÇÃO DE VÁRIAS CÂMERAS AO MESMO TEMPO, DURANTE UM MESMO PERÍODO DE TEMPO, FACILITANDO A CONSULTA E ANÁLISE DAS IMAGENS GRAVADAS. TRABALHAR COM GRAVAÇÃO NO FORMADO JPEG, MPEG-4, H. 263, H.264 E H.265 POSSUIR CONTROLE DE BUFFER PARA PRÉ E PÓS-ALARME. POSSUIR SISTEMA DE ARQUIVAMENTO DE IMAGENS E ÁUDIO. O SISTEMA DEVE, TODOS OS DIAS A MEIA NOITE, COPIAR TODAS AS GRAVAÇÕES DO DIA ANTERIOR EM UM ESQUEMA DE PASTAS NO FORMATO X:\ANOMESDIA\CAMERA (EX: D:\20050410\CAM1 D:\20050410\CAM2). SEGUINDO ESTE FORMATO, TODAS AS GRAVAÇÕES DE TODAS AS CÂMERAS DO DIA, DEVEM ESTAR NA PASTA RAIZ DO DIA, QUE PODERÁ SER ARQUIVADA EM FITA ATRAVÉS DE UM SOFTWARE QUALQUER DE BACKUP. O SISTEMA NÃO PODERÁ APAGAR AS GRAVAÇÕES DA MÍDIA RÁPIDA (OFICIAL) APÓS REALIZAR A SUA CÓPIA PARA A PASTA TEMPORÁRIA DE ARMAZENAMENTO. POSSUIR SISTEMA AVANÇADO PARA GERENCIAMENTO DE DISCO, ONDE O SISTEMA DEVE ALOCAR AUTOMATICAMENTE A QUANTIDADE DE ESPAÇO EM DISCO NECESSÁRIO PARA A GRAVAÇÃO DE CADA CÂMERA, BASEANDO-SE EM UMA ESPECIFICAÇÃO DE NÚMERO DE DIAS OU HORAS QUE O USUÁRIO DESEJA MANTER AS GRAVAÇÕES. O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DISCO TAMBÉM DEVE OFERECER UM SISTEMA DE COTAS DE DISCO, SENDO QUE O ADMINISTRADOR PODERÁ LIMITAR UMA QUANTIDADE DE DISCO QUE DESEJA UTILIZAR, COMPARTILHANDO ESSA COTA COM TODAS AS CÂMERAS. PERMITIR QUE O USUÁRIO POSSA CONFIGURAR UM DIRETÓRIO PARA O BACKUP DAS CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA E A QUANTIDADE DE DIAS QUE DESEJA MANTER OS ARQUIVOS DE BACKUP. PERMITIR A REPRODUÇÃO DAS IMAGENS QUE FORAM

ARMAZENADAS ATRAVÉS DO PROCESSO DE BACKUP COM O PRÓPRIO REPRODUTOR DE IMAGENS DO SISTEMA. PERMITIR A GRAVAÇÃO AUTOMÁTICA DE IMAGENS EM SD-CARD QUANDO UMA FALHA NA REDE OCORRER. PERMITIR QUE IMAGENS GRAVADAS EM SD-CARD, POSSAM SER BAIXADAS AUTOMATICAMENTE NA OCORRÊNCIA DE QUALQUER EVENTO PROGRAMADO OU NÃO E COM OPÇÃO DE RESOLUÇÕES DIFERENCIADAS, PODENDO SER VIA REDE OU WI-FI. PERMITIR QUE TODA VEZ QUE UMA GRAVAÇÃO EM BORDA FOR TRANSFERIDA PARA O SERVIDOR PRINCIPAL, SEJA CRIADO UM BOOKMARK AUTOMÁTICO PARA UMA IDENTIFICAÇÃO CLARA NA LINHA DO TEMPO , DIFERENCIANDO ASSIM AS GRAVAÇÕES ORIGINAIS DAS GRAVAÇÕES BAIXADAS DOS SD-CARDS. POSSIBILITAR O LOG DE ATIVIDADES DA GRAVAÇÃO DE BORDA (EDGE RECORDING). PERMITIR A IMPRESSÃO DE UMA OU DE VÁRIAS IMAGENS RECUPERADAS OU MESMO RELATÓRIOS E QUE ESTES, OPCIONALMENTE, POSSUAM UM CÓDIGO DE ORIGINALIDADE IMPRESSO COM CÓDIGO DE BARRAS PARA COMPARAÇÕES FUTURAS. ESTAS IMAGENS E OU RELATÓRIOS IMPRESSOS DEVEM SER ARMAZENADOS NO SERVIDOR DE IMAGENS COM POSSIBILIDADES DE CONSULTAS E NOVAS IMPRESSÕES ATRAVÉS DESSES CÓDIGOS. ESTE CÓDIGO DEVE SER ÚNICO E GERADO AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA. PERMITIR A CRIAÇÃO DE UM SERVIDOR DE MÍDIA COM A FINALIDADE DE DISPONIBILIZAR IMAGENS PARA A INTERNET SEM QUE OS ACESSOS SEJAM FEITOS NO SERVIDOR PRINCIPAL. ESSAS IMAGENS DEVEM SER DISPONIBILIZADAS VIA RELAY PARA EVITAR DUPLICIDADE DE CONEXÃO COM AS CÂMERAS. PERMITE CAPTURAR TELA, TECLADO E MOUSE DE QUALQUER COMPUTADOR WINDOWS EXISTENTE NA REDE E GRAVAR SUAS TELAS NO MESMO STORAGE DE CFTV PARA POSTERIOR PESQUISA. PERMITE A GRAVAÇÃO DAS TELAS DE COMPUTADORES EM MJPEG, MPEG4 OU H.264. PERMITE ESCOLHER QUANTOS FRAMES POR SEGUNDO DESEJA-SE GRAVAR AS TELAS DOS COMPUTADORES. PERMITE ZOOM DIGITAL E PTZ VIRTUAL SOBRE AS IMAGENS CAPTURADAS AO VIVO E GRAVADAS, DOS COMPUTADORES DA REDE. PERMITE A OPERAÇÃO REMOTA DOS COMPUTADORES CAPTURADOS NA REDE. PERMITIR A GRAVAÇÃO DE ÁUDIO NOS FORMATOS : PCM, G.711, G.726 E AAC. PERMITIR A GRAVAÇÃO DE IMAGENS GERADAS POR LENTES PANOMÓRFICAS 360 GRAUS. PERMITIR A GRAVAÇÃO DE METADADOS COM INFORMAÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO OU GRAVAÇÃO DE EVENTO PARA POSSIBILITAR A FÁCIL IDENTIFICAÇÃO, NA LINHA DE TEMPO, DE MOVIMENTO OU EVENTO GRAVADO ATRAVÉS DE UMA LINHA ESPECIAL COM CORES IDENTIFICANDO O MOVIMENTO OU EVENTO. PERMITIR A GRAVAÇÃO DE ÁUDIO APENAS QUANDO HOUVER MOVIMENTO EM CÂMERAS QUE ESTEJAM CADASTRADAS GRAVAÇÃO POR MOVIMENTO, PARA MANTER A SINCRONIA DAS TRILHAS DE ÁUDIO E VÍDEO. MONITORAMENTO

AO VIVO: SUPORTAR MONITORAMENTO AO VIVO DE ILIMITADAS CÂMERAS POR CLIENTE COM DIVERSOS ESTILOS DE TELA, OFERECENDO NO MÍNIMO SETE FORMATOS PADRÕES DE TELA. SUPORTAR A CRIAÇÃO DE NOVOS FORMATOS DE TELA PARA MONITORAMENTO. PERMITIR O FUNCIONAMENTO VIA MATRIZ VIRTUAL COMPLETA, ATRAVÉS DE UMA LISTA DE MONITORES DEFINIDOS PARA ESTE FIM, PODENDO O OPERADOR ESCOLHER O MONITOR DESEJADO E ENVIAR SEQUÊNCIA ILIMITADA DE IMAGENS, MAPAS E MOSAICOS, JUNTAMENTE COM TODAS SUAS CONFIGURAÇÕES COMO: (PERFIL DE MÍDIA, POSIÇÃO DE ZOOM, POSIÇÃO DA LENTE 360, FILTRO DE IMAGENS E DETECÇÃO DE MOVIMENTO), OPERADOS POR JOYSTICK, TECLADO E MOUSE. PERMITIR O CONTROLE DE MATRIZ VIRTUAL ATRAVÉS DE SDK/API PARA CRIAÇÃO DE MACROS E SCRIPTS EM OUTRAS LINGUAGENS. POSSIBILITAR QUE O OPERADOR, AO ENVIAR UM OBJETO PARA A MATRIZ VIRTUAL, POSSA ESCOLHER A POSIÇÃO DO OBJETO , EM UM QUADRANTE DO MOSAICO ATUAL DESEJADO EM EXIBIÇÃO NO MONITOR DE DESTINO. POSSUIR SISTEMA DE SEQUENCIAMENTO DE CÂMERAS, ONDE O SISTEMA TROCA AUTOMATICAMENTE UM GRUPO DE CÂMERAS EM TELA POR UM OUTRO GRUPO DE CÂMERAS OU CÂMERA EM UM TEMPO ESPECÍFICO PARA CADA GRUPO OU CÂMERA, PERMITINDO TAMBÉM A TROCA MANUAL NO SEQUENCIAMENTO ATRAVÉS DE BOTÕES DE AVANÇAR E VOLTAR. POSSUIR MOSAICO AUTOMATIZADO DE MODO QUE O SISTEMA DEVE AJUSTAR O FORMATO DE VISUALIZAÇÃO DA TELA AUTOMATICAMENTE, DEPENDENDO DO NÚMERO DE CÂMERAS EM TELA. PERMITIR QUE OS USUÁRIOS CRIEM MOSAICOS PÚBLICOS QUE PODERÃO SER COMPARTILHADOS COM TODOS OS USUÁRIOS DO SISTEMA. PERMITIR QUE OS MOSAICOS DE MONITORAMENTO SEJAM ATUALIZADOS DINAMICAMENTE EM TEMPO REAL QUANDO CRIADOS, ATUALIZADOS OU APAGADOS EM TODOS OS CLIENTES DE MONITORAMENTO , SEM A NECESSIDADE DE RECONEXÃO COM O SERVIDOR. PERMITIR QUE O USUÁRIO FAÇA UM FILTRO DOS OBJETOS DA LISTA DE OBJETOS CONSTANTES NA TELA DO CLIENTE DE MONITORAMENTO. O FILTRO É APLICADO A TODOS OS OBJETOS DA LISTA, PROCURANDO POR NOME E DESCRIÇÃO DO OBJETO. PERMITIR AUMENTAR A TAXA DE QUADROS DE UMA DETERMINADA CÂMERA NO MONITORAMENTO, QUANDO SELECIONADA (EX: MONITORAMENTO NORMAL EM 4FPS, SE O USUÁRIO SELECIONAR A CÂMERA, AUMENTAR PARA 30FPS, QUANDO O USUÁRIO NÃO SELECIONAR A CÂMERA, SUA TAXA DE QUADROS DEVE RETORNAR PARA 4FPS). POSSUIR SISTEMA DE PERFIL DE USUÁRIOS, DE FORMA QUE DE QUALQUER LUGAR QUE O USUÁRIO SE CONECTAR ELE TENHA O SEU PERFIL DE POSICIONAMENTO DAS CÂMERAS. POSSUIR DETECÇÃO DE MOVIMENTO EM TEMPO REAL NO MONITORAMENTO AO VIVO, INDEPENDENTE DA CÂMERA POSSUIR OU NÃO ESSA FUNÇÃO. ESTA

FUNÇÃO DEVE FAZER COM QUE O MOVIMENTO SEJA MARCADO COM UMA COR ESPECÍFICA (PADRÃO VERDE) NA TELA. PERMITIR QUE O USUÁRIO QUE ESTEJA VISUALIZANDO REMOTAMENTE AS IMAGENS TENHA A POSSIBILIDADE DE REALIZAR UMA GRAVAÇÃO LOCAL DE EMERGÊNCIA, GRAVANDO ASSIM AS IMAGENS QUE ESTÃO SENDO MONITORADAS, EM SEU DISCO LOCAL. NO MONITORAMENTO AO VIVO, O SISTEMA DEVE PERMITIR QUE SEJA FEITO ZOOM (DIGITAL) DE DIFERENTES PARTES DA TELA, ABRINDO ASSIM UMA TELA PARA CADA ZOOM DIGITAL REALIZADO. POSSUIR SISTEMA DE ZOOM COM TRATAMENTO BILINEAR PARA EVITAR QUE A IMAGEM FIQUE QUADRICULADA. POSSIBILITAR A VISUALIZAÇÃO DE CÂMERAS DE VÁRIOS SERVIDORES (PODE SER VÁRIOS LOCAIS DIFERENTES) EM UMA MESMA TELA. POSSIBILITAR A CRIAÇÃO DE DIVERSOS MOSAICOS DE MONITORAMENTO CADA QUAL COM CONFIGURAÇÃO INDEPENDENTE DE POSICIONAMENTO DE CÂMERAS. SUPORTAR DOIS OU MAIS MONITORES DE VÍDEO POR ESTAÇÃO CLIENTE PARA O MONITORAMENTO AO VIVO. POSSUIR DUPLO CLIQUE EM UMA CÂMERA PARA SELECIONÁ-LA E MINIMIZÁ-LA (TELA CHEIA CLIENTE DE MONITORAMENTO). POSSIBILITAR A OPÇÃO DE REMOVER A CÂMERA DA TELA, ATRAVÉS DO SEU MENU POPUP. POSSIBILITAR INFORMAÇÕES DAS CÂMERAS COMO RESOLUÇÃO DA IMAGEM, FRAMES POR SEGUNDO "FPS", TAXA DE TRANSFERÊNCIA E DECODER. DEVE SER IDENTIFICADO AUTOMATICAMENTE NA TELA DO CLIENTE DE MONITORAMENTO, O STATUS DE FUNCIONAMENTO DAS CÂMERAS ATRAVÉS DE DIFERENTES ÍCONES DA LISTA DE OBJETOS, EX: CÂMERA GRAVANDO POR MOVIMENTO, POR EVENTO, POR EVENTO E MOVIMENTO, PARADA, EM FUNCIONAMENTO, ETC.. POSSUIR RECURSO DE PRIVACIDADE DAS CÂMERAS. COM ESTE RECURSO DE MODO DE PRIVACIDADE, O ADMINISTRADOR PODERÁ DETERMINAR UMA LISTA DE USUÁRIOS QUE IRÃO PERDER O ACESSO À CÂMERA QUANDO O OPERADOR ATIVAR O MODO DE PRIVACIDADE PELO CLIENTE DE MONITORAMENTO. ESTE RECURSO É MUITO ÚTIL QUANDO AS CÂMERAS DE UMA INSTALAÇÃO ESTIVEREM DISPONÍVEIS EXTERNAMENTE, COM ISTO, O OPERADOR PODERÁ BLOQUEAR TEMPORARIAMENTE O ACESSO EXTERNO À CÂMERA NO MOMENTO QUE DESEJAR. PERMITIR LIMITAR O ACESSO SIMULTÂNEO DE CÂMERAS. COM ESTA OPÇÃO, O ADMINISTRADOR PODERÁ LIMITAR A QUANTIDADE DE CÂMERAS SIMULTÂNEAS QUE UM USUÁRIO OU GRUPO DE USUÁRIOS PODERÁ VISUALIZAR SIMULTANEAMENTE POR ESTAÇÃO DE TRABALHO . PERMITIR QUE O USUÁRIO, NO CLIENTE DE MONITORAMENTO, CONFIGURE O MODO DE EXIBIÇÃO DOS NOMES E DOS OBJETOS NAS LISTAS DE OBJETOS DO SISTEMA. O USUÁRIO PODERÁ ESCOLHER ENTRE EXIBIR APENAS O NOME DOS OBJETOS, APENAS A DESCRIÇÃO OU AMBOS NO FORMATO "NOME (DESCRIÇÃO)". PERMITIR O MONITORAMENTO DO ÁUDIO AO VIVO E SETORIZADO, ONDE O OPERADOR PODERÁ

R\$ 14.457,50

R\$
28.915,00

ESCOLHER A CÂMERA DESEJADA OU UM GRUPO DE CÂMERAS QUE RECEBERÃO AO MESMO TEMPO O ÁUDIO DESEJADO, UTILIZANDO-SE DE MICROFONES E AUTO-FALANTES. PERMITIR QUE O ÁUDIO SEJA TRANSMITIDO DE FORMA ININTERRUPTA SEM A NECESSIDADE DE FICAR APERTANDO E SEGURANDO QUALQUER BOTÃO. PERMITIR O MONITORAMENTO DAS IMAGENS GERADAS PELAS LENTES ANAMÓRFICAS DE 360 GRAUS AO VIVO OU GRAVADAS COM CONTROLES EM QUAD, ÁREAS VIRTUAIS E PTZ VIRTUAL. POSSUIR MAPA SINÓTICO PARA MONITORAMENTO AO VIVO COM OS SEGUINTE RECURSOS: EXIBIR INFORMAÇÕES SOBRE OS DISPOSITIVOS, TAIS COMO CÂMERAS, SENSORES E RELÊS, INFORMANDO ATRAVÉS DE INDICADORES VISUAIS O STATUS DO DISPOSITIVO. PERMITIR CRIAR UM ÚNICO MAPA COM DIVERSOS OBJETOS DE MÚLTIPLOS SERVIDORES. PERMITIR ABRIR AS CÂMERAS CLICANDO DIRETAMENTE NO SEU ÍCONE DO MAPA. PERMITIR ABRIR OUTRO MAPA ATRAVÉS DE UM LINK, TORNANDO-O ASSIM UM MAPA DE NÍVEIS. PERMITIR ACIONAMENTO DE COMANDO ATRAVÉS DOS INDICADORES VISUAIS (TAL COMO ABRIR PORTA, LIGAR LUZ, DISPARAR SIRENE) PERMITIR QUE AO PASSAR O MOUSE SOBRE UMA CÂMERA NO MAPA SINÓTICO, POSSA SE TER UM PREVIEW DAS IMAGENS AO VIVO JUNTO COM AS INFORMAÇÕES DAS CÂMERAS. PERMITIR IMAGENS JPEG, WMF, BMP, GIF E PNG. PERMITIR IMPORTAR IMAGENS ESTÁTICAS DE MAPAS DO GOOGLE MAPS E ADICIONAR SENSORES TAIS COMO CÂMERAS, SENSORES E RELÊS, INFORMANDO ATRAVÉS DE INDICADORES VISUAIS O STATUS DO DISPOSITIVO. PERMITIR POSICIONAR AS CÂMERAS EM MAPAS DO GOOGLE MAPS E AJUSTAR AUTOMATICAMENTE SUAS COORDENADAS (LATITUDE E LONGITUDE), PERMITIR A VISUALIZAÇÃO EM TEMPO REAL DO STATUS DOS EVENTOS DE ALARMES ASSOCIADOS AO MAPA , PROVOCANDO A ANIMAÇÃO DO ÍCONE PARA ALERTAR O OPERADOR. PERMITIR QUE O SISTEMA INFORME AUTOMATICAMENTE SE A CÂMERA ESTÁ OU NÃO EM OPERAÇÃO. CONTROLE DE PAN / TILT / ZOOM: POSSUIR CONTROLE PARA CÂMERAS PTZ E MAIS DE 64 PRESETS POR CÂMERA (O NÚMERO DE PRESETS DEPENDE DA CÂMERA). POSSUIR INTERFACE DE JOYSTICK PARA CONTROLE DAS CÂMERAS PTZ, SENDO QUE DEVE ACEITAR CONTROLES DE JOYSTICK DE MERCADO COM ENTRADA USB E NÃO PROPRIETÁRIOS. POSSUIR JOYSTICK VISUAL, ONDE O USUÁRIO CLICA NA IMAGEM E ARRASTA O MOUSE PARA A DIREÇÃO QUE ELE DESEJA QUE A CÂMERA SE MOVA. TAMBÉM DEVE SUPORTAR O ZOOM ATRAVÉS DA RODA DO MOUSE. POSSUIR JOYSTICK VISUAL COM CONTROLE DE ZOOM ATRAVÉS DE BOTÕES. POSSUIR BLOQUEIO DE PTZ POR PRIORIDADE, OU SEJA, PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE UMA PESSOA RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO, QUE QUANDO NECESSITAR UTILIZAR O RECURSO DE PTZ TERÁ PRIORIDADE NO MANUSEIO, QUANDO QUALQUER OUTRA PESSOA ESTIVER MANUSEANDO A CÂMERA, A SUA MOVIMENTAÇÃO É PAUSADA

PARA QUE O RESPONSÁVEL COM MAIOR PRIORIDADE OBTENHA O CONTROLE NO MOMENTO. POSSUIR SISTEMA DE VIGILÂNCIA PTZ, ONDE O SISTEMA IRÁ SEGUIR UMA LISTA DE PRESETS PARA O POSICIONAMENTO DA CÂMERA, ALTERNANDO ENTRE OS PRESETS NO TEMPO ESPECÍFICO PARA CADA PRESET. O SISTEMA DE VIGILÂNCIA PTZ TAMBÉM DEVE PERMITIR CRIAR DIVERSOS ESQUEMAS DE VIGILÂNCIA, COM O DEVIDO AGENDAMENTO DOS ESQUEMAS BASEANDO-SE EM DIA E HORA DO DIA. O SISTEMA DE PTZ DEVE PERMITIR CONTROLE SOBRE FOCO, ÍRIS, AUTO-FOCO E AUTO-ÍRIS ALÉM DE TAMBÉM PERMITIR CONTROLE DO PTZ ABSOLUTO E RELATIVO DAS CÂMERAS COM ESTAS FUNCIONALIDADES. POSSUIR SUPORTE NATIVO PARA O PROTOCOLO DE CÂMERAS ANALÓGICAS. POSSUIR PTZ VIRTUAL PARA CÂMERAS FIXAS E MÓVEIS. PERMITIR QUE A VIGILÂNCIA PTZ POSSA SER CONFIGURADA PARA EXECUTAR AUTOMATICAMENTE ATRAVÉS DE AGENDAMENTO OU MANUALMENTE PELO CLIENTE DE MONITORAMENTO E MESA OPERADORA HOMOLOGADA, PERMITINDO QUE O OPERADOR ATIVE, DESATIVE E TROQUE A VIGILÂNCIA. PERMITIR QUE NO ESQUEMA DE VIGILÂNCIA PTZ POSSA SER APLICADO UM NÚMERO, ALÉM DO NOME. O NÚMERO SERÁ UTILIZADO PARA CHAMAR O ESQUEMA ATRAVÉS DE UMA MESA CONTROLADORA HOMOLOGADA. POSSIBILITAR QUE O OPERADOR IDENTIFIQUE QUAL A PESSOA QUE SE UTILIZOU DO BLOQUEIO DE PTZ. PERMITIR ESPECIFICAR DIREITOS DE CONTROLE DE PTZ INDIVIDUALMENTE PARA CADA USUÁRIO E DESTA MANEIRA CADA CÂMERA PODERÁ TER DIREITOS DE CONTROLE DE PTZ PARA DIFERENTES USUÁRIOS E GRUPOS DE USUÁRIOS. PERMITIR INFORMAR O REGISTRO DO ÚLTIMO USUÁRIO QUE MOVIMENTOU UMA CÂMERA PELO PTZ. POSSIBILITAR ADICIONAR MÚLTIPLOS PRESETS SIMULTANEAMENTE A UM PERFIL DE VIGILÂNCIA PTZ . REPRODUÇÃO, PESQUISA E EXPORTAÇÃO DE VÍDEO: PERMITIR UM USUÁRIO SELECIONAR UM MONITOR PADRÃO PARA ABRIR O REPRODUTOR DE MÍDIA. (MULTI MONITOR) O SISTEMA DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS DEVE SER BASEADO POR RECUPERAÇÃO UTILIZANDO UMA FAIXA DE DATA E HORA, ESPECIFICADOS PELO USUÁRIO. PERMITIR A REPRODUÇÃO SINCRONIZADA DE DIVERSAS CÂMERAS SIMULTÂNEAS. PERMITIR, EM UM ÚNICO CLIENTE DE MONITORAMENTO, A REPRODUÇÃO DE VÍDEOS DE ILIMITADAS CÂMERAS AO MESMO TEMPO. PERMITIR EXPORTAÇÃO DE VÍDEO SINCRONIZADA DE DIVERSAS CÂMERAS SIMULTÂNEAS PERMITIR O PROCESSO DE EXPORTAÇÃO E REPRODUÇÃO DE VÍDEO SIMULTANEAMENTE POSSUIR LINHA DE TEMPO DAS IMAGENS GRAVADAS QUE DEVE MOSTRAR OS PONTOS ONDE EXISTEM GRAVAÇÃO E/OU MOVIMENTO, BEM COMO PERMITIR A SELEÇÃO DO HORÁRIO CORRENTE ATRAVÉS DA LINHA DE TEMPO POSSUIR SISTEMA DE DESENTRELAÇAMENTO DE IMAGENS PARA A REPRODUÇÃO DE VÍDEO NA REPRODUÇÃO DE VÍDEO, O SISTEMA DEVE PERMITIR QUE SEJA

FEITO ZOOM (DIGITAL) DE DIFERENTES PARTES DA TELA, ABRINDO ASSIM UMA TELA PARA CADA ZOOM DIGITAL REALIZADO, CADA QUAL COM INDEPENDÊNCIA DE CONTROLE SOBRE A IMAGEM PRINCIPAL, PODENDO SER IMPRESSO OU SALVO EM ARQUIVOS JPG). POSSIBILITAR PESQUISA POR MOVIMENTO NAS IMAGENS GRAVADAS, RECUPERANDO UM VÍDEO COM MOVIMENTO APENAS NAS ÁREAS SELECIONADAS DA IMAGEM. POSSIBILITA A ABERTURA DO MEDIA PLAYER MODO NÃO MODAL, O QUE PERMITE QUE O USUÁRIO CONTINUE TRABALHANDO COM O CLIENTE ENQUANTO O PLAYER ESTÁ ABERTO. EXPORTAR PARA MEIO REMOVÍVEL O VÍDEO GRAVADO NOS FORMATOS AVI E CD DE OCORRÊNCIA, QUE NO SEGUNDO CASO, DEVE ACOMPANHAR UM REPRODUTOR DE VÍDEO NATIVO DO SISTEMA, POSSIBILITANDO ANEXAR O NOME E A DESCRIÇÃO DA CÂMERA. O SISTEMA DEVE, NA EXPORTAÇÃO E PESQUISA DE MOVIMENTO EM VÍDEOS GRAVADOS, EXIBIR O TEMPO RESTANTE PARA O TÉRMINO DA OPERAÇÃO. POSSIBILITAR IMPRIMIR UMA DETERMINADA FOTO DA REPRODUÇÃO DE VÍDEO COM UM DESCRITIVO, DATA E HORA DO OCORRIDO. VÍDEOS EXPORTADOS EM AVI E IMAGENS EM JPEG DEVEM CONTER MARCA D'ÁGUA COM NOME DA CÂMERA, DATA E HORA, POSSIBILITAR A REPRODUÇÃO INSTANTÂNEA DE VÍDEOS A PARTIR DE EVENTOS. O SOFTWARE DEVE TER A CAPACIDADE DE LIMITAR, DENTRO DAS POLÍTICAS DE USUÁRIO E GRUPOS DE USUÁRIOS, A REPRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VÍDEOS, IMPEDINDO QUE UMA REPRODUÇÃO OU EXPORTAÇÃO POR MAIS DE X MINUTOS (CONFIGURÁVEL) POSSA SER FEITA. PERMITIR ADICIONAR MARCA D'ÁGUA POR USUÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADE DE IMAGEM. COM ESTE RECURSO, O ADMINISTRADOR PODERÁ ADICIONAR UMA MARCA D'ÁGUA POR USUÁRIO QUE SERÁ ADICIONADA NAS IMAGENS AO VIVO E REPRODUÇÃO DE VÍDEO. ESTA MARCA D'ÁGUA TEM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR O PROPRIETÁRIO DAS IMAGENS QUANDO AS IMAGENS DO SISTEMA FOREM FORNECIDAS PARA USUÁRIOS EXTERNOS. PERMITIR ADICIONAR MARCA D'ÁGUA DE TEXTO EM IMAGENS EXPORTADAS. ESTA OPÇÃO PERMITE QUE O OPERADOR ADICIONE UM TEXTO NAS IMAGENS EXPORTADAS COMO PROVA DE PROPRIEDADE E ORIGEM DAS IMAGENS. PERMITIR QUE NA PESQUISA DE EVENTOS PELO CLIENTE DE MONITORAMENTO, A REPRODUÇÃO DE VÍDEO DAS CÂMERAS LIGADAS AO EVENTO POSSAM REPRODUZIR O VÍDEO DAS CÂMERAS ASSOCIADAS COM AQUELE EVENTO, EMITIDOS ATRAVÉS DO POPUP DE ALARMES. O SOFTWARE DEVE PERMITIR NA REPRODUÇÃO, ACELERAR O VÍDEO EM: 2X, 4X, 8X, 16X, 32X, 64X, 128X, 256X E 512X. O SOFTWARE DEVE PERMITIR QUE A REPRODUÇÃO DE VÍDEO SEJA REALIZADA COM RECURSOS DE MULTI-THREAD, AUMENTANDO SIGNIFICATIVAMENTE A PERFORMANCE PARA REPRODUÇÃO DE CÂMERAS SIMULTÂNEAS, ESPECIALMENTE EM MEGAPIXELS. O REPRODUTOR DE VÍDEO DEVE REDIMENSIONAR

AS IMAGENS DE ACORDO COM A CONFIGURAÇÃO DO CLIENTE DE MONITORAMENTO, TAIS COMO CENTRALIZAR, REDIMENSIONAR PARA OCUPAR TODO O ESPAÇO E REDIMENSIONAR MANTENDO A PROPORÇÃO ORIGINAL DA IMAGEM. PERMITIR A REPRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO SINCRONIZADO NO FORMATO PROPRIETÁRIO E EM AVI. EXPORTAÇÃO EM MP4 COMPATÍVEL COM WHATSAPP. POSSIBILITAR A REPRODUÇÃO DAS IMAGENS GRAVADAS ATRAVÉS DE LENTES PANOMÓRFICAS DE 360 GRAUS, FORNECENDO ALGUNS CONTROLES COMO VISUALIZAÇÃO EM QUAD, VISUALIZAÇÃO DE ÁREAS VIRTUAIS E PTZ VIRTUAL. PERMITIR QUE O USUÁRIO POSSA ESCOLHER O INTERVALO QUE DESEJA PULAR (XMINUTOS) PARA FRENTE OU PARA TRÁS NO VÍDEO GRAVADO, FACILITANDO ASSIM A ANÁLISE DO VÍDEO GRAVADO. PERMITIR O REDIMENSIONAMENTO DE VÍDEO NA EXPORTAÇÃO EM AVI PARA GARANTIR MELHOR COMPATIBILIDADE COM OS CODECS EXISTENTES. PERMITIR AVANÇAR E RETROCEDER O VÍDEO FRAME A FRAME. PERMITE AVANÇAR E RETROCEDER O VÍDEO AO PRÓXIMO BOOKMARK. PERMITE PESQUISAS PELO CÓDIGO DE ORIGINALIDADE, DE UMA IMAGEM GERADA EM UM RELATÓRIO. A EXPORTAÇÃO DE MÍDIA DEVE SER AUDITORADA, PERMITINDO FUTURA PESQUISA NO BANCO DE AUDITORIA TAIS COMO: PERÍODO EXPORTADO, DIRETÓRIO ONDE O ARQUIVO FOI EXPORTADO, TAMANHO TOTAL DA EXPORTAÇÃO, ETC.. NA EXPORTAÇÃO DE VÍDEO, POSSIBILITAR QUE NOME DA EMPRESA E DADOS DO OPERADOR SEJAM PREENCHIDOS AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA , GRAVANDO-OS NA MÍDIA EXPORTADA. PERMITIR O PLAYBACK DE EVENTOS NO EXATO MOMENTO EM QUE ELE ACONTECEU E DISPONIBILIZAR AS IMAGENS ATÉ UMA HORA ANTES DO OCORRIDO. POSSIBILITAR A PESQUISA DE MOVIMENTO ACELERADA ATRAVÉS DE FRAMES CHAVES. EXPORTAÇÃO DE VÍDEO DEVE SER FEITO COM SENHA DE PROTEÇÃO E CRIPTOGRAFIA PARA EVITAR ACESSOS INDEVIDOS. NO REPRODUTOR DE MÍDIA PERMITIR A PESQUISA POR MINIATURAS EXIBINDO UMA MINIATURA DE DIFERENTES HORÁRIOS DA GRAVAÇÃO, PERMITINDO A LOCALIZAÇÃO RÁPIDA DE UMA CENA DESEJADA. POSSIBILIDADE DE GERAR MINIATURAS BASEADAS EM FATIA DE TEMPO ONDE O SISTEMA IRÁ EXIBIR AS MINIATURAS COM INTERVALO DE TEMPO FIXO OU POR BOOKMARK ONDE O SISTEMA IRÁ EXIBIR UMA MINIATURA PARA CADA BOOKMARK DA CÂMERA. O SISTEMA AINDA DEVE PERMITIR A ESCOLHA PERSONALIZADA DO INTERVALO DE TEMPO E O TAMANHO / QUANTIDADE DE MINIATURAS EM TELA. AO CLICAR EM UMA MINIATURA O VÍDEO DEVE SER SINCRONIZADO COM O HORÁRIO DA MINIATURA PARA RÁPIDA VISUALIZAÇÃO DO EVENTO. O SISTEMA DEVE PERMITIR A PESQUISA POR MINIATURAS EM VÍDEO EXPORTADOS NO FORMATO NATIVO. PERMITIR A PESQUISA POR NOME DE OBJETO PARA A DEVIDA REPRODUÇÃO. PERMITIR EXPORTAR PARA MEIO REMOVÍVEL O VÍDEO

GRAVADO NOS FORMATOS AVI, ASF, H.264, JPEG, PNG, PDF, BITMAP, WMF, GIF, TIFF, MJPEG, MPEG1, MPEG2, MP4. DEVE PERMITIR EXPORTAR SNAPSHOT EM JPEG, PNG, BITMAP, WMF E GIF DE VÍDEOS AO VIVO E GRAVADOS. PERMITIR A UTILIZAÇÃO DOS CODECS XVID MPEG-4 E X264 PARA EXPORTAÇÃO EM AVI. PERMITIR, NA REPRODUÇÃO DO VÍDEO, ATUALIZAR INSTANTANEAMENTE AS IMAGENS NA LINHA DO TEMPO E PODER USAR O MOUSE PARA ARRASTAR E SOLTAR COM A FINALIDADE DE ACELERAR O VÍDEO. PERMITIR A REPRODUÇÃO DE IMAGENS DAS CÂMERAS ASSOCIADAS COM AS CONFIGURAÇÕES DE ANALÍTICOS E LPR ALERTAS E EVENTOS: O SISTEMA DEVE TER UM COMPLETO GERENCIAMENTO DE ALARMES E EVENTOS, SENDO QUE ELE DEVE RECONHECER ALARME DE QUALQUER DISPOSITIVO COM CONTATO SECO QUE ESTEJA LIGADO NAS CÂMERAS OU SERVIDORES DE VÍDEO. ESTE GERENCIAMENTO DE ALARMES DEVE CONTEMPLAR AS SEGUINTE FUNCIONALIDADES: NA OCORRÊNCIA DE UM ALARME EXTERNO (QUALQUER SENSOR DE ALARME CONECTADO NAS CÂMERAS OU SERVIDORES DE VÍDEO) O SISTEMA DEVE TOMAR AÇÕES PRÓ-ATIVAS PARA ALERTAR OS OPERADORES, SENDO QUE O SISTEMA DEVE FORNECER A POSSIBILIDADE DE: ENVIAR UM E-MAIL E/OU SMS PARA UM GRUPO DE PESSOAS ALERTANDO SOBRE O OCORRIDO, ABRIR EM TELAS DO TIPO POPUP IMAGENS DE CÂMERAS, MAPAS , ANALÍTICOS , LPR, EMITIR SONS DE ALARME, ENVIAR MENSAGENS INSTANTÂNEAS AO OPERADOR ATRAVÉS DE TELAS DO TIPO POPUP, POSICIONAR CÂMERAS COM MOVIMENTO (PTZ) EM PRESETS DEFINIDOS E ACIONAR SAÍDAS DE ALARMES DAS CÂMERAS ONDE NESTAS SAÍDAS PODEM ESTAR CONECTADAS SIRENES. TODAS ESTAS AÇÕES DE ALARME DEVEM SER CONFIGURADAS INDEPENDENTEMENTE PARA CADA CÂMERA E TODAS DEVEM TER UM AGENDAMENTO DE OPERAÇÃO, SENDO QUE APENAS SERÃO CHAMADAS SE O AGENDAMENTO PERMITIR. O SISTEMA DEVE TOMAR AÇÕES PRÓ-ATIVAS NA DETECÇÃO DE MOVIMENTO DAS CÂMERAS EM HORÁRIOS PRÉ-DEFINIDOS, OU SEJA, SE EM DETERMINADO HORÁRIO QUE NÃO PODE HAVER MOVIMENTO EM DETERMINADA CÂMERA O SISTEMA RECONHECER UM MOVIMENTO, ENTÃO ESTE DEVE TER A POSSIBILIDADE DE TOMAR TODAS AS AÇÕES DE ALARME DESCRITAS ANTERIORMENTE (ENVIAR E-MAIL / SMS, ABRIR IMAGENS DAS CÂMERAS EM POPUPS, EMITIR SONS DE ALARME, ENVIAR MENSAGENS INSTANTÂNEAS AO OPERADOR, POSICIONAR CÂMERAS PTZ EM DETERMINADOS PONTOS PRÉ-DEFINIDOS E ACIONAR SAÍDAS DE ALARME DAS CÂMERAS E/OU SERVIDORES DE VÍDEO). O SISTEMA TAMBÉM DEVE TER A POSSIBILIDADE DE TOMAR ESTAS MESMAS AÇÕES PRÓ-ATIVAS CASO A CÂMERA OU SERVIDOR DE VÍDEO VENHA A FICAR FORA DE FUNCIONAMENTO E / OU OCORRER ALGUM ERRO NA GRAVAÇÃO DAS IMAGENS. O SISTEMA DEVE FORNECER AÇÕES DE ALARME MANUAL, ONDE O OPERADOR PODERÁ ATRAVÉS DE UM CLIQUE EM

			<p>UMA LISTA DE AÇÕES, DISPARAR AS AÇÕES PRÓ-ATIVAS. O SISTEMA DEVE FORNECER UM AGENDAMENTO DE RECONHECIMENTO DE ALARMES EXTERNOS POR CÂMERA, OU SEJA, TER A POSSIBILIDADE DE RECONHECER OS ALARMES APENAS EM HORÁRIOS ESPECÍFICOS. O SISTEMA DEVE TER A CAPACIDADE DE GRAVAR AS IMAGENS NA OCORRÊNCIA DE UM EVENTO E TAMBÉM FORNECER UM AGENDAMENTO DE TRANSMISSÃO DE IMAGENS ONDE FORNEÇA A POSSIBILIDADE DE TRANSMITIR AS IMAGENS APENAS NA OCORRÊNCIA DE UM ALARME. O SISTEMA DEVE PERMITIR QUE O ACIONAMENTO DO ALARME DE UMA CÂMERA POSSA INICIAR A GRAVAÇÃO E/OU TRANSMISSÃO DE IMAGENS DE QUAISQUER OUTRAS CÂMERAS. O SISTEMA DEVE TER DIVERSOS SONS DE ALARME (MÍNIMO DE 15) PARA QUE OS OPERADORES POSSAM DIFERENCIAR CADA ALARME ATRAVÉS DE UM SOM DIFERENTE. O SISTEMA DEVE TER EVENTOS DE ALARME DIRECIONADOS APENAS PARA USUÁRIOS OU GRUPOS DE USUÁRIOS ESPECÍFICOS. O SISTEMA DEVE PERMITIR O AGENDAMENTO DE UM OU MAIS EVENTOS PARA QUE ELES OCORRAM EM QUALQUER DIA DO MÊS E ANO DESEJADO. O SOFTWARE DEVE PERMITIR O RECEBIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE DETECÇÃO DE MOVIMENTO DE CÂMERAS ATRAVÉS DE CHAMADAS HTTP. COM ISSO, A DETECÇÃO DE MOVIMENTO PODERÁ SER PROCESSADA DIRETAMENTE PELAS CÂMERAS, DIMINUINDO O USO DO PROCESSADOR DO SERVIDOR. O SOFTWARE DEVE PERMITIR UTILIZAR UM PERFIL DE VÍDEO ALTERNATIVO PARA DETECÇÃO DE MOVIMENTO NO SERVIDOR. COM ESTE RECURSO, A UTILIZAÇÃO DE PROCESSADOR PARA DETECÇÃO DE MOVIMENTO NO SERVIDOR CAIRÁ DRASTICAMENTE, AUMENTANDO SIGNIFICATIVAMENTE A QUANTIDADE DE CÂMERAS QUE UM SERVIDOR PODERÁ PROCESSAR. PERMITIR PESQUISAR NO BANCO DE DADOS DE EVENTOS, ATRAVÉS DO TIPO DE EVENTO, FILTRAR POR DATAS, OBJETOS E OUTROS, AS OCORRÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS AO SOFTWARE, RELACIONADAS AOS ALARMES DO SISTEMA. PERMITIR QUE NO SISTEMA DE ANÁLISE DE IMAGENS, OS OBJETOS QUE ESTIVEREM ALARMADOS POR ALGUMA</p>			
44	4	ROLO	<p>SOLDA, CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 60X40, DIÂMETRO DO ESTANHO EM FIO: 1,0MM, ROLO 500G</p> <p>SOLDA, CIRCUITOS ELETRÔNICOS, 60X40, DIÂMETRO DO ESTANHO EM FIO: 1,0MM, COMPOSIÇÃO DO ESTANHO EM FIO: 60X40, PERCENTUAL DE ESTANHO: 60%, PERCENTUAL DE CHUMBO DO ESTANHO EM FIO: 40%, INDICADO PARA SOLDAR COMPONENTES ELETRÔNICOS. POSSUI FLUXO RA COMPOSTO POR RESINA, SOLVENTE E ATIVADORES AGRESSIVOS PARA SUPERFÍCIES MODERADAMENTE OXIDADAS. O RESÍDUO DE FLUXO RA É CORROSIVO E DEVERÁ SER REMOVIDO LOGO QUE POSSÍVEL APÓS A REFUSÃO PARA EVITAR DANOS NA SUA MONTAGEM, ROLO 500G</p>	370651	R\$ 124,75	R\$ 499,00
45	40	UNIDADE	SWITCH 5 PORTAS FAST ETHERNET COM 4	480917		

			<p>PORTAS POE SWITCH NÃO GERENCIÁVEL PARA A CONSTRUÇÃO DE REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PERMITINDO A INTEGRAÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS, DISPOSITIVOS DE CFTV, ENTRE OUTROS; DEVERÁ PROPORCIONAR O COMPARTILHAMENTO DE INTERNET PARA OS DEMAIS DISPOSITIVOS CONECTADOS A ELE; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 4 PORTAS FAST ETHERNET (10/100 MBPS) COM CONECTORES RJ-45 E NEGOCIAÇÃO DE VELOCIDADE AUTOMÁTICA; DAS PORTAS DISPONÍVEIS NO DISPOSITIVO, AO MENOS 3 DEVERÃO SUPORTAR POE/POE+ E AO MENOS 1 PORTA DEDICADA PARA UPLINK; O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL AO MENOS COM OS PADRÕES DE REDE IEEE802.3 – 10BASE-T, IEEE802.3U – 100BASE-TX, IEEE802.3X – FLOW CONTROL, IEEE802.3AF – POE (POWER OVER ETHERNET), IEEE802.3AT – POE (POWER OVER ETHERNET) E IEEE802.1P – QOS (QUALITY OF SERVICE); DEVERÁ POSSUIR UMA TAXA DE ENCAMINHAMENTO DE NO MÍNIMO 145 KPPS E A CAPACIDADE DE BACKPLANE DE PELO MENOS 1 GBPS; SUA TABELA DE ENDEREÇOS MAC DEVERÁ POSSUIR UMA CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 950 ENDEREÇOS; DEVERÁ SUPORTAR AO MENOS OS TIPOS DE CABEAMENTO CATEGORIA 5, 5E E 6; DEVERÁ POSSUIR A FUNÇÃO DE AUTO MDI/MDI-X COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA DO PADRÃO DO CABO (NORMAL/CROSSOVER) E NEGOCIAÇÃO DE VELOCIDADE AUTOMÁTICA; DEVE POSSUIR LED'S INDICADORES QUE POSSAM DEMONSTRAR AO MENOS O STATUS DE ALIMENTAÇÃO DO SWITCH, O STATUS DE ALIMENTAÇÃO DE CADA PORTA E O STATUS DO LINK E ATIVIDADE POR PORTA; DEVERÁ POSSIBILITAR A FUNÇÃO POE EXTENDER, OU SIMILAR, QUE POSSIBILITE LEVAR DADOS E ENERGIA ELÉTRICA PARA UM DISPOSITIVO COM ATÉ 250 METROS DE CABEAMENTO; SEU MÉTODO DE TRANSFERÊNCIA DEVERÁ SER DO TIPO ARMAZENA E ENVIA (STORE AND FORWARD); DEVERÁ IMPLEMENTAR QOS ATRAVÉS DO PROTOCOLO IEEE 802.1P (QUALITY OF SERVICE) PARA PRIORIZAÇÃO DO TRÁFEGO DE DADOS, VOZ E VÍDEO; O POE DEVERÁ FORNECER ATÉ 30 W EM UMA ÚNICA PORTA, PERMITINDO ALCANÇAR PELO MENOS 55 W COM A UTILIZAÇÃO DA FUNÇÃO EM TODAS AS PORTAS; SUA ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER ATRAVÉS DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA AUTOMÁTICA COM ENTRADA 100 A 240 VAC / 60 HZ; A TENSÃO DE SAÍDA DA FONTE DEVERÁ SER DE 51 VDC COM CORRENTE DE NO MÁXIMO 2 A; SEU CONSUMO DE ENERGIA DEVERÁ SER IGUAL OU INFERIOR A 65 W (COM CARGA); DEVERÁ AINDA POSSUIR PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE NO MÍNIMO 15 KV; DEVE SER CERTIFICADO AO MENOS NOS PADRÕES DA ANATEL; DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM A FUNÇÃO PLUG & PLAY, PERMITINDO UMA INSTALAÇÃO SIMPLES E RÁPIDA; DEVE PERMITIR QUE SEJA INSTALADO EM BANDEJA, MESA OU PAREDE.</p>			
46	10	UNIDADE	SWITCH DE ACESSO 24 PORTAS 1GBE POE + 4 PORTAS 10GBE (TIPO 3) SWITCH, ACESSO 24 PORTAS 1GBE POE, + 4	484074	R\$ 350,58	R\$ 14.023,20

PORTAS 10GBE, POSSUIR HOMOLOGAÇÃO ANATEL DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO VIGENTE; POSSUIR ALTURA MÁXIMA DE 1U; POSSUIR FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA QUE TRABALHE EM 100V-240V, 50/60 HZ, COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO E FREQUÊNCIA; POSSUIR CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO DE NO MÍNIMO 128GBPS; POSSUIR CAPACIDADE DE ENCAMINHAMENTO DE PACOTES DE NO MÍNIMO 95,2MPPS; POSSUIR PELO MENOS 24 PORTAS 10/100/1000BASE-T ATIVAS SIMULTANEAMENTE, COM CONECTOR RJ-45; DEVE POSSUIR POE (POWER OVER ETHERNET) EM TODAS AS INTERFACES 10/100/1000 BASE-T, PADRÃO 802.3AF; POSSUIR PELO MENOS 04 PORTAS 10GBPS PADRÃO SFP+; POSSUIR PORTA DE CONSOLE: RJ45, USB, MICRO-USB OU SERIAL (ACOMPANHADO DO CABO DE COMUNICAÇÃO); POSSUIR LEDS INDICATIVOS DE FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE DAS PORTAS; TODAS AS INTERFACES OFERECIDAS DEVEM SER NON-BLOCKING (FULL-SPEED); A MEMÓRIA FLASH INSTALADA DEVE SER SUFICIENTE PARA COMPORTAR NO MÍNIMO DUAS IMAGENS DO SISTEMA OPERACIONAL SIMULTANEAMENTE, PERMITINDO QUE SEJA FEITO UM UPGRADE DE SOFTWARE E A IMAGEM ANTERIOR SEJA MANTIDA; DEVE ARMAZENAR, NO MÍNIMO, 16.000 (DEZESSEIS MIL) ENDEREÇOS MAC; IMPLEMENTAR NO MÍNIMO 2000 REGRAS DE ACL; IMPLEMENTAR AGREGAÇÃO DE LINKS CONFORME PADRÃO IEEE 802.3AD COM SUPORTE A LACP; IMPLEMENTAR SPANNING-TREE (IEEE 802.1D), RAPID SPANNING TREE (IEEE 802.1W), MULTIPLE INSTANCE STP (802.1S) OU PVST+ OU VBST OU OUTROS PROTOCOLOS SIMILARES; IMPLEMENTAR A CONFIGURAÇÃO DE MULTIPLE SPANNING TREE PROTOCOL, COM SUPORTE A, PELO MENOS, 64 DOMÍNIOS; IMPLEMENTAR NO MÍNIMO 1024 VLANS, ATIVAS SIMULTANEAMENTE, ATRAVÉS DO PROTOCOLO 802.1Q; IMPLEMENTAR IEEE 802.1AB LINK LAYER DISCOVERY PROTOCOL (LLDP); IMPLEMENTAR LLDP-MED (MEDIA ENDPOINT DISCOVERY), SEGUNDO ANSI/TIA-1057, DRAFT 08; POSSUIR ROTEAMENTO NÍVEL 3 ENTRE VLANS; SUPORTAR ROTEAMENTO DE PACOTES IPV4 E IPV6; SUPORTE A, PELO MENOS, 1500 (MIL E QUINHENTOS) ROTAS IPV4 MULTICAST; SUPORTE A, PELO MENOS, 1500 (MIL E QUINHENTOS) ROTAS IPV6 MULTICAST; IMPLEMENTAR ROTEAMENTO ESTÁTICO E DINÂMICO; IMPLEMENTAR PROTOCOLO DE ROTEAMENTO DINÂMICO OSPF V2 E V3; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO IGMP V2, V3; IMPLEMENTAR O PROTOCOLO VRRP (VIRTUAL ROUTER REDUNDANCY PROTOCOL); IMPLEMENTAR O PROTOCOLO DE ROTEAMENTO PIM;IMPLEMENTAR O PROTOCOLO DE ROTEAMENTO RIPV1 E RIPV2; IMPLEMENTAR UPLOAD E DOWNLOAD DE CONFIGURAÇÃO EM FORMATO ASCII OU XML, PERMITINDO A EDIÇÃO DO ARQUIVO DE CONFIGURAÇÃO E, POSTERIORMENTE, O DOWNLOAD DO ARQUIVO EDITADO PARA O EQUIPAMENTO; IMPLEMENTAR AUTENTICAÇÃO RADIUS COM SUPORTE A AUTHENTICATION, ACCOUNTING, EAP SUPPORT

FOR 802.1X; A IMPLEMENTAÇÃO DE RADIUS DEVE ESTAR DISPONÍVEL PARA AUTENTICAÇÃO DE USUÁRIOS VIA TELNET E CONSOLE SERIAL; IMPLEMENTAR OS SEGUINTE GRUPOS DE RMON ATRAVÉS DA RFC1757: HISTORY, STATISTICS, ALARMS E EVENTS; IMPLEMENTAR TECNOLOGIA DE TELEMETRIA PARA COLETA DE DADOS EM TEMPO REAL; IMPLEMENTAR SFLOW OU NETFLOW, OU NETSTREAM; IMPLEMENTAR A ATUALIZAÇÃO DE IMAGENS DE SOFTWARE E CONFIGURAÇÃO ATRAVÉS DE UM SERVIDOR TFTP; SUPORTAR MÚLTIPLOS SERVIDORES SYSLOG; IMPLEMENTAR AJUSTE DE CLOCK DO EQUIPAMENTO UTILIZANDO SNTP E NTP COM AUTENTICAÇÃO MD5; IMPLEMENTAR PORT MIRRORING; IMPLEMENTAR RSPAN (REMOTE MIRRORING), PERMITINDO ESPELHAR O TRÁFEGO DE UMA PORTA OU VLAN DE UM SWITCH REMOTO PARA UMA PORTA DE UM SWITCH LOCAL (PORTA DE ANÁLISE); IMPLEMENTAR GERENCIAMENTO ATRAVÉS DE SNMPV1, V2 E V3; SUPORTAR GERENCIAMENTO ATRAVÉS DO PROTOCOLO NETCONF; IMPLEMENTAR SSHV2; IMPLEMENTAR GERENCIAMENTO VIA TELNET, SSH E WEB COM SUPORTE A HTTP E HTTPS/SSL, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO GRÁFICA DA INTERFACE DE GERÊNCIA; IMPLEMENTAR RATE LIMITING DE ENTRADA EM TODAS AS PORTAS. A GRANULARIDADE DEVE SER CONFIGURÁVEL EM INTERVALOS DE 64KBPS PARA PORTAS DE ATÉ 1GBPS; IMPLEMENTAR RATE SHAPING DE SAÍDA EM TODAS AS PORTAS. A GRANULARIDADE DEVE SER CONFIGURÁVEL EM INTERVALOS DE 64KBPS PARA PORTAS DE ATÉ 1GBPS; A FUNCIONALIDADE DE RATE SHAPING DEVE PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE CIR (COMMITTED RATE), BANDA MÁXIMA, BANDA MÍNIMA E PEAK RATE; IMPLEMENTAR LIMITAÇÃO DE NÚMERO DE ENDEREÇOS MAC APRENDIDOS POR UMA PORTA, PARA UMA DETERMINADA VLAN; IMPLEMENTAR TRAVAMENTO DE ENDEREÇOS MAC, PERMITINDO A ADIÇÃO ESTÁTICA DE ENDEREÇOS PARA UMA DETERMINADA PORTA OU UTILIZANDO OS ENDEREÇOS EXISTENTES NA TABELA MAC. O ACESSO DE QUALQUER OUTRO ENDEREÇO QUE NÃO ESTEJA PREVIAMENTE AUTORIZADO DEVE SER NEGADO; IMPLEMENTAR LOGIN DE REDE BASEADO NO PROTOCOLO IEEE 802.1X, PERMITINDO QUE A PORTA DO SWITCH SEJA ASSOCIADA A VLAN DEFINIDA PARA O USUÁRIO NO SERVIDOR RADIUS; A IMPLEMENTAÇÃO DO IEEE 802.1X DEVE INCLUIR SUPORTE A GUEST VLAN, ENCAMINHANDO O USUÁRIO PARA ESTA VLAN CASO ESTE NÃO POSSUA SUPPLICANTE 802.1X ATIVO, EM CASO DE FALHA DE AUTENTICAÇÃO E NO CASO DE INDISPONIBILIDADE DO SERVIDOR AAA; IMPLEMENTAR MÚLTIPLOS SUPPLICANTES POR PORTA, ONDE CADA DISPOSITIVO DEVE SER AUTENTICADO DE FORMA INDEPENDENTE, PODENDO SER ENCAMINHADOS À VLANS DISTINTAS. AS MÚLTIPLAS AUTENTICAÇÕES DEVEM SER REALIZADAS ATRAVÉS DE IEEE 802.1X; IMPLEMENTAR POLÍTICAS POR USUÁRIO, PERMITINDO QUE AS CONFIGURAÇÕES DE ACL, QOS SEJAM APLICADAS NA PORTA UTILIZADA PARA A CONEXÃO À REDE, APÓS A

R\$ 12.473,00

R\$
124.730,00

			AUTENTICAÇÃO; IMPLEMENTAR A CONFIGURAÇÃO DE TELEFONES IP DE FORMA AUTOMÁTICA, PERMITINDO A DETECÇÃO DO APARELHO ATRAVÉS DO PROTOCOLO LLDP E A CONFIGURAÇÃO DE VLAN E QOS PARA A PORTA; IMPLEMENTAR POLICY BASED SWITCHING, OU SEJA, POSSIBILITAR QUE O TRÁFEGO CLASSIFICADO POR UMA ACL SEJA REDIRECIONADO PARA UMA PORTA FÍSICA ESPECÍFICA; O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVERÁ POSSUIR GARANTIA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO PELO PERÍODO MÍNIMO DE 12 (DOZE) MESES PARA REPOSIÇÃO DE PEÇAS COM TEMPO DE SOLUÇÃO NO PRÓXIMO DIA ÚTIL.			
47	10	UNIDADE	<p>SWITCH, 8 PORTAS, POE</p> <p>SWITCH GERENCIÁVEL PARA A CONSTRUÇÃO DE REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PERMITINDO A INTEGRAÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS, DISPOSITIVOS VOIP E TELEFONE IP. DEVERÁ APRESENTAR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: DEVERÁ PROPORCIONAR O COMPARTILHAMENTO DE REDE PARA OS DEMAIS DISPOSITIVOS CONECTADOS A ELE; DEVE POSSUIR 8 PORTAS GIGA ETHERNET (10/100/1000 MBPS) COM CONECTORES RJ-45 E NEGOCIAÇÃO DE VELOCIDADE AUTOMÁTICA E 2 PORTAS SFP INDEPENDENTES; O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL AO MENOS COM OS PADRÕES DE REDE IEEE802.3, 802.3U, 802.3AB, 802.3Z, 802.3X, 802.1P – QOS (QUALITY OF SERVICE), 802.1Q, 802.1X, 802.1D, 802.1W, 802.1S, 802.1V, 802.3AC, 802.1AX E 802.3AD - PROTOCOLO IEEE802.3AF (POE) E IEEE802.3AT (POE+); POSSUIR CONTROLE DE REDE ATRAVÉS DO MONITORAMENTO REMOTO E CENTRALIZADO DOS DISPOSITIVOS CONECTADOS VIA PROTOCOLO SNMP; DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM PROTOCOLO CSMA/CD, QUE PERMITIRÁ ORGANIZAR A FORMA COMO OS DISPOSITIVOS DE REDE COMPARTILHAM O CANAL UTILIZANDO A TECNOLOGIA ETHERNET; DEVE AINDA POSSUIR UM BUFFER DE MEMÓRIA DE PELO MENOS 4 MB; DEVE POSSUIR CAPACIDADE (BACKPLANE), DE NO MÍNIMO 20GBPS; SUA TABELA DE ENDEREÇOS MAC DEVERÁ POSSUIR UMA CAPACIDADE DE 8KB; DEVERÁ SUPORTAR JUMBO FRAME DE NO MÍNIMO 9KB; DEVERÁ SUPORTAR AO MENOS OS TIPOS DE CABEAMENTO CATEGORIA 5, 5E E 6, QUE DE ACORDO COM O PADRÃO DE REDE PODEM ALCANÇAR 100 METROS DE DISTÂNCIA; DEVERÁ POSSUIR A FUNÇÃO DE AUTO MDI/MDI-X COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA DO PADRÃO DO CABO (NORMAL/CROSSOVER) E NEGOCIAÇÃO DE VELOCIDADE AUTOMÁTICA; DEVE POSSUIR LED'S INDICADORES QUE POSSAM DEMONSTRAR AO MENOS O STATUS DE ALIMENTAÇÃO E STATUS DO LINK E ATIVIDADE POR PORTA (FAST OU GIGABIT ETHERNET); SEU MÉTODO DE TRANSFERÊNCIA DEVERÁ SER DO TIPO ARMAZENA E ENVIA (STORE AND FORWARD); DEVE AINDA POSSUIR A FUNÇÃO DE APRENDIZADO DE ENDEREÇOS MAC E ATUALIZAÇÃO AUTOMÁTICA; DEVERÁ POSSUIR SPANNING TREE, COM OS PROTOCOLOS: 802.1D SPANNING TREE PROTOCOL (STP); 802.1W RAPID</p>	448264		
					R\$ 1.483,00	R\$ 14.830,00

			SPANNING TREE PROTOCOL (RSTP); 802.1S MULTIPLE SPANNING TREE PROTOCOL (MSTP); LOOP GUARD; ROOT GUARD; TC-BPDU GUARD; BPDU GUARD; BPDU FILTER; DEVERÁ SUPORTAR IPV4/IPV6, MDL SNOOPING E IPV6 NEIGHBOR DISCOVERY; SUA ALIMENTAÇÃO DEVERÁ SER ATRAVÉS DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO INTERNA AUTOMÁTICA COM ENTRADA 100-240 VAC, 60 HZ; SEU CONSUMO DE ENERGIA DEVERÁ SER IGUAL OU INFERIOR A 12 W; POSSUIR CAPACIDADE DE HABILITAR OU DESABILITAR PORTA POE; PERMITIR POTÊNCIA TOTAL NO POE DE 70W; DEVE SER CERTIFICADO AO MENOS NOS PADRÕES ANATEL, FCC, CE E ROHS; O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR INTERFACE TOTALMENTE EM PORTUGUÊS.			
48	30	UNIDADE	TOMADA, MACHO, FORMATO CONTATO 2P + T, MODELO PLUGUE, COM PRENSA CABO PLÁSTICO, CORRENTE NOMINAL 10A, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136, REFERÊNCIA PIAL 615833, TENSÃO NOMINAL 250V	614591	R\$ 12,10	R\$ 363,00
					VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 1.137.802,48

OBSERVAÇÕES:

- Havendo divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela acima deste Termo de Referência com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **emissão da nota de empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Certificação de sustentabilidade ambiental emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada comprovando que a Proponente pratica ações sustentáveis que colaborem para a preservação do Meio Ambiente (artigos 5º e 6º da IN Nº 1 – SLTI /MPOG, de 19 de janeiro de 2010) ou alternativamente a certificação poderá ser feita mediante Declaração de Sustentabilidade Ambiental emitida pela própria empresa licitante declarando que ela(proponente) atende às exigências constantes da IN Nº 1/2010 – SLTI/MPOG, podendo ser conforme modelo apresentado no Anexo do Edital do certame;

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de bens materiais via Registro de Preços, conforme razões justificadas:

- não há complexidade na presente licitação e a entrega do material será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações;
- a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação;
- a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

Margem de Preferência:

4.4. Os itens 5 a 11, 15 a 18, 20 a 23, 33 e 34, 36 e 37, 39 e 40, 42, 45 a 47, objetos da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10 %, prevista no Decreto n.º 11.890, conforme disposto na Resolução n.º 4 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

4.5. Para atendimento da comprovação de que trata o subitem anterior o licitante deverá apresentar, no momento da habilitação, um dos seguintes documentos, conforme o caso (Art. 7º da Resolução SEGES-CICS /MGI Nº 4, de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS):

I - impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no site eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, bem como o código CFI do produto;

II - impressão da tela da página da consulta CFI / Credenciamento FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, disponível no site eletrônico https://ws.bndes.gov.br/cfi_catalogo/, em que conste a marca ou o fabricante e o modelo ou a versão do item ofertado, e a expressão "TIPO A", bem como o código CFI do produto;

III - impressão da tela da página da consulta de empresas habilitadas, produtos e modelos aprovados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no site eletrônico <https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasHabilitadas>, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

IV - impressão da tela da página da consulta de empresas com reconhecimento de produtos desenvolvidos no país do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, disponível no site eletrônico <https://inovacaodigital.mcti.gov.br/leiDeInformatica/empresasProdutosModelosTecnac>, em que conste o produto e o modelo do item ofertado;

V - formulário, preenchido e assinado, de Autodeclaração de Medicamento Nacional, constante do Anexo II.a desta Resolução; e

VI - formulário, preenchido e assinado, de Autodeclaração do Insumo Farmacêutico Ativo Nacional, constante do Anexo II.b da Resolução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O objeto será entregue de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento pela Contratada.

5.1.1. As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Unidade Requisitante no momento da solicitação, em remessas parciais de acordo com a demanda.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Almoxarifado Central da Diretoria Logística da UFG - DLOG/UFG, localizado na Av. Esperança (Alameda Flamboyant) Campus II – Samambaia (saída para Nova Veneza-GO, próximo à Casa do Estudante Universitário), Goiânia – Goiás, CEP 74690-900. Telefones (62) 3521-1020 /1471 - E-mail: almoxarifado.dlog@ufg.br.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. A Contratada deverá oferecer garantia contra defeitos de fabricação pelo prazo legal de 90 (noventa) dias, acrescido da garantia original do fabricante, totalizando no mínimo 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo.

5.4.1. A garantia deverá ser prestada conforme as normas do Código de Defesa do Consumidor, devendo a contratada realizar a troca ou reparo dos itens defeituosos mediante notificação da Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; .

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 05% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação de quitação da Guia de Recolhimento do ICMS – Diferencial de Alíquota (DIFAL), sempre que aplicável, considerando que a Universidade Federal de Goiás é consumidora final – não contribuinte do ICMS.

Prazo de pagamento

8.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/03/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s)

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% [até 10%] do valor total estimado da contratação.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ **1.137.802,48** (um milhão, cento e trinta e sete mil, oitocentos e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Goiânia, na data da assinatura digital.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e In

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 15 (quinze) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II)

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 mês.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A1]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A4]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Goiânia, Seção Judiciária de Goiás para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,(*identificar o Contratado*)declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 16:16:53.

CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

WANTUIR ETERNO DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 10:39:27.

GABRIEL OLIVEIRA MACHADO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/03/2026 às 11:20:33.



Documento assinado digitalmente

JOSE VAZ FILHO

Data: 17/03/2026 10:28:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE VAZ FILHO

Membro da comissão de contratação

Estudo Técnico Preliminar 112/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23070.006138/2025-51

2. Descrição da necessidade

A descrição da necessidade consolidada neste estudo técnico abrange diversas áreas da Universidade Federal de Goiás (UFG) e seus departamentos, focando principalmente em segurança patrimonial e pessoal, além de reparos e reutilização de equipamentos.

O Centro de Eventos necessita de equipamentos e materiais para um novo sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV). Esta necessidade se justifica pelas dimensões do espaço, a presença de equipamentos de alto custo e a realização constante de eventos de grande porte com um público de até 3.000 pessoas, visando aumentar a sensação de segurança e possibilitar um monitoramento flexível e equitativo do espaço para vigilância pessoal e patrimonial.

O Centro de Informação, Documentação e Arquivo tem a necessidade de substituir as câmeras e equipamentos de monitoramento existentes para promover maior segurança patrimonial na unidade.

A Biblioteca Central apresenta duas necessidades principais:

- A aquisição de conversores USB para P2 para permitir a reutilização de mouses e teclados com conexão P2 em computadores que possuem apenas portas USB, contribuindo para a economia de recursos públicos.
- A aquisição de materiais essenciais para a instalação e operação do sistema de CFTV, visando o armazenamento, transmissão e proteção das imagens captadas pelas câmeras de segurança, o que é crucial para a prevenção de incidentes e a proteção do patrimônio e dos usuários da biblioteca.

A Diretoria de Telecomunicações (DTEL) tem a necessidade de disponibilizar materiais adequados para a instalação e manutenção da infraestrutura do sistema de CFTV em toda a Universidade. Isso é essencial para garantir a continuidade dos serviços técnicos de infraestrutura, assegurando a operação segura e ininterrupta do sistema de CFTV, prevenindo furtos e vandalismo, e possibilitando um monitoramento remoto eficiente.

O Instituto de Física (IF/UFG) expressa a necessidade de:

- Novas câmeras de segurança para os prédios IF1 e IF2, cujas câmeras existentes são antigas e não funcionam mais, sendo fundamental para proteger a comunidade e o patrimônio do instituto, especialmente após ocorrências de furto.
- Diversos materiais para realizar pequenos reparos em equipamentos de laboratório e de informática em geral, como fusíveis e plugues para tomada, para garantir o funcionamento dos dispositivos existentes devido à falta de verba para novos equipamentos.
- Solda de estanho para utilização nos Laboratórios de Eletrônica e de Física Moderna do IF.
- Discos rígidos e caixas de passagem que serão usados para a instalação dos CFTVs.
- Outros materiais como fita isolante, parafusos e buchas também são listados para a instalação dos CFTVs e pequenos reparos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Eventos	Isadora da Silva Ribas
Faculdade de Educação	Marcos Ribeiro Cunha
Centro de Informação, Documentação e Arquivo	Samuel Martins Lopes
Biblioteca Central	Karla Rodrigues da Silva

Diretoria de Telecomunicações
Instituto de Física

Gustavo Passinato Neves
Danilo José Olímpio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

No Centro de Eventos, o requisito principal é a aquisição de equipamentos e materiais para um novo sistema de CFTV. Os equipamentos específicos necessários incluem:

- 2 gravadores digitais de 32 canais IP (NVD 1432 - Intelbras).
- 2 discos rígidos para CFTV de 8TB (HD WD Purple - Western Digital).
- 38 câmeras IP Dome Full HD (VIP 1230 D G4 - Intelbras).
- 2 réguas padrão 19" com 6 tomadas 10A.
- 1 switch de acesso L3 GbE de 48 portas com 6 uplinks 10G (XGS2220 Series - Zyxel).
- Infraestrutura incluindo 200 parafusos 4,2X32 cabeça philips.

No Centro de Informação, Documentação e Arquivo, a necessidade é a substituição das câmeras e equipamentos de monitoramento existentes. Os requisitos específicos incluem:

- 1 sistema de CFTV, composto por DVR de 16 canais com gravação de até 5 megapixels.
- 16 câmeras de vídeo CFTV digital colorida com resolução de 1920 x 1080 pixels e capacidade de memória de 1024.
- 2 fontes de alimentação para câmera de vigilância com tensão de saída de 12V e corrente de saída de 2A.
- 2 fontes de alimentação chaveadas com tensão de alimentação 100/240V, tensão de saída de 12V e corrente de saída de 10A.
- 16 conectores áudio-vídeo BNC macho para uso em rádio com impedância nominal de 50.
- 16 conectores áudio-vídeo P4 macho para equipamentos eletrônicos.

Na Biblioteca Central, os requisitos de contratação são:

- 15 conversores elétricos estáticos de teclado/mouse de porta PS/2 para USB, compatíveis com USB 1.1 e 2.0, suportando diversos sistemas de sinalização, alarme e detecção para segurança.
- 1 sistema de gravação digital para segurança com DVR de 16 canais e capacidade de gravação com resolução de até 5 megapixels.
- 1 equipamento de armazenamento de dados para servidor de rede com capacidade de memória de 4TB, memória cache igual ou superior a 128 MB, interface SATA 3.0 e velocidade de 7.200 RPM e velocidade de transferência de 300.
- 1 módulo eletrônico para câmeras de segurança com corrente de alimentação de 3.
- 10 módulos eletrônicos P4 macho para equipamentos eletrônicos.
- 20 módulos eletrônicos para interligação de equipamentos de vídeo e alimentação, tipo Balun BNC/P4 com LEDs de sinalização de vídeo e alimentação e tensão de alimentação de 12V.
- 10 caixas plásticas vedadas IP66 para CFTV, anti-UV, resistente a raios solares, cor branca, dimensões 125 x 123 x 60 mm.

Na Diretoria de Telecomunicações (DTEL), os requisitos dos materiais a serem contratados devem seguir as orientações estabelecidas nas requisições de material no SIPAC. Será exigida a apresentação de certificado ou declaração de sustentabilidade ambiental. Poderá ser solicitada a apresentação de manual, catálogos ou folders dos produtos. Os licitantes deverão se comprometer a entregar os itens em 30 dias após a emissão da nota de empenho, diretamente nas instalações da DTEL. A lista detalhada dos itens e quantidades é extensa e inclui diversos tipos de câmeras CFTV, gravadores digitais IP e híbridos, discos

rígidos de diferentes capacidades, fontes de alimentação, conectores BNC e P4, injetores PoE+, licenças de software para câmeras, memória RAM, monitor profissional, processador, protetores contra surtos, servidores, software de monitoramento e gravação, e switches.

No Instituto de Física (IF/UFG), os requisitos de contratação incluem:

- 2 discos rígidos para CFTV de 4TB, SATA 3,5'', desenvolvidos para uso em segurança eletrônica 24/7, com estabilidade na gravação, velocidade controlada, dissipação otimizada, baixo consumo, baixo ruído, buffer de no mínimo 6 GB/s, drive de no mínimo 150 MB/s, cache de no mínimo 64 MB, rotação de 5.400 RPM e baixo índice de erros de leitura.
- 18 caixas de passagem de plástico, cor branca, anti-UV, resistente a raios solares, proteção IP66, dimensões 125 x 123 x 60 mm.
- 4 rolos de solda de estanho em fio sólido, com 60% de estanho e 40% de chumbo, trifluxo, diâmetro de 1mm, em carretel de 500g.
- 7 rolos de fita isolante de PVC com adesivo à base de borracha, auto extingüível, para isolamento de até 750V, classe de temperatura 90°C, com selo de qualidade UV, cor preta, dimensões 19mmx20m e espessura 0,19 mm.
- 30 fusíveis de vidro de 0,315A, diâmetro de 5mm, comprimento de 20mm, tensão de 250V.
- 30 fusíveis de vidro de 5A, diâmetro de 5mm, comprimento de 20mm, tensão de 250V.
- 30 fusíveis de vidro de 6A, diâmetro de 5mm, comprimento de 20mm, tensão de 250V.
- 20 fusíveis de vidro de 9A, diâmetro de 5mm, comprimento de 20mm, tensão de 250V.
- 30 plugues de tomada macho, 2P+T, corrente nominal de 10A, tensão nominal de 250V, com prensa cabo plástico, material PVC, conforme NBR 14136.
- 160 parafusos auto-atarraxantes de aço carbono zincado, cabeça panela, fenda philips, diâmetro de 4,20mm e comprimento de 32mm.
- 160 buchas para parafuso de náilon, tamanho S-6, com anel, para tijolo furado. Os bens devem ser novos e originais de fábrica, com prazo de entrega de até 30 dias na DLOG/UFG

5. Levantamento de Mercado

No Centro de Eventos, o levantamento de mercado envolveu pesquisa de preços baseada na Instrução Normativa 65/2021. Foi realizada pesquisa direta com fornecedores que já haviam fornecido equipamentos à unidade, como a Eletro Transol Ind. E Com. De Mat. Elet. LTDA e a Dips Distribuidora de Produtos Eletrônicos, e também foi realizada pesquisa dos equipamentos de forma online.

O Centro de Informação, Documentação e Arquivo informa que foram consideradas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades. Não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da administração além da contratação na modalidade proposta.

Na Biblioteca Central, o levantamento de mercado foi realizado através de pesquisa em mídia especializada.

A Diretoria de Telecomunicações (DTEL) realizou um levantamento de preços por meio do módulo Pesquisa de Preços do Compras.gov.br, consultando o banco de preço de cotações das últimas compras realizadas por órgãos públicos e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo para cada item a ser licitado. O objetivo foi obter a média e a mediana dos preços.

O Instituto de Física (IF/UFG) concluiu que a melhor alternativa de mercado é a aquisição dos bens descritos nos Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) nº 444/2024 e 573/2024, por meio de licitação na modalidade de pregão eletrônico. Foram consideradas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, e não foram identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações superiores à contratação nessa modalidade. A escolha pelo pregão eletrônico se justifica pela existência de inúmeros fornecedores aptos a fornecer os produtos, o que deve resultar em preços mais baixos devido à concorrência. Além disso, a aquisição por meio de Pregão Eletrônico utilizando o sistema de Registro de Preços é uma solução amplamente utilizada por entidades públicas para bens comuns.

6. Descrição da solução como um todo

No Centro de Eventos, a solução para a questão de insegurança do prédio é a aquisição de equipamentos de monitoramento para instalação e manutenção via DTEL UFG e acompanhamento da vigilância constante pela SDH UFG. O objetivo é aumentar a segurança de equipamentos e do público durante eventos.

No Centro de Informação, Documentação e Arquivo a solução como um todo pode ser inferida da necessidade de substituição das câmeras e equipamentos de monitoramento existentes. Portanto, a solução é a aquisição dos itens listados para promover maior segurança patrimonial.

Na Biblioteca Central, a solução abrange dois aspectos principais: a aquisição de conversores USB para P2, permitindo a reutilização de periféricos existentes e evitando a compra de novos equipamentos, o que promove a economia de recursos públicos. Além disso, a solução contempla a aquisição dos materiais necessários para a instalação do sistema de CFTV na Biblioteca Central, visando garantir a segurança do espaço, dos usuários e do patrimônio da instituição.

Na Diretoria de Telecomunicações (DTEL), a solução como um todo visa atender às demandas dos sistemas de CFTV da Universidade, tanto para ampliação quanto para manutenção do sistema existente. A realização do pregão eletrônico se justifica pela necessidade urgente e específica dos itens, assegurando o pleno funcionamento das operações. O processo será conduzido por meio do Sistema de Registro de Preços.

No Instituto de Física (IF/UFG), a solução para suprir a necessidade de segurança e pequenos reparos se dará por meio da aquisição dos bens descritos nos Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) nº 444/2024 e 573/2024, por meio de licitação na modalidade de pregão eletrônico. A escolha por esta modalidade se justifica por se tratar de bens comuns, de fácil padronização e caracterização.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

No Centro de Eventos, as quantidades estimadas são:

Descrição do item	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Código CATMAT	Código SIPAC Sugerido
SISTEMA CIRCUITO FECHADO TV PARA SEGURANÇA APLICAÇÃO: SISTEMA DE SEGURANÇA, COMPONENTES: DVR 32 CANAIS, TIPO SISTEMA: GRAVAÇÃO DIGITAL	01	CONJUNTO	480124	5233000000382
EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS UNIDADE DISCO APLICAÇÃO: SERVIDOR STORAGE, CAPACIDADE: 8, MEMÓRIA CACHE: 256, TAMANHO: 3,5, TIPO: RÍGIDO, VELOCIDADE: 7.200	02	UNIDADE	610790	3017000001153
EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE VÍDEO CÂMERA VÍDEO DE SEGURANÇA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALIMENTAÇÃO POE, INTERFACE: RJ45 10/100 MBPS, RESOLUÇÃO HORIZONTAL: 2,560, RESOLUÇÃO VERTICAL: 1.440, TIPO SENSOR: CMOS 1 /3", VOLTAGEM: 12	38	UNIDADE	608140	5233000000349

SWITCH ALIMENTAÇÃO: 110/220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PORTAS POE+ E 50 CM DE CABO DE EMPILHAMENTO, QUANTIDADE PORTAS: 48, TIPO: SWITCH GERENCIÁVEL, TIPO PORTAS: GIGABIT ETHERNET, VELOCIDADE PORTA: 1000 MBPS	01	UNIDADE	618779	5237000000035
RÉGUA ELÉTRICA ACABAMENTO SUPERFICIAL: PINTURA EPOXI TEXTURIZADA COR PRETA /GRAFITE, ACESSÓRIOS: PLUG PADRÃO NEMA 5- 15R (TOMADA), COM DISJUNTOR, APLICAÇÃO: RACK PADRÃO 19", COMPRIMENTO CABO: 2,5, CORRENTE NOMINAL: 15, MATERIAL: CHAPA DE AÇO SAE 1010/1020, QUANTIDADE TOMADAS SAÍDA: 8 (2P+T), TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220	02	UNIDADE	401644	3026000000367
BUCHA PARAFUSO MATERIAL: NÁILON, TAMANHO: S-6	02	CAIXA	615649	3024000002591
PARAFUSO AUTO-ATARRAXANTE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM BUCHA, COMPRIMENTO: 32, DIÂMETRO CORPO: 4,20, MATERIAL: AÇO CARBONO, TIPO CABEÇA: PANELA, TIPO FENDA: RETA, TRATAMENTO SUPERFICIAL: GALVANIZADO	01	CAIXA	254997	3024000001765

No Centro de Informação, Documentação e Arquivo, as quantidades estimadas são:

Descrição do item	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Código CATMAT	Código SIPAC Sugerido
sistema circuito fechado tv	1	CJ	461530	
câmera vídeo	16	UN	486346	
fonte alimentação	2	UN	342814	
fonte alimentação	2	UN	463627	

conector áudio vídeo	16	UN	458917	
conector áudio vídeo	16	UN	399894	

Na Biblioteca Central, as quantidades estimadas são:

Descrição do item	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Código CATMAT	Código SIPAC Sugerido
Cabo Adaptador Conversor Usb P/ 2 Portas Ps2 Mouse E Teclado	15	UN	265194	
Disco Rígido para CFTV (HD WD Purple 4TB)	1	UN	626172	
Fonte AC/DC 12,8V 20A Metálica - EFM 1220 G2	1	UN	430680	
Conector P4 macho com borne	10	UN	399894	
Balun Passivo - VB 501 P G2	20	UN	448177	
Caixa Plástica Vedada IP66 - Intelbras VBox 1100 E	10	UN	607912	
Gravador de Vídeo com 16 Canais - MHDX 3116-C	1	UN	625174	

Na Diretoria de Telecomunicações (DTEL), as quantidades estimadas são extensas e incluem:

Descrição do item	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Código CATMAT	Código SIPAC Sugerido
BALUN PASSIVO	700	UN	394507	3030000000030
BANDEJA FIXA 1U DE 800MM	30	UN	383256	3026000002613
CÂMERA BULLET FULL COLOR 2 MEGAPIXEL - 3.6 MM - MULTIHD	70	UN	465997	5233000000388
CÂMERA DOME FULL COLOR 2 MEGAPIXEL - 2.8 MM - MULTIHD	150	UN	465997	5233000000387
CÂMERA IP DE 4 MP - PROTEÇÃO IP67 - 30 METROS DE IR - POE - BULLET	150	UN	485593	5233000000391
CÂMERA IP DE 4 MP - PROTEÇÃO IP67 - 30 METROS DE IR - POE - DOME	100	UN	485593	5233000000390
CÂMERA IP FULL COLLOR DE 2 MP - PROTEÇÃO IP67 - 20 METROS DE IR - POE - DOME	100	UN	465997	5233000000393
CÂMERA IP SPEED DOME COM INFRAVERMELHO - PROTEÇÃO IP66 - RESOLUÇÃO DE 2MP - IR DE 100M - ZOOM DE 15X	5	UN	604559	5233000000392
CÂMERA IP VARIFOCAL INFRAVERMELHO 4 MEGAPIXEL - LENTE 2,7MM A 12MM	20	UN	465997	5233000000389
CONECTOR CONEX 1000 BNC BORNE	100	UN	394095	3026000002574
CONECTOR P4 FÊMEA COM BORNE	100	UN	428038	3026000002571
CONECTOR P4 MACHO COM BORNE	700	UN	399894	3026000002764
DISCO RÍGIDO PARA CFTV 2TB	30	UN	479105	3017000001032
DISCO RÍGIDO PARA CFTV 4TB	40	UN	392823	3017000001033
DISCO RÍGIDO PARA CFTV 8TB	50	UN	477105	3017000001034
FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 20 A	35	UN	430680	3026000002568
FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 2A	60	UN	342814	3026000002570
FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 12 V 5 A	40	UN	603990	3026000002610
FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/DC 5V/2A	200	UN	612787	3026000002784
GRAVADOR DIGITAL DE IMAGEM EM REDE DE 16 CANAIS IP	15	UN	461472	5233000000384
GRAVADOR DIGITAL DE IMAGEM EM REDE DE 32 CANAIS IP	6	UN	461472	5233000000386
GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO (PROTOCOLOS HDCVI, AHD, HDTVI, IP E ANALÓGICO) 08 CANAIS	10	UN	461529	5233000000385
GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO (PROTOCOLOS HDCVI, AHD, HDTVI, IP E ANALÓGICO) 16 CANAIS	15	UN	461530	5233000000383
GRAVADOR DIGITAL INTELIGENTE DE VÍDEO (PROTOCOLOS HDCVI, AHD, HDTVI, IP E ANALÓGICO) 32 CANAIS	5	UN	480124	5233000000382
INJETOR POE+ 802.3 AF/AT	50	UN	605537	3026000002572

LICENÇA, PERMANENTE DE SOFTWARE, LICENÇA CÂMERA.	40	UN	27464	3017000001044
MEMÓRIA RAM 16GB	6	UN	450307	3017000001049
MONITOR PROFISSIONAL DE 49"	4	UN	604256	5241000000089
PROCESSADOR, INTEL, VELOCIDADE PROCESSAMENTO 2.93 GHZ, MODELO XEON E5649, LGA1366	2	UN	608237	3017000001158
PROTETOR CONTRA SURTOS (DPS) - 127/220 VOLTS - 10 AMPERES - 1 TOMADA - 2 PINOS - TRANSPARENTE	300	UN	620773	3026000002783
SERVIDOR, SISTEMA OPERACIONAL (GRAVAÇÃO)	2	UN	454792	5243000000033
SOFTWARE, MONITORAMENTO E GRAVAÇÃO (SISTEMA DE GERENCIAMENTO).	2	UN	27464	4005000000053
SWITCH 5 PORTAS FAST ETHERNET COM 4 PORTAS POE	40	UN	480917	5237000000030
SWITCH GERENCIÁVEL, 8 PORTAS, POE	10	UN	448264	5237000000031

SWITCH, ACESSO 24 PORTAS, 1GBE + 4 PORTAS 10GBE	10	UN	484074	5237000000026
---	----	----	--------	---------------

--	--	--	--	--

No Instituto de Física (IF/UFG), as quantidades estimadas são:

Descrição do item	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Código CATMAT	Código SIPAC Sugerido
DISCO RÍGIDO PARA CFTV 4TB	2	UNIDADE	392823	3017000001033
CAIXA DE PASSAGEM	18	UNIDADE	607912	3026000002750
SOLDA DE ESTANHO	4	ROLO	370651	3026000000792
FITA ISOLANTE	7	ROLO	419569	3026000000799
FUSÍVEL VIDRO 0,315A	30	UNIDADE	617404	3026000002789
FUSÍVEL VIDRO 5A	30	UNIDADE	268758	3026000002790
FUSÍVEL VIDRO 6A	30	UNIDADE	356729	3026000002791
FUSÍVEL VIDRO 9A	20	UNIDADE	327441	3026000002792
PLUGUE TOMADA	30	UNIDADE	614591	3026000002793
PARAFUSOS SEM PORCA	160	UNIDADE	364775	3024000002781
BUCHA PARA PARAFUSO	160	UNIDADE	249217	3024000002471

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 815.812,55

- Centro de Eventos: O valor total estimado da contratação é de R\$ 26.495,12.
- Centro de Informação, Documentação e Arquivo: O valor total estimado da contratação é de R\$ 5.136,00.
- Biblioteca Central: O valor total estimado da contratação é de R\$ 3.173,60.
- Diretoria de Telecomunicações: O valor total estimado para esta contratação é de R\$ 778.245,00.

- Instituto de Física: O valor total estimado da contratação é de R\$ 2.762,83.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Haverá o parcelamento. A licitação será por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação se encontra em consonância com o Planejamento Estratégico, Plano de Contratações Anual 2025, com o Sistema de Governança e com o Plano Diretor de Logística Sustentável deste Órgão Contratante

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Centro de Eventos: A contratação de equipamentos e materiais para o novo sistema de CFTV visa aumentar a sensação de segurança do prédio, possibilitando a flexibilidade e equidade na aplicação dos recursos de monitoramento do espaço, com foco na vigilância pessoal e patrimonial. A presença de um videomonitoramento resguarda a segurança do espaço. A aquisição propiciará maior agilidade no desempenho das atividades de vigilância e monitoramento, podendo atuar de forma prévia, em tempo real e até posteriormente após acontecimentos fora do procedimento operacional padrão de segurança. A contratação visa apoiar e possibilitar o cumprimento seguro das competências educacionais da UFG frente à comunidade universitária e à sociedade, garantindo a execução das atividades administrativas e acadêmicas da instituição nos eventos institucionais de maneira mais segura.

Centro de Informação, Documentação e Arquivo: A substituição das câmeras e equipamentos de monitoramento existentes na Unidade promoverá maior segurança patrimonial. O principal benefício esperado é maior segurança e monitoramento do prédio e dos arquivos.

Biblioteca Central: A aquisição de conversores USB para P2 permitirá a reutilização de mouses e teclados com conexão P2, que ainda estão em boas condições de uso, evitando a necessidade de compra de novos equipamentos e contribuindo para a economia de recursos públicos. A aquisição dos materiais necessários para a instalação do sistema de CFTV visa garantir a segurança do espaço, dos usuários e do patrimônio da instituição, considerando o alto fluxo diário de pessoas. Um monitoramento eficiente ajudará a prevenir furtos, atos de vandalismo e outras situações que possam comprometer a integridade do local.

Diretoria de Telecomunicações (DTEL): A presente contratação beneficiará a universidade e a comunidade universitária com a continuidade do sistema de CFTV, garantindo seu pleno funcionamento e possibilitando a sua ampliação para melhor atender à universidade como um todo. O principal benefício é a disponibilização contínua de materiais, permitindo que as unidades/órgãos garantam a continuidade de suas atividades e a ampliação de ambientes conforme as necessidades locais. A implementação e manutenção contínua do sistema de CFTV são essenciais para prevenir incidentes como furtos e vandalismo, além de possibilitar um monitoramento remoto eficiente das instalações.

Instituto de Física (IF/UFG): A presença de equipamentos de monitoramento e vigilância dentro dos prédios contribui para a diminuição das infrações, inibindo a prática de ações ilegais devido ao seu caráter ostensivo, o que auxilia na preservação do patrimônio público e da integridade física, psicológica e patrimonial das pessoas que frequentam o local. Também contribui para o aumento da sensação de segurança e bem-estar da comunidade acadêmica, elevando a produtividade. Os itens para pequenos reparos em equipamentos evitam que sejam gastos recursos para a compra de novos equipamentos ou para a contratação de serviços de manutenção, gerando maior economicidade. A solda de estanho é utilizada na fabricação de equipamentos eletrônicos personalizados ou substitutos para equipamentos de alto custo, também contribuindo para a economicidade e para a realização de pesquisas de ponta.

13. Providências a serem Adotadas

Consultar a Unidade Acadêmica e Órgãos sobre a qualidade do item e adequação do mesmo aos requisitos da contratação previamente à celebração da Ata de Registro de Preços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Toda atividade humana gera resíduos e impactos ao meio ambiente, incluindo a produção e comercialização dos produtos a serem adquiridos. A extração de matéria prima e a geração de embalagem para produzir os itens, bem como a forma de seu descarte, são mencionados como possíveis impactos. Nesse sentido, a unidade deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos, seguindo as ações promovidas pela Diretoria de Meio Ambiente da Universidade, e manusear o material com os equipamentos de proteção necessários. Adicionalmente, como medida mitigadora dos impactos da produção dos bens, será necessária a apresentação de Certificação de Sustentabilidade Ambiental emitida por instituição pública oficial ou credenciada, comprovando práticas sustentáveis, ou uma Declaração de Sustentabilidade Ambiental da própria empresa licitante, atestando o atendimento às exigências da IN No 1/2010 – SLTI/MPOG.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Uma vez analisados os estudos promovidos pelas área requisitantes, esta equipe declara viável a contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2025 às 09:27:29.

CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/04/2025 às 09:24:56.

GUSTAVO PASSINATO NEVES

Membro da comissão de contratação

RAFAEL FERREIRA PEIXOTO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2025 às 10:21:32.

WANTUIR ETERNO DA SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2025 às 09:55:41.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MR_153052-000040-2025_assinado.pdf (85.85 KB)

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
40/2025	JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA	23/04/2025 16:02
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de EQUIPAMENTOS DE CFTV		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Risco 01 – Indisponibilidade orçamentária	Cortes ou contingenciamentos no orçamento determinados pela Administração Pública	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não será possível a contratação.					
2	As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Buscar base no Planejamento Estratégico e Orçamentário da Unidade, com foco no Plano de Contratações Anual.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Buscar remanejamento de valores previstos na disponibilidade orçamentária anual da Unidade Orçamentária (UO).			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
C-02	Revisão da necessidade imediata dos itens demandados.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Especificação insuficiente dos materiais	Falta de verificação ou verificação incorreta da necessidade atual da Unidade, em especial de alguma necessidade específica para atendimento de demanda (s) singular (es).	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Os materiais não atenderão todas as necessidades da Unidade.					
2	Haverá prejuízos às atividades da Unidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Descrever o item do certame licitatório de forma suficiente e precisa.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
P-02	Descrever de forma detalhada os critérios de aceitação dos materiais.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
P-03	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de entrega do material.			Responsável: JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA		
Ações de Contingência						
C-01	Estudar o grau de insuficiência e verificar a possibilidade de rescisão contratual.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
C-02	Iniciar um novo processo licitatório para atender as necessidades de forma plena.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso na condução e conclusão do processo licitatório.	Demora da equipe de planejamento da contratação ou do setor de aquisição, em formular os documentos necessários ou gerenciar as fases do processo.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não atendimento à demanda no prazo necessário.					
2	Haverá prejuízos às atividades da Unidade.					
Ações Preventivas						
P-01	Nomear mais pessoas para apoiar a equipe de planejamento e/ou agente da contratação.			Responsável: ROBSON MAIA GERALDINE		
P-02	Uso das minutas de documentos da AGU.			Responsável: JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA		
Ações de Contingência						
C-01	Continuidade no suprimento das demandas com outra estratégia.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Estimativas de quantidades inadequadas dos materiais.	Falta de memória de cálculo ou levantamento inadequado.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Falha na aquisição dos materiais - subdimensionamento da demanda.					
2	Possível dano ao Erário Público - superdimensionamento da demanda.					
Ações Preventivas						
P-01	Estimar os quantitativos por meio de contratações anteriores e/ou levantamento que indique a real necessidade do quantitativo dos materiais a serem adquiridos.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
P-02	Planejar os possíveis acréscimos de quantitativos com parcimônia e conforme índices de aumento realistas.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Reavaliar de forma criteriosa os quantitativos.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Licitação deserta ou fracassada.	Falha na fase interna do processo licitatório ou grande variação de preços praticados pelo mercado.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Demora na aquisição do material.					
2	As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Estimar de forma adequada os valores dos materiais, de forma que seja economicamente viável o contrato ao (s) licitante (s).			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Atualizar o preço estimado para que reflita de forma real o valor praticado no mercado. Corrigir a pesquisa de preços.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
C-02	Corrigir o instrumento convocatório e reabrir o prazo para envio de propostas.			Responsável: JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Seleção de fornecedor sem condições de cumprir o contrato.	Falha do setor de aquisição, licitações e contratos em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Interrupção do fornecimento dos materiais.					
2	Abandono do instrumento de contrato por parte da contratada.					
3	As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a habilitação do fornecedor de forma criteriosa, atentando para as qualificações necessárias no instrumento convocatório.			Responsáveis: CLAUDIO FERNANDO DA SILVEIRA, LUIS FERNANDO DE ALCANTARA NIZIO, SAULLUS EDUARDO SILVA ARAUJO		
Ações de Contingência						
C-01	Acionar a garantia contratual.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
C-02	Verificar a possibilidade de rescisão contratual.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
C-03	Caso haja infração por parte da contratada, abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator.			Responsável: CAMILA CARDOSO DE CARVALHO RODRIGUES		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Interrupção do fornecimento de material por insolvência ou abandono da contratada.	Verificação incorreta das condições de qualificação econômico-financeira do licitante contratado pelo setor de aquisição, da licitações e contratos.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Interrupção do fornecimento dos materiais					
2	Abandono do instrumento de contrato por parte da contratada					
3	As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas					
Ações Preventivas						
P-01	Avaliar de forma criteriosa a qualificação econômico-financeira do licitante vencedor para assegurar que ele tem as garantias requisitadas pela lei			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Verificar a possibilidade de rescisão contratual			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
C-02	Abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator			Responsável: CAMILA CARDOSO DE CARVALHO RODRIGUES		
C-03	Convocar o licitante próximo colocado de forma a prover a continuidade do			Responsáveis: CLAUDIO FERNANDO DA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Material entregue em desacordo com o solicitado.	Fiscalização ineficiente do material entregue pelo fiscal de contrato. Falta de um método de medição da qualidade do material entregue pela contratada por parte do fiscal de contrato.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Haverá prejuízos às atividades da Unidade					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
P-02	Estabelecer um índice de medição de qualidade do material eficiente, conforme as especificações do instrumento convocatório			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Notificar o fornecedor sobre a incompatibilidade do material.			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
C-02	Comunicar ao Gestor do Contrato para que, se for o caso, seja aberto processo administrativo visando a sanção administrativa necessária			Responsável: WANTUIR ETERNO DA SILVA		
C-03	Abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator			Responsável: CAMILA CARDOSO DE CARVALHO RODRIGUES		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
gov.br JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA
Data: 23/04/2025 16:26:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA
Membro da comissão de contratação

ANEXO II

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

DIRETORIA DE COMPRAS

Processo Administrativo nº 23070.006138/2025-51

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Universidade Federal de Goiás, instituição federal, de ensino superior e pesquisa, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.834 – C de 14/12/60, com sede no Campus II – Samambaia, na cidade de GoiâniaGo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.567.601/0001-43, neste ato representado(a) pelo(a) sua Reitora Profª Drª Angelita Pereira de Lima, portador da matrícula funcional nº 1359711, nomeado(a) pelo Decreto de 10 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2022, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23070.006138/2025-51, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *aquisição de equipamentos de CFTV*, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do *edital de licitação* n.º 90031/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.
- 3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

- 4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*
- 4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*
 - 4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*
 - 4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*
- 4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*
- 4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*
- 4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*
- 4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*
- 4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

- 4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*
- 4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem

negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

Anexo III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada a _____, Fone/Fax: _____, e-mail: _____, vem perante a Coordenação de Licitações da Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás apresentar sua proposta de preços para venda/fornecimento dos materiais/produtos objeto do Pregão Eletrônico nº 90031/2025.

Os materiais serão entregues no endereço:

- Almoxarifado Central da Diretoria Logística da UFG - DLOG/UFG, localizado na Av. Esperança (Alameda Flamboyant) Campus II – Samambaia (saída para Nova Veneza-GO, próximo à Casa do Estudante Universitário), Goiânia – Goiás, CEP 74690-900. Telefones (62) 3521-1020 /1471 - E-mail: almoxarifado.dlog@ufg.br.

A descrição, o valor unitário, marca, fabricante, unidade de medida, a quantidade para o item único da licitação supracitada, bem como o valor total da proposta seguem na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	FABRICANTE	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01							
VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: (R\$ escrever valor (valor numérico em moeda e por extenso)).							

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

Banco Agência Conta -Corrente

VALIDADE DA PROPOSTA: Esta proposta de preços tem validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

PRAZO DE ENTREGA: O Prazo de entrega é de no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail.

GARANTIA DOS BENS: será exigido a garantia legal, prevista no Artigo 24 caput, e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.080 de 11 de setembro de 1.990.

Para os fins legais de apresentação da presente proposta de preços firmo as seguintes declarações:

- 1 - que estou ciente de todas as condições de fornecimento e locais de entrega;
- 2 - que nos valores propostos para o item desta proposta estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/produtos;
- 3 - sob as sanções cabíveis, em observância à legislação de sustentabilidade que:
 - Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - Os produtos serão entregues, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas e confeccionadas a partir de produtos recicláveis, comportando o menor volume possível, e que as mesmas garantem a máxima proteção dos produtos durante o transporte e o armazenamento.
 - Os produtos não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva rohs (restriction of certain hazardous substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
 -listar outras ações sustentáveis praticadas pela Proponente, se houver.....

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR QUE ATUARÁ NA COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A CONTRATANTE E ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SEI/UFG - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES E QUE RECEBERÁ A NOTA DE EMPENHO, PARA A VENDA DOS PRODUTOS/BENS PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:

Nome completo: _____

E-mail do fornecedor: _____

Telefone (s) do fornecedor: _____

Endereço da Empresa: _____

Data de início das atividades da empresa no endereço atual: _____

CPF: _____

Carteira de Identidade: _____

Estado Civil: _____

Nacionalidade: _____

Cargo que ocupa na empresa: _____

OBSERVAÇÃO 1: o prazo de validade da proposta pode ser maior que 90 (noventa) dias, bastando para isso o fornecedor entender que tem condições financeiras de assim o fazer.

OBSERVAÇÕES GERAIS: Outras informações pertinentes aos itens também poderão ser incluídos pelos fornecedores na proposta de preços. Após preencher o modelo de proposta e apor o timbre da empresa o fornecedor deve apagar todas as observações e orientações de preenchimento deste modelo.

LOCAL/DATA

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(PREFERENCIALMENTE ASSINATURA DIGITAL)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

ANEXO IV – ORIENTAÇÕES SOBRE O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SISTEMA SEI/UFG

O Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), no uso das atribuições disciplina os procedimentos para habilitação de cadastro de usuários externos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG):

1. Entende-se por "usuários externos" as pessoas físicas, representantes de pessoa jurídica ou não, que necessitem peticionar, visualizar ou assinar documentos no SEI no âmbito da UFG e que não possuam acesso direto ao sistema.

1.1. Os usuários externos, mediante credenciamento, poderão:

I. Acompanhar o trâmite de processos e documentos de seu interesse, por prazo determinado, mediante autorização da unidade responsável pela informação;

II. Assinar e peticionar eletronicamente documentos de seu interesse.

1.2. O credenciamento de usuário externo é ato pessoal e intransferível e dar-se-á a partir do preenchimento do formulário de cadastro disponível no [Portal UFG Virtual](#).

1.2.1. O cadastro, em regra, será realizado apenas uma vez para cada pessoa física.

1.2.2. Em caso de perda de acesso ou inconsistência de dados um novo cadastro poderá ser solicitado, conforme procedimentos previstos no item 2 desta Orientação:

2. Para validação do cadastro de usuário externo no SEI-UFG o usuário deverá encaminhar ao e-mail sei@ufg.br cópia digital do Termo de Concordância e Veracidade, cópia digital de documento oficial de identificação com foto que contenha o número de CPF e, se representante de empresa, cópia da última atualização do Contrato Social da empresa que representa.

I. [O Termo de Declaração de Concordância e Veracidade](#) deve ser preenchido, datado, assinado e preservado pelo interessado.

a) o Termo de Concordância e Veracidade deve ser, preferencialmente, assinado com certificado digital padrão ICP-Brasil e passível de validação no verificador de conformidade do padrão de assinatura digital ICP-Brasil;

b) na impossibilidade de atendimento do item a, o usuário deverá assinar o Termo de Concordância e Veracidade, digitalizá-lo e utilizar conta de e-mail institucional de sua empresa ou instituição à qual esteja vinculado para o envio à UFG.

c) na impossibilidade de atendimento dos itens a ou b, o usuário deverá enviar além do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente

assinado, a imagem pessoal digital (fotografia) com documento de identificação oficial com foto em mãos de forma a complementar a certificação de identidade do usuário.

II. O documento de identificação oficial com foto deve conter o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou, se estrangeiro, Passaporte ou Registro Nacional de Estrangeiros (RNE);

III. A cópia do Contrato Social ou Alteração Contratual deve ser atualizada e deve acompanhar os demais documentos quando se tratar de representante de empresa.

a) Os documentos listados nos incisos I, II e III devem ser enviados, preferencialmente, como cópias digitais coloridas.

3. O recebimento da documentação ficará registrado em processo no SEI:

3.1. O processo será iniciado com o assunto: "Informática: Cadastro de usuários externos no SEI";

3.2. Os documentos listados no item 02 serão inseridos no processo como documentos externos juntamente com a cópia do e-mail enviado pelo interessado;

3.3. O interessado será comunicado por e-mail e o processo deverá ser concluído na unidade;

3.4. Cabe ao Cidarq a instrução do processo e a validação do cadastro de usuário externo.

4. A UFG poderá solicitar, a qualquer momento, documentação complementar para efetivação da validação do cadastro, assim como requisitar a apresentação de originais ou cópias autenticadas em cartório, definindo um prazo para o atendimento da solicitação, quando os documentos não forem suficientes para comprovação de identificação do usuário.

4.1. O credenciamento de usuário externo será indeferido ou desativado no descumprimento das exigências de apresentação de documentação solicitada pela UFG;

4.2. O cadastro de usuário externo será efetivado apenas após a apresentação dos documentos requeridos, sendo eventuais prejuízos decorrentes de atrasos na entrega da documentação de inteira responsabilidade do usuário.

4.3. Digitalizações que estejam ilegíveis serão desconsideradas e o usuário será contatado para providenciar novo envio da documentação.

5. Ao obter credenciamento o usuário externo aceita incondicionalmente os termos e condições que regem o processo eletrônico e o sistema SEI e assume responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso do login e senha, que lhe são exclusivos, bem como pelo uso indevido do sistema.

6. Havendo suspeita de fraude no cadastro de usuário externo, assim como no uso do sistema por parte do mesmo e/ou de terceiros, o servidor que tiver conhecimento deverá comunicar às autoridades competentes para que seja instaurado procedimento investigativo para apuração dos fatos.

6.1. A instauração de procedimentos investigativos por parte de outros Órgãos não isenta a UFG da responsabilidade de apurar os fatos internamente, na instância administrativa, e de adotar ações para que os mesmos não voltem a se repetir.

7. Situações não previstas ou dúvidas referentes aos procedimentos para o cadastro externo de usuário do SEI serão dirimidas pelo Cidarq através dos telefones (62) 3521-1089/1041/1056 ou através do e-mail sei@ufg.br.